

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Peniche:



a fuga foi há 25 anos



Jaime Serra no comício do passado domingo:

A Fortaleza de Peniche é, simultaneamente, um símbolo de opressão e um símbolo de luta pela liberdade.

É símbolo de opressão pelo uso que desta bela Fortaleza fizeram os opressores e carcereiros fascistas, encarcerando ali e sujeitando-os aos maiores vexames, ao longo de décadas, muitos dos melhores filhos do nosso povo que se opunham à criminosa política da ditadura fascista.

A Fortaleza de Peniche é símbolo de luta pela liberdade e da luta antifascista porque por ali passaram centenas, senão milhares, de patriotas e democratas portugueses cujo único crime foi a dedicação sem limites à causa dos trabalhadores e do povo português, à causa da liberdade e da independência da Pátria, valores estes espezinhados ao longo de quase meio século pela ditadura salazarista e caetanista, ao serviço dos monopólios e do imperialismo estrangeiro.

Camaradas

O facto de estarmos hoje aqui, numa comemoração que é simultaneamente uma jornada de luta em defesa das liberdades, constitui a melhor garantia de que o longo e terrível pesadelo do fascismo não voltará!

Págs. centrais

Conselho Nacional do Plano critica Grandes Opções

GOVERNO MAIS ISOLADO

A política governamental sai mais isolada depois de apreciadas as Grandes Opções pelo Conselho Nacional do Plano. Representantes dos Sindicatos dos sectores público, privado e cooperativo aprovam por unanimidade uma severa crítica às Opções para 1985

— Pág. 3

Suplemento / Avante!

SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Passividade e imobilismo
nas decisões fundamentais



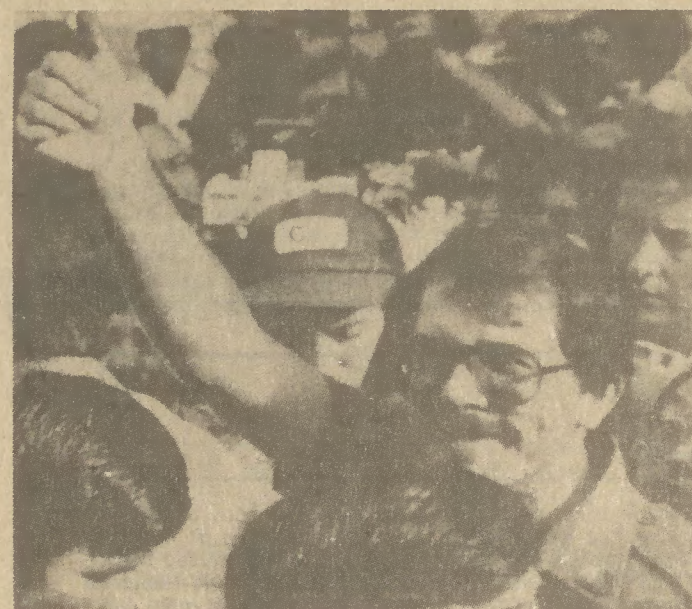
Governo põe CP
ao pé do desastre

BULGÁRIA
O verde
dos nossos tempos



GUERRA PSICOLÓGICA

Arma quotidiana
do imperialismo



DANIEL ORTEGA TOMA POSSE COMO PRESIDENTE DA NICARÁGUA SANDINISTA

- Saudação do PCP na pág. 2
- Noticiário na pág. 8

CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO PS-PSD

A LUTA CONTINUA

O Governo conduz o descalabro económico em todo o País. Não há distrito onde uma grande ou média empresa, principalmente se pertencer ao sector empresarial do Estado, possa permitir-se alguma normalidade nas relações de trabalho. — Pág. 8

SEMANA

2 Quarta-feira



Mais trabalhadores presos

O ano entra e o Governo não demora em fazer uso dos seus instintos repressivos. Quarenta representantes dos trabalhadores do sector dos transportes são presos em São Bento quando pretendiam avistar-se com Mário Soares. Os trabalhadores dos Seguros cumprem uma greve nacional, de 2 horas no Norte e de 24 no resto do País. A luta por uma nova tabela salarial justa tem a adesão de 80 a 90 por cento dos trabalhadores do sector. O exército regular libanês toma posições na estrada costeira entre Beirute e Saida, neste que foi o dia zero da execução do «plano de pacificação» recentemente aprovado pelo governo libanês. A Nicarágua entra em 1985 com o objectivo de «alcançar a paz e a tranquilidade na zona». No entanto, e uma vez que em 1984 se registaram 1500 acções armada contra este país, 40 por cento do orçamento para este ano será dedicado à defesa.

3 Quinta-feira



O flagelo de uma guerra

Em nota oficiosa, o Conselho de Ministros insurge-se contra a mensagem de Ano Novo do Presidente, declarando que este o deverá demitir. Ao princípio da noite, o PR, a quem o Governo de Mário Soares acusa de ser indigno do cargo, afirma que irá reflectir e que brevemente divulgará a sua opinião sobre o assunto. Começa o segundo período de aulas do ano lectivo 84/85. Um ano lectivo que ainda não teve um único dia para muitos milhares de alunos. No plenário descentralizado em Lisboa e no Porto, os activistas da Federação da Metalurgia convocam uma jornada de luta no sector para o próximo dia 17. Segundo fontes policiais, em 1984, 2161 pessoas foram vilupadas em consequência da guerra do Líbano. O presidente do Sindicato dos Mineiros inglês manifesta a sua confiança na prossecução da luta destes trabalhadores, que se prolonga há já dez meses.

4 Sexta-feira

A Comissão Coordenadora das ORT's do Sector Empresarial do Estado anuncia um desfile de denúncia pública dos problemas do sector público. Este desfile realizar-se-á dia 31 em Lisboa. Mês e meio depois do prazo legal, a entrega do Orçamento de Estado na Assembleia chegou a estar agendada para hoje... novo adiamento, agora até dia 10. Em relatório divulgado em Paris, a OCDE prevê o evidente para todos e que o Governo nega: que o poder de compra dos portugueses continuará a baixar. Eden Pastora, um dos subditos da CIA para a Nicarágua, propõe a criação de uma organização terrorista internacional. Mais uma vez o nome de Lisboa vem à baila por ter sido palco de reuniões secretas entre membros dos terroristas que actuam em Moçambique, Angola e Nicarágua. O presidente da República Popular e Democrática da Coreia, Kim Il Sung, afirma que a reunificação da Coreia «é a tarefa prioritária que actualmente se coloca» ao povo coreano.

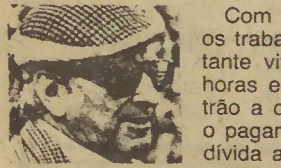
5 Sábado

Uma delegação de congressistas norte-americanos encontra-se em Lisboa. Acto mais significativo, o reconhecimento de Soares como «um exemplo para a democracia» made in USA. Torres Couto diz em entrevista à RDP que afinal não, que quer que o Governo se mantenha como está. Continua a luta dos trabalhadores dos Serviços Sociais Universitários para a sua integração na Função Pública. Uma luta com mais de quatro anos. A dois dias do encontro soviético-americano, o «Pravda» reafirma que a prioridade das negociações é evitar a utilização bélica do Espaço. Cuba decide aumentar a sua contribuição para a UNESCO, em sinal de solidariedade para com esta organização. Chegando a Portugal timidamente, uma onda de frio, das maiores dos últimos anos, abate-se sobre a Europa.

6 Domingo

Vinte e cinco anos depois, as comemorações da fuga de Peniche, que juntam nesta vila muitas centenas de democratas, são uma importante jornada de luta. A Comissão Política do MDP/CDE afirma que a actual Assembleia da República «perdeu a sua legitimidade política, não restando outro caminho senão a sua dissolução e a convocação de eleições antecipadas». O Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, afirma, em encontro informal com os membros do corpo diplomático creditado em Maputo, que existem provas da cumplicidade entre membros do Governo PSP/PSD e os bandidos anti-moçambicanos. Konstantin Tcherencko afirma que é chegado o momento de se «tomar medidas urgentes e eficazes para impedir uma nova fase da corrida aos armamentos». Como resposta a uma petição das igrejas cristãs de todo o mundo, afirma ainda que o seu país fará tudo para chegar a um acordo global sobre essa questão.

7 Segunda-feira



Miguel Pedroto

Com três meses de salários em atraso, os trabalhadores da IMA obtêm uma importante vitória, ao obrigarem, depois de três horas e meia frente à administração, o patrão a comprometer-se com uma data para o pagamento da primeira prestação da sua dívida aos trabalhadores. A APU acusa a presidência da Câmara de Lisboa de pretender destruir a traça do Rossio enquanto praça central da cidade, se teimar em reestruturar o trânsito na baixa lisboeta. A Direcção Nacional da JCP denuncia a hipocrisia das comemorações governamentais e dos partidos que compõem o Executivo previstas para o Ano Internacional da Juventude. No Porto, morre um dos mais prestigiados homens do desporto português, José Maria Pedroto. Em Genebra iniciam-se as conversações entre André Gromiko e George Shultz. Este é o primeiro dia das negociações destinadas a analisar a possibilidade de futuras negociações sobre desarmamento. Em Angola, o MPLA-PT está a preparar a sua primeira Conferência Nacional. Uma reunião que deverá «fazer o balanço exaustivo do trabalho feito desde o Congresso Extraordinário».

8 Terça-feira

O Conselho Nacional do Plano aprova o parecer das Grandes Opções do Plano para 1985, a deliberação condena e critica fortemente as «opções» do Governo PS/PSD para o ano em curso. Assembleia da República aprova a constituição de uma comissão de inquérito aos favores concedidos pelo Governo à Torralta. Apesar de ser a capital europeia a registar as temperaturas mais altas, Lisboa vê os termómetros descerem aos zero graus. O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais toma posição sobre o IVA (Imposto sobre Valor Aumentado) recentemente publicado, considerando que ele irá provocar «mais subidas de preços e consequentemente maiores quedas de verbas no comércio». Entra na sua quarta sessão a reunião de dois dias em Genebra entre Gromyko e Shultz destinada a analisar as possibilidades de negociações sobre o desarmamento. Forças do Kampuchea varram a base que servia de quartel-general dos terroristas «khmeres».

Editorial

DEMITIR O GOVERNO — PÔR FIM À CHANTAGEM E À DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA

O Povo português começou o novo ano sob o signo de uma fraude política de grande estilo magiçada pelos círculos mais comprometidos da clique governante para se garantirem a sobrevivência no Governo.

O acordo «renegociado» de 11 de Dezembro entre os dois comparsas do Poder — o PS e o PSD — denunciado pelo PCP como verdadeiro plano de perversão das instituições, permitiu-lhes transitoriamente escorar o descomulgado edifício da coligação e, na base da completa adesão do PS aos projectos restauracionistas da direita, reactivar em todos os planos a ofensiva da contra-revolução a curto prazo contra o regime democrático e as conquistas de Abril.

A clique Soares/Mota Pinto confirmou largamente nestes primeiros dias de 1985 que não é apenas um Executivo da falência nacional. É também um autêntico Governo de chantagem, um foco permanente de intriga política e de desestabilização institucional cuja imperiosa e urgente demissão está mais que justificada.

Nestes primeiros dias do ano viu-se como Mário Soares, ao mesmo tempo que no âmbito do Executivo chefiava a promoção e implementação de medidas anti-sociais e antieconómicas susceptíveis de novos e sérios agravamentos das condições de vida do povo e outras de natureza antidemocrática claramente atentatórias dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, procurava instilar na opinião pública a filosofia do «depois de mim o dilúvio», semear a crença de que para além dele e sem ele não haveria «dia seguinte» para a democracia portuguesa...

Entretanto o que salu das primeiras reuniões do Conselho de Ministros em 1985 traz a marca dos que apostaram na contra-revolução a prazo, calendarizada contra o tempo que foge sob os pés da coligação e em confronto com a vontade do povo que se manifesta inequivocamente contra o Governo e a sua política.

A extinção da CTM e da CNN mostra que o Governo se propõe levar por diante as suas investidas contra as nacionalizações, ao arrepiar da Constituição e da vontade dos trabalhadores, mesmo da sua celeridade lei dos sectores que abriu à iniciativa privada a banca, os seguros, os adubos e os cimentos. Soares e a sua corte socialista no Governo pretendem demonstrar aos parceleros motapintistas e aos ultras do CDS que não é necessária nova e imediata revisão da Constituição para as decantadas «reformas de estrutura» que podem ser operadas mesmo pela via legislativa, com a maioria da direita na AR, nas costas do povo, na contravenção directa dos princípios constitucionais.

Aos dirigentes operários e sindicais, que ordeira e legalmente reclamam contra a liquidação dos seus postos de trabalho e contra o crime antieconómico da extinção das suas empresas, dá o Governo Soares/Mota Pinto os «votos de Feliz Ano Novo» encerrando-os na prisão, tentando submeter-lhes a julgamento sumário, colocando problemas de direito que ferem a própria dignidade da magistratura portuguesa.

Na zona da Reforma Agrária campela igualmente o arbitrio, a violência, o roubo descarado de terras, gados, máquinas e mesmo da produção das UCPs. Contra as decisões judiciais, o Governo recusa-se a repor a legalidade democrática, inventando agora a novíssima forma de esbulhamento das UCPs/Cooperativas sob o nome das «providências cautelares».

O Conselho de Ministros tem pressa de intensificar a ofensiva destruidora nos campos do Alentejo e do Ribatejo onde a fome e a miséria estão a grassar de novo de maneira angustiante.

Sim, o Governo tem pressa de agravar numa escala sem precedentes a miséria e a fome dos trabalhadores, a ruína e a falência das actividades não monopolistas na indústria, no comércio, na agricultura; tem pressa de submeter de novo a economia nacional ao controlo dos monopólios.

Os novos aumentos de preços já decididos e apenas retidos pelo temor das repercussões políticas estão já na prática a influir na nova alta do custo de vida e dos factores essenciais de produção.

O Governo já decidiu o aumento dos preços do pão, dos combustíveis, da energia, dos transportes, das telecomunicações. A indústria de cimento já anuncia nova subida dos preços se por aumentado o preço da energia. O ciclo infernal foi reactivado logo nos primeiros actos governativos do ano em curso.

Projectos de nova desvalorização do escudo, de novas quebras no poder de compra dos salários, de novos «grandes empréstimos» estrangeiros, de novos agravamentos da carga fiscal estiveram nas discussões primeiras do Governo nos começos do ano.

E, naturalmente, o escândalo do Orçamento do Estado, atrasado vai para quatro meses e mais uma vez adiado na entrega à Assembleia da República.

Escândalo ainda pela dança dos défices e agora pela fraude das «Grandes Opções do Plano» nas quais o Governo se propõe empreendimentos para cujos gastos o Orçamento do Estado é omissivo!

O parecer da Comissão do Plano é a reprovação unânime das propostas demagógicas do Governo apesar de vários dos membros da Comissão se integrarem na área política dos dois partidos coligados.

Aláís, torna-se cada vez mais notório o conflito, não tanto político mas mesmo deontológico e ético, que a coligação governamental coloca aos economistas, engenheiros, arquitectos, numa palavra: aos quadros técnicos da sua própria área política.

A tecnocracia tem naturalmente as suas raízes e opções de classe e um certo desenraizamento da dialéctica da vida mas o Governo Soares/Mota Pinto submete os seus próprios técnicos a provações e a soluções aberrantes, verdadeiros testes de dignidade profissional, que ferem e não podem deixar de marcar com o ferrete da incompetência os que por subserviência política sancionem no plano técnico as propostas do Governo.

O Governo tem medo de ser demitido antes de impor — ou tentar impor — leis antidemocráticas que introduzam a curto prazo limitações e dispositivos totalitários tendentes a esboçar e lançar desde já um embrião de Estado policial.

E por isso tem pressa de fazer passar na AR as leis já calendarizadas que lhe permitam passar a curva da crise — pelo menos até Julho — e eternizar-se no Poder.

A nomeação de comissões interministeriais chefiadas por ministros empenhados na direcção da ofensiva contra-revolucionária, acordada em 11 de Dezembro — como Almeida Santos e Machete —, com o encargo de elaborarem e apresentarem a curto prazo leis eleitorais antidemocráticas para a Assembleia da República e as Autarquias Locais, constitui, em ligação com outras cláusulas do «acordo», calendarizados nos últimos Conselhos de Ministros, passo de extrema gravidade para o regime democrático e que se impõe atalhar a tempo.

É o medo de ser demitido e a pressa de perder o combolo que está no centro da chantagem do Governo contra as instituições e as forças democráticas.

O espantinho do «perigo da criação de um vazilo político que abriria inevitavelmente a porta a novas venturas...

de consequências económicas gravíssimas para o País e porventura para a Democracia», agitado pelo Governo, é uma grosseira manobra chantagista destinada a paralisar as necessárias iniciativas institucionais que o ponham na rua.

É neste quadro de pressa e medo que deve inserir-se o último episódio da guerra institucional movida pela coligação governante, mais empenhadamente pelo PS, contra o Presidente da República.

O mobil «último» do Governo e da direcção do PS ao Presidente da República, quase no dia do aniversário da vitória da sua eleição em 1980, deve ser aprofundado pelas forças democráticas e dele retiradas as necessárias conclusões.

Soares e os seus empenham-se a fundo na desestabilização do órgão de soberania Presidente da República porque isso se integra nos planos da sua ofensiva contra-revolucionária.

A clique governante joga tudo por tudo para se manter à frente do Governo, manear o aparelho de Estado, pô-lo ao serviço dos seus objectivos antidemocráticos.

É inevitável que Soares e os seus manobram e desestabilizam com o objectivo de forçar à demissão o Presidente da República para que este não use das suas prerrogativas constitucionais demitindo o Governo. Fazem chicana para desviar as atenções do povo e do País das suas medidas antipopulares e antinacionais. Buscam criar condições favoráveis à promulgação das leis repressivas e antidemocráticas calendarizadas no «acordo» de 11 de Dezembro.

Será, contudo, um esforço inglório destinado à derrota. Os intentos da clique governante chocam-se com a vontade da esmagadora maioria do povo que visivelmente não se dispõe a viabilizar com o seu voto as ambições de Soares a Belém.

Os trabalhadores, as massas populares, o povo da cidade e do campo recusa-se de maneira crescente a secundar e avalizar a política do Governo.

É essa a mensagem mais expressiva do Povo português e de todo um ano de uma luta decisiva que vai continuar a desenvolver-se e ampliar-se no período imediato.

A classe operária das fábricas e dos campos, os agricultores, as mulheres, a juventude, os reformados, os estudantes, os industriais e comerciantes não monopolistas, todas as classes e camadas afectadas pela política antipopular do Governo chefiado por Mário Soares, estão dando a decisiva resposta à ofensiva contra-revolucionária.

As trabalhadores da CTM e da CNN juntam-se os da metal-mecânica que no dia 17, no plano nacional, virão aos milhares reafirmar nas ruas as suas reivindicações mais sentidas e nelas, com um relevo particular, a que sobe do mais profundo do povo de urgente demissão do Governo e de resoluta mudança de política.

No Norte, Centro e Sul, massas crescentes de agricultores, de pequenos proprietários, rendeiros e seareiros reclamam, cada vez mais afastados do pequeno grupelho reacçãoário da CAP, a resolução dos mais agudos problemas económicos e sociais da agricultura.

Na intensificação de todas estas lutas, na crescente mobilização e alargamento do movimento popular de massas que está a garantir mais sólida da urgente demissão do Governo Soares/Mota Pinto, da necessária viabilização de uma alternativa democrática.

As condições são favoráveis mas não são um elemento passivo das imperiosas transformações democráticas. Só a iniciativa política dinâmica e audaz pode operar a mudança.

Saudação do PCP a Daniel Ortega

Em nome do Comité Central do nosso Partido, o camarada Álvaro Cunhal dirigiu ao camarada Daniel Ortega, dirigente da Frente Sandinista de Libertação Nacional e Presidente eleito da República da Nicarágua, agora empossado neste alto cargo, a mensagem de felicitações que a seguir transcrevemos:

Prezado camarada Daniel Ortega Saavedra:

Por motivo do acto de posse do seu alto cargo de Presidente da República da Nicarágua, enviamos-lhe as mais calorosas saudações e felicitações

do Partido Comunista Português.

O triunfo da revolução sandinista, a construção de uma nova sociedade democrática, a defesa heroica da soberania e independência nacionais, têm

uma importância histórica não apenas para o povo da Nicarágua, mas para a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, para todas as forças democráticas e anti-imperialistas.

As eleições de 4 de Novembro e a esmagadora vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional deitaram por terra os planos do imperialismo e da reacção internacional e demonstraram uma vez mais que não há forças capazes de vencer um povo unido e determinado a lutar e a decidir dos seus próprios destinos.

O nosso Partido participa activamente no grande movimento internacional de protesto contra a política de ingerência, intervenção e guerra não declarada do imperialismo norte-americano na América Central, designadamente na Nicarágua. Alertou e alerta a opinião pública portuguesa contra os perigos de uma agressão militar directa dos Estados Unidos. E expressamos ao povo da Nicarágua, à FSLN, aos

seus dirigentes, a si, camarada Daniel Ortega, a nossa inteira confiança em que, com a sua luta heroica, a Nicarágua vencerá todos os seus inimigos internos e externos e realizará os nobres objectivos da emancipação e justiça social indicados pela FSLN.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional e o povo da Nicarágua podem contar inteiramente com o apoio, a amizade e a solidariedade dos comunistas portugueses, certos de expressar também os sentimentos dos trabalhadores e do povo de Portugal, bem evidenciados quando da realização

em Lisboa, de 3 a 6 de Maio de 1984, da Conferência Internacional de Solidariedade para a Nicarágua e pela Paz na América Central.

Profundamente interessados no desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o PCP e a FSLN, entre o povo português e o povo da Nicarágua, de todo o coração lhe desejamos, estimado camarada Daniel Ortega, grandes êxitos no seu trabalho e na sua luta, muita saúde e felicidade pessoal.

Pelo Comité Central do Partido Comunista Português
Álvaro Cunhal

Delegação do PCP visita a Coreia

A convite do Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia, partiu para Pyongyang, capital da República Democrática Popular da Coreia, uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e Romeu do Rosário, membro suplente do Comité Central.

Empresas nacionalizadas públicas e participadas

Encontro de quadros no sábado, em Lisboa

Realiza-se no próximo sábado, com a participação do camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido, um plenário distrital de quadros das empresas nacionalizadas, públicas e participadas.

Com início marcado para as 09.30 horas, o Encontro estará aberto aos secretários de células e aos camaradas que integram comissões de trabalhadores, comissões sindicais e intersindicais, bem como aos quadros técnicos e camaradas que trabalham em sindicatos e federações sindicais.

O primeiro ponto da ordem de trabalhos compreende a discussão da ofensiva do Governo e suas consequências para as empresas e a economia nacional, para os trabalhadores, para as populações e a independência nacional; no segundo ponto estarão em foco o décimo aniversário das nacionalizações e a Conferência do Partido sobre a situação económica e as principais direcções para a saída da crise.

Assembleia da República

O ano começa com iniciativas do PCP

O primeiro dia de trabalho deste ano, na Assembleia da República marcou, mais uma vez, a iniciativa comunista neste órgão de soberania. Não apenas a política governamental foi vigorosamente criticada pelo deputado do PCP, Jerónimo de Sousa, como o grupo parlamentar comunista apresentou um seu projecto de revogação de uma disposição governamental que põe em causa o cumprimento dos preceitos constitucionais em matéria de ensino obrigatório. Da apresentação do projecto, feita por Luísa Cachado, damos hoje desenvolvimento nesta página. No dia seguinte, sexta-feira, o PCP voltou a mostrar que é o partido mais activo dos que têm assento na AR, solicitando a abertura de um inquérito sobre a actuação das entidades — Governo compreendido — que levaram à determinação, por Conselho de Ministros, que fossem aceites por instituições de crédito por 11,9 milhões de contos, terrenos cujo valor é muito inferior. Trata-se do escândalo Torralta. Ainda na passada semana, o PCP pediu a ratificação de outro decreto do Governo que criou o Conselho Nacional de Educação no Ministério de Seabra.

Governo isolado

«O ano fechou com o claro ascenso da luta popular, com a vigília dos trabalhadores com salários em atraso e dos desempregados, com o protesto nas ruas dos reformados e pensionistas, com a greve dos trabalhadores dos Seguros», lembrou aos deputados o discurso de Jerónimo de Sousa, «destacando-se as poderosas manifestações de 15 de Dezembro realizadas em vários

locais do País, onde nem o temporal que se abateu particularmente em Lisboa, conteve a determinação e a combatividade de mais de cem mil participantes, mobilizados em torno do objectivo central da urgente demissão do Governo».

O deputado comunista salientou que a «gravidade da situação social pode ser avaliada pelo facto de vários quadrantes políticos e institucionais, personalidades e correntes de opi-

nião diversificadas, e de responsáveis da Igreja católica, terem vindo a público denunciar, alertar e prestar à sua solidariedade aos trabalhadores com salários em atraso e a outras camadas sociais desfavorecidas que vivem em situação de fome e de miséria».

E sublinhou mais adiante: «O Governo saiu mal, mais fraco e desprestigiado, do ano de 1984. Não seria um mal, se o País não estivesse pior.» Depois de caracterizar a situação económica e social em que o País vive por obra da política governamental, Jerónimo de Sousa acentuou:

«Esta crise global acentuada no ano de 84 é o libelo acusatório mais pesado, que conduz à justa condenação popular desta política e deste Governo. «Mas se saiu mal no ano de 84, entrou pior no ano de 85. A primeira medida social concreta foi mandar prender 40 representantes dos trabalhadores dos transportes marítimos e terrestres que reclamavam uma audiência ao Primeiro-Ministro para entregar um documento que repudiava a tentativa de liquidação do sector nacionalizado da Marinha Mercante.»

E mais adiante, depois de nar-

rar as tristes peripécias e as ilegalidades cometidas sobre os trabalhadores, o deputado do PCP alertou:

«Esta má consciência, este vezo aos trabalhadores, este espezinhar sistemático dos direitos e liberdades dos cidadãos, é o caminho, o perigoso caminho, que o Governo escolhe para tentar impedir e travar a luta dos trabalhadores em defesa das nacionalizações e dos seus direitos sociais e sindicais, constitucionalmente garantidos.

«O Decreto que visa a liquidação da CTM e da CNN é o primeiro passo para concretizar a plataforma contra-revolucionária acordada entre o PS e o PSD e que envolve um ataque frontal às nacionalizações. O Governo, na linha dos executivos da AD que o antecederam, recusou sempre tomar as medidas de reestruturação que eram necessárias para a Marinha Mercante, praticou uma gestão de lenta e metódica asfixia, para depois aplicar o golpe da extinção, a frio, criando uma nova empresa perspecti-

vada para servir interesses de grandes armadores estrangeiros. Esta medida contra a CTM e a CNN, lesa não só milhares de trabalhadores e reformados dessas empresas como também a economia e a indepen-

dência nacional.».

Finalmente, referindo-se ao ano de 1985, no limiar do qual, «longe de se ver luz ao fundo do túnel, o Governo conduz o País para o precipício», Jerónimo de Sousa sublinhou que há no País condições para travar esta política, para levar o País ao «caminho do progresso e do desenvolvimento com base numa alternativa capaz de mobilizar as potencialidades nacionais e tendo como condutores as transformações de Abril, a Constituição, a legalidade, a democracia e a independência nacional».

«O Governo já provou», afirmou ainda, «que não pode nem quer realizar esta política. Por isso está isolado, será derrotado e demitido.»

O «combate arrojado»

Ao defender a proposta de inquérito ao caso Torralta, lida Figueiredo recordou que, no Programa do Governo se afirmava que «a corrupção, o nepotismo e a fraude minam os alicerces da República» e que o executivo chamava a si «um combate arrojado, imaginativo e em todos os azimutes da fraude, contra o comércio das consciências».

Governo «reprovado» no Conselho Nacional do Plano

Para o Governo o ano começa mal. Quem o apoia? Apenas a sua maioria parlamentar e mesmo essa com as reticências que se conhecem. Novo golpe levou, agora, o executivo de Soares e Pinto, com o parecer aprovado por unanimidade, pelo Conselho Nacional do Plano que apreciou as Grandes Opções governamentais para 1985. O orçamento que já sofreu o atraso que se sabe por «desinteligências» quanto à sua elaboração no seio do próprio Conselho de Ministros, será apresentado, a coxear, na AR, pois as Grandes Opções foram reprovadas pelos representantes do sector público e do sector privado, do sector cooperativo e dos sindicatos, das regiões administrativas. Por todos, enfim.

Com efeito, o parecer aprovado por unanimidade na passada terça-feira, é severo na análise que faz das Opções apresentadas, assinalando-lhe «omissões e desarticulações no seu conteúdo», «insuficiente relação entre objectivos e meios, para além da fraca qualidade formal, evidenciada sobretudo no âmbito das políticas sectoriais para 1985».

Mas não foi apenas quanto ao aspecto formal que a análise se mostrou severa. O CNP pronunciou-se também contra a «ideia excessivamente optimista» do que o Governo diagnostica quanto à «Evolução da Situação Económica em 1984», «já que», afirma o documento aprovado pelo CNP, «se ressalta o comportamento positivo das contas externas enquanto se minimizam os efeitos negativos a nível interno do padrão restritivo da política económica prosseguida em 1984, para além da omissão, fundamental,

da deterioração da já grave situação financeira do sector público alargado e da insuficiente caracterização da evolução dos rendimentos reais e do mercado do trabalho».

Mais adiante, referindo-se à política de rendimentos, o parecer considera, tendo em conta a intensidade das quebras registadas em 1984, que é «preocupante a previsão, nas Grandes Opções do Plano, de novos decréscimos de salários reais, que agravarão situações sociais já insustentáveis nos estratos mais vulneráveis».

Apesar de considerar que o facto de não ser ainda conhecido o Orçamento condiciona os comentários em relação «à introdução de elementos correctivos no sistema tributário», o Conselho Nacional do Plano, recomenda que o previsto aligeiramento da carga fiscal se traduza em reduções reais, que não meramente nominais, atento o efeito corrosivo da inflação nos rendimentos». Tal recomendação não deixa de mostrar a desconfiança dos representantes sociais com assento no CNP que no que toca ao novo imposto, o IVA, chama a atenção para a «necessidade de ter em conta a sua repercussão sobre a inflação bem como sobre a situação financeira das empresas».

Previsível agravamento

«O CNP considera que a gravidade da situação financeiro do Estado», diz o parecer, «atentos os seus efeitos negativos ao nível da inflação, das contas externas e do investimento produtivo, exigiria a implementação de

uma política eficaz de resolução da mesma.»

No entanto, o mesmo parecer, considera que «esta necessidade não encontra correspondência no capítulo da política orçamental e do sector empresarial do Estado, sendo antes previsível o seu agravamento».

O documento acusa as Grandes Opções de não fixarem metas de redução do défice do sector público alargado nem medidas concretas de reorganização do mesmo e de não serem claras as medidas de contenção do consumo público. Ao mesmo tempo alerta para o facto de as necessidades de financiamento do sector público alargado continuarem a condicionar fortemente as orientações da política monetária.

No que toca ao desenvolvimento regional, o CNP afirmou esperar «um tratamento mais cuidado» a tal capítulo, «pelas suas evidentes implicações no desenvolvimento global do País, através da mobilização dos recursos naturais, da racionalização da ocupação do território, da superação das assimetrias e do reconhecimento efectivo do Poder Local».

«No que diz respeito às políticas sectoriais, o Conselho regista e deplora a má qualidade dos textos apresentados, acrescidos de omissões inaceitáveis a sectores tão importantes quanto os do comércio, cooperativismo, qualidade de vida, e emprego e formação profissional. O Conselho salienta que a ausência de um capítulo sobre esta última matéria assume especial gravidade, dada a situação que hoje se vive e que tenderá a manter-se ou, em muitos casos, a agravar-se, com o ritmo de crescimento eco-

nómico previsto para 1985».

Se se pudesse resumir o Parecer do Conselho Nacional do Plano, dir-se-ia que as Grandes Opções, além de mal feitas e mal apresentadas, não prestam para o País...

A declaração de voto dos representantes sindicais vai mais longe, acusando o Governo de pretender continuar o processo de degradação de vida dos portugueses.

«O documento prevê», diz a declaração a dado passo, «a continuação do decréscimo dos salários reais. Este decréscimo será na realidade bem mais significativo do que o considerado na elaboração das projecções da "Despesa Final", uma vez que existem todas as razões para crer que o nível de inflação, a manter-se e actual política, se situará, pelos menos alguns pontos acima dos indicados 22 por cento.

«A dinamização do mercado interno continuará pois por se fazer, impossibilitando uma retomada sustentada do investimento e a melhoria da situação no mercado do trabalho.

«A intenção de liberalizar as rendas de habitação, expressa no documento, é mais um elemento a indicar que o Governo pretende continuar o processo de degradação das condições de vida dos portugueses.»

«Estas Grandes Opções», diz a declaração mais adiante, «um voto contrário dos trabalhadores que, no dia a dia, saberão continuar a sua luta contra esta política, pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.»

E não foram só os trabalhadores a mostrarem-se contrários às opções do Governo.

«O Governo vinha assim reconhecer a existência de casos de corrupção que envolviam a política do anterior Governo PSD/CDS e prometer um combate eficaz tanto nos casos já existentes como a futuros actos de que tivesse conhecimento.»

Mas... conforme a deputada do PCP também salientou, «foi sol de pouca dura. Os meses passaram-se e a AR não teve da parte do Governo a informação necessária quanto à sua política nesta área.»

lida Figueiredo acusou o actual Governo de não só não dar combate a anteriores escândalos como, com a sua conduta, encorajar novas situações a exigir inquérito. E lembrou que, na sequência de iniciativas do PCP que levou à AR alguns casos em que recaem sobre actuações de membros do Governo «suspeita pública quanto à sua conformidade com a lei e a ética», o ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares afirmar que o Governo e a maioria parlamentar «votariam a favor de todos os inquéritos».

Só que o debate que se seguiu, apesar de a maioria parecer disposta a deixar passar mais este, mostrou que «há limites»... Se o caso Torralta indispondo a maioria, outros casos põe-na a ferver. Foi o que José Vitorino, do PSD pareceu afirmar, dizendo embora que o seu partido votaria favoravelmente este inquérito. Este deputado deixou bem claro que não estão dispostos a abrir mais, que isto dos inquéritos faz mal à Assembleia, que o PCP é que é o culpado das suspeitas que recaem sobre certos casos e personalidades para depois vir exigir inquéri-

tos. Que se pretende esconder?

Estupefacção e revolta

Entretanto, a maioria faz como o Governo, procura aproveitar o tempo que resta — e que suspeita ser bastante escasso. Assim, enquanto as declarações e as iniciativas do PCP se sucedem no sentido de contrariar uma política nefasta, a maioria debruça-se sobre o Estatuto remuneratório dos titulares dos cargos políticos. E, quando não é isso, são os empréstimos ao estrangeiro. Mais um — e de 150 milhões! — foi aprovado logo no primeiro dia de trabalho parlamentar deste ano.

«Para quê?», era a pergunta. O secretário de Estado encarregado de responder às perguntas dos deputados respondeu mais ou menos isto: «porque não queremos perder a possibilidade que nos dão»...

E porque não esperaram pelo Orçamento de Estado que daria à Assembleia maior capacidade de avaliar as razões do empréstimo? A isso o Governo respondeu nada. Assim esclarecida, a maioria votou a favor.

Anteontem, e enquanto no ar se respirava a condenação das Grandes Opções do Plano que o Conselho Nacional do Plano acabava de, por unanimidade, votar — em parecer de que falamos também nesta página —, de novo os comunistas levantavam problemas. O deputado João Amaral, antes da Ordem do Dia, criticou o chamado «Acordo Laboral» negociado entre Mota Pinto e o Departamento de Defesa dos EUA para os trabalhadores portugueses que prestam serviço às Forças dos Estados Unidos

nos Açores.

Declarando que foi «com estupefacção e revolta» que esses trabalhadores tomaram conhecimento de tal acordo, o deputado comunista acusou o mesmo de violar grosseiramente liberdades, direitos e garantias dos trabalhadores, de ofender o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei e de invadir a competência reservada da AR.

E afirmou João Amaral: «Não é difícil demonstrá-lo: o regime de contrato de trabalho contido no chamado "Acordo Laboral" permite o despedimento individual sem justa causa; prevê a figura espantosa da contratação em regime intermitente, ou seja "à medida que for preciso", reduz o direito a férias e permite a interrupção das férias por decisão unilateral das Forças dos Estados Unidos; diminui o período de dispensa de prestação de trabalho para os candidatos à Assembleia da República e à Assembleia Regional, contrariando directamente Leis da República; prevê a baixa de categoria; permite o despedimento colectivo praticamente sem limite nem justificação; limita o acesso aos tribunais e restringe a competência legal dos tribunais portugueses; permite que a intervenção do Comando Aéreo dos Açores, proibindo o acesso à Base Aérea n.º 4 de trabalhadores, dê causa directa ao despedimento ou constitua impedimento de admissão; viola a Constituição e a Lei portuguesas ao restringir a acção sindical e ao regulamentar uma tal Comissão Representativa dos Trabalhadores que, nos termos propostos, não pode nunca ser senão um simulacro de uma Comissão de Trabalhadores para tentar enganar os interessados.»

Projecto do PCP pretende revogar decreto de Seabra

A primeira iniciativa legislativa deste ano de 1985, na Assembleia da República, pertenceu ao PCP que apresentou, por intermédio da deputada Luísa Cachado, na passada quinta-feira, um projecto de lei que propõe a revogação do decreto governamental que em Setembro último punha em causa os dispositivos constitucionais que asseguram o cumprimento da escolaridade obrigatória. A deputada comunista acusou o diploma do Governo de ignorar os princípios que garantem a todos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades de acesso e de diluir a responsabilidade que incumbe ao Estado assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito.

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo 74 da Constituição.» No entanto, comparando os dois decretos, enquanto que o primeiro «garante a todas as crianças do território português a escolaridade correspondente ao ensino básico», o decreto de Seabra «aceita dispensas de frequência neste grau de ensino, contrariando frontalmente o princípio da universalidade do ensino básico».

Luísa Cachado comparou, durante a sua intervenção, passo a passo, as disposições do anterior decreto, datado de 1979, com o recente que se pretende revogar. Depois de tecer críticas ao relatório da actividade do Ministério de Seabra, apresentado à AR durante a interpelação sobre ensino, a deputada sublinhou que, apesar de nunca ter sido aplicado na íntegra, o anterior decreto registava no seu preâmbulo a necessidade de assegurar «um efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória em toda a sua amplitude e relativamente a todas as crianças portuguesas» e «a necessidade de se criarem condições que propiciem esse cumprimento e o direito ao trabalho de deficientes que não concluíam a escolaridade obrigatória». Entretanto, salientou, o actual decreto, da responsabilidade do ministro Seabra, «imita-se a reconhecer no preâmbulo a ineficácia das medidas legislativas em vigor, a compilação de legislação sobre a matéria, a que introduz inovações que visam cumprir o objectivo consignado no artigo

PCP

Peniche

A fuga foi há 25 anos

O povo não esquece!

A visita ao Forte, com explicações e apontamentos informativos dados por alguns dos participantes na Fuga, um belo almoço de confraternização e, por fim, o comício com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do PCP, foram os momentos mais destacados da jornada comemorativa do 25.º aniversário da histórica **Fuga de Peniche**, numa iniciativa promovida pela Comissão Concelhia local do PCP e que reuniu, num ambiente de fraterno convívio, largas centenas de pessoas. Recordou-se a resistência ao fascismo e a alegria com que o povo português tomou conhecimento da arrojada evasão de 3 de Janeiro de 1960, que devolveu à luta destacados membros do PCP, incluindo o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. Recordou-se o que foi a face mais tenebrosa da opressão fascista. As perseguições. A tortura. Os assassínios. A prisão. Os vexames dos carcereiros. Falou-se do passado. E também do presente. Da situação social e política dos nossos dias. Dos problemas e dos motivos de preocupação dos portugueses. Foi também uma jornada de esclarecimento político e de luta.

A concentração estava marcada para as 10 e 30, junto à entrada do Forte. A pouco e pouco aí se junta uma pequena multidão. Gente de Peniche que atravessa as ruas pacatas da vila, e também muitos forasteiros oriundos de Lisboa e de vários pontos do distrito de Leiria, particularmente da Marinha Grande. A fortaleza é ponto de chegada para muitos automóveis e autocarros das excursões organizadas por militantes do Partido. Quem chega mais adiantado dá uma corrida para um café bem quente: A manhã está fria. E a chuva ameaça.

De uma tribuna improvisada diante da entrada do Forte o camarada Jorge Sobral, membro da Comissão Permanente do Museu de Peniche e responsável do Sector da Resistência, além de salientar o significado da efeméride que ali se comemora, fala do trabalho, do esforço, do carinho e das dificuldades com que decorre a actividade em torno do Museu, que foi inaugurado em Maio de 1984 e que até agora registou mais de 50 mil visitantes. «O que é que leva tanta gente a visitar a fortaleza?» O próprio daria a resposta: os sentimentos antifascistas do povo português, o respeito pela luta e pelos que lutaram contra a ditadura, a certeza de que não se esquece o que foi o longo pesadelo fascista.

Museu em fase de arranque

Jorge Sobral chama a atenção para o valor histórico da fortaleza e para a degradação a que está sujeita. Fala da sua organização e adaptação como Museu municipal, do trabalho voluntário aí desenvolvido, do

esforço da Câmara, do problema das limitações financeiras e do apoio da URAP — União dos Resistentes Antifascistas Portugueses. Dos múltiplos problemas com que o Museu se defronta — e de que a reportagem do «Avante!» se inteirou em conversa com Jorge Sobral — destacam-se a falta de apoio oficial, a não existência de quadros técnicos, a falta de meios financeiros e, já noutra plano, a escassez de materiais e documentos para enriquecer, nomeadamente o Sector da Resistência (elementos relacionados com a vida na prisão).

Refira-se a propósito que além do Sector da Resistência — o objectivo da visita de domingo — o Museu está vocacionado para outras áreas temáticas: etnografia, arqueologia, pesquisa subaquática, pesca, bilros, etc.

Actualmente em «fase de arranque», o Museu municipal tem como tarefa central a recuperação da histórica fortaleza, símbolo da luta e da resistência e também espaço de cultura, aberto a todos e particularmente à juventude que não conheceu o fascismo.

Antes de começar a visita, na qual estiveram presentes alguns camaradas que participaram na fuga de 3 de Janeiro de 60 (Jaime Serra, Joaquim Gomes, Francisco Miguel, Rogério de Carvalho e José Carlos — este último com problemas de saúde), seria aprovada uma moção a que nos referimos separadamente nestas páginas do «Avante!».

«Isto existiu mesmo!»

A curiosidade e a emoção espelham-se nos rostos dos vi-

sitantes. Muitos deles estão aqui pela primeira vez. Outros recordam as visitas a familiares aqui detidos pela ditadura.

Formam-se «bichas» aqui e acolá para ver bem de perto os espaços dos três núcleos do Sector da Resistência do Museu: o **parlatório** (local onde

Durante o desfile foram entoadas palavras de ordem contra a actuação antidemocrática do Governo e particularmente contra a lei de «segurança interna».

Gente que sabe do «ofício» (pescadores em primeiro lugar) preparou mil pratos de uma

Às 2 e 30, finalmente!

«Às 2 e 30 da madrugada de ontem foram finalmente libertados os últimos prisioneiros políticos que se encontravam na prisão da PIDE em Peniche» (Da Imprensa, 28 de Abril de 1974)

os presos lavavam, em curtos períodos, com os familiares que os visitavam), as **celas** onde se iniciou a fuga de Janeiro de 60, no 3.º piso; e o **segredo**, para onde eram enviadas as vítimas de «castigos».

Em torno de alguns dos participantes na fuga, ali presentes, estabelecem-se conversas e explicações. «Tudo começou ali», «passámos ali», «ali mais adiante silenciámos um carcereiro», «com o capote do guarda que também participou na fuga conseguimos escapar por aqui», «deste piso descemos para o outro ali mais abaixo», «depois, descemos, um a um, através de uma corda para o fosso exterior»...

De ponta a ponta, a fortaleza é observada pelos visitantes. Muros, guaritas, corredores, celas. Há quem pare por instantes. Talvez para reflectir... Talvez para pensar: «Isto existiu mesmo». Quer dizer: o fascismo oprimiu, massacrrou e utilizou espaços como esta fortaleza para prender antifascistas.

Junto de alguns painéis aglomeram-se visitantes em leitura atenta. O mesmo acontece na vitrina que mostra mensagens enviadas clandestinamente pelos presos, cartões de familiares para as visitas, objectos feitos pelos detidos e um livro de estudo (inglês) escrito pelos presos em papel de saco de cimento. Mais documentos como estes seriam preciosos para reforçar o valor do Museu.

Desfile na vila

Terminada a visita, os presentes seguiram em desfile pelas ruas de Peniche até à Escola Secundária onde se realizaria o almoço de confraternização e, depois, o comício.

um tom de satisfação. Não era caso para menos. E a receita para o convívio que presenciámos (e em que também participámos) era muito simples: os temperos adequados e o peixe fresco para a panela e, depois, umas patatas de música ao vivo com a Banda de Sacavém, que se deslocou expressamente a Peniche para a jornada.

A manhã fria tinha dado lugar a um sol morno neste princípio de tarde. Há quem ainda esteja na bicha para a caldeirada. Para outros é a oportunidade dum passeio na vila, aproveitando o sol.

Comício combativo

Pouco depois das 15 e 30, dá-se início ao comício, no extenso pátio da Escola. A pequena multidão que havia participado na visita, junta-se mais gente — homens, mulheres e jovens de Peniche.

Uma tribuna improvisada transforma-se em «mesa» do comício. Para lá sobem camaradas da Comissão Concelhia do PCP (Henrique Bertino, Eli-

Símbolo da resistência contra a ditadura, o forte de Peniche conheceu há 25 anos um episódio impressionante da luta corajosa dos comunistas portugueses contra a repressão: um grupo de destacados membros do PCP, incluindo Álvaro Cunhal, secretário-geral, conquista a liberdade para retomar a luta

sabete, António Paiva, Silvério e José Oliveira) e um representante da JCP (António Manuel). Da direcção do Partido, estão presentes os camaradas da Comissão Política Joaquim Gomes (também membro do Secretariado), Jaime Serra e António Orcinha (membro suplente) e ainda os camaradas do Comité Central, Carlos Pinhão e Francisco Miguel. Jorge Sobral, da Direcção Regional de Leiria do PCP, também se encontra na tribuna.

Depois de uma breve saudação da C. concelhia lida por José Oliveira, foi dada a palavra ao camarada Carlos Pinhão, que falou em nome da DORLEI do PCP.

Como foi possível

Referindo-se à histórica evasão de 3 de Janeiro de 1960, afirmaria:

«Tal vitória foi possível por vários factores, entre os quais considero justo destacar:

- «A disposição desses camaradas de tudo estarem dispostos a arriscar e a sacrificar, inclusive a própria vida, pela libertação do povo português do jugo da ditadura fascista que nos espezinhou durante 48 anos ao serviço e em benefício dos monopólios, aliados ao imperialismo estrangeiro, e dos latifundiários;

- «O serem dirigentes de um partido revolucionário, com objectivos bem claros e definidos, nitidamente ligados às massas, sem o que, tal vitória, não teria sido possível;
- «O apoio e a agenda imediatamente recebidos do povo português;
- «O ter tal fuga beneficiado do apoio e da cumplicidade daqueles habitantes da vila de Peniche que dela se aperceberam e a silenciaram.

- «Glória a todos eles:
- «Aos que participaram na fuga e que depois a honraram com a continuação da sua dedicação à luta, como revolucionários inteiramente ao serviço do povo;
- «Ao Partido que os educou e os forjou como dirigentes — o nosso Partido, o Partido Comunista Português;
- «Aos trabalhadores e ao povo, responsáveis pela criação de tal partido e base objectiva da sua existência;
- «Ao povo de Peniche que sempre soube, no seu conjunto, repudiar e considerar como estranha a si próprio e à sua vontade a existência no seu concelho desta prisão fascista, ao mesmo tempo que sempre acarinhou os familiares dos presos e, em várias circunstâncias, os ajudou.»

Breve cronologia

- No séc. XV D. Manuel I manda construir um pequeno castelo em Peniche.

- Em 1544 D. Afonso de Ataíde, conde de Atouguia, escreve a D. João III dando conta da necessidade de serem construídos em Peniche um castelo e uma torre.

- Em 1557 inicia-se por ordem de D. João III a construção do Baluarte redondo, ou torre e a muralha adjacente, voltada a Sul. Obra concluída no tempo de D. Sebastião.

- Em 1589 a fortaleza é tomada pelas tropas inglesas postas à disposição de D. António Prior do Crato, na sua tentativa de expulsar os espanhóis e ocupar o trono de Portugal.

- Em 1642 inicia-se por ordem de D. João IV a construção da fortaleza completamente fechada.

- Em 1645 dá-se por concluído o forte.
- Em 1652 a fortaleza recebe a visita de D. João IV.

- Em 1796 por ordem do Príncipe Regente (depois D. João VI), o Regimento de Peniche passa a ter Bandeira e Distinção, com a legenda «Ao valor do regimento de Peniche».

- Em 1806 a fortaleza recebe a visita do Príncipe Regente (depois D. João VI).

- Em 1807 a fortaleza é ocupada por dois batalhões do exército de Napoleão, compostos por cerca de 2000 homens sob o comando do general Thomières.

- Em 1808 os invasores franceses são expulsos do forte.

- Em 1810 o destacamento da guarnição ataca as tropas francesas de Massena e faz 48 presos e 8 mortos.

- Em 1833 o general António Feliciano Telles da Costa Aparício, miguelista e Governador da Praça abandona-a com os 4000 soldados da guarnição e a mesma é ocupada por tropas liberais do coronel Joaquim Pereira Marinho.

- Em 1834 é dissolvido o trem da Praça.

- Em 1837 ocorre uma violenta explosão, num dos paços da fortaleza, tendo morrido o Almojarife e ficado bastante arruinado o palácio do Governador.

- Em 1871 é solicitado que seja colocado no forte um corpo permanente de tropas, como dantes existia.

- Em 1891 é solicitada autorização para ser apeada toda a Artilharia que não constituísse armamento da Praça.

- Em 1901 o forte começa a ultrapassar o seu passado militar. Algumas dezenas de «Bórs», refugiados da guerra travada com os ingleses na África do Sul, ficam alojados no forte.

- Em 1932 o forte passa a ser utilizado como cadeia de presos políticos adversos à ditadura do Estado Novo.

- Nos anos 50 e 60 são construídas no interior da fortaleza novas edificações (pavilhões celulares, parlatórios) destinadas aos serviços prisionais, para reclusão de presos políticos.

- Em 1974, a 27 de Abril, são libertados os presos políticos que ocupavam a cadeia existente à 40 anos no forte.

- Entre 1977 e 1982, estiveram alojados no forte retornados das ex-colónias.

- Em 18 de Maio de 1984 foi inaugurado o Museu com uma secção dedicada à Resistência antifascista.

Discurso de Jaime Serra no comício de Peniche

Camaradas
Em nome do Comité Central do PCP permiti que saúde os camaradas da Comissão Concelhia de Peniche do PCP que tiveram a iniciativa de comemorar deste modo o 25.º aniversário da vitoriosa fuga de Peniche de 3 de Janeiro de 1960.

Permiti que saúde também todos os camaradas e amigos presentes, assim como todos aqueles que de um ou outro modo se associaram a estas comemorações, alguns vindos de pontos bem distantes.

Permiti que saúde, finalmente, por intermédio dos camaradas e amigos aqui presentes, naturais desta laboriosa vila, todos os trabalhadores e o povo de Peniche, de cujas tradições de luta e amor à liberdade temos sobejas provas quer antes quer depois do 25 de Abril de 1974.

Camaradas,
A Fortaleza de Peniche é, simultaneamente, um símbolo de opressão e um símbolo de luta pela liberdade.

É símbolo de opressão, pelo uso que desta bela Fortaleza fizeram os opressores e carcereiros fascistas, encarcerando ali e sujeitando-os aos maiores vexames, ao longo de décadas, muitos dos melhores filhos do nosso povo que se opunham à criminoso política da ditadura fascista.

A Fortaleza de Peniche, é símbolo de luta pela liberdade e da luta antifascista, porque por ali passaram centenas, senão milhares, de patriotas e democratas portugueses cujo único crime foi a dedicação sem limites à causa dos trabalhadores e do povo português, à causa da liberdade e da independência da Pátria, valores estes, espezinhados ao longo de quase meio século pela ditadura salazarista e caetanista, ao serviço dos monopólios e do imperialismo estrangeiro.

Peniche: uma universidade revolucionária

A Fortaleza de Peniche foi ainda, para muitos antifascistas, uma verdadeira escola de formação revolucionária, de aperfeiçoamento cultural e de formação de carácter. Foi uma escola de luta.

Desde simples cursos de alfabetização, a cursos colectivos de formação política, de economia, etc., até ao funcionamento duma organização de solidariedade colectiva à escala da Fortaleza, tudo contribuiu, não só para dirigir colectivamente as lutas prisionais e para manter a confiança no futuro da luta antifascista, como para a formação de quadros para continuar no exterior, nas duras condições da clandestinidade, a luta contra a ditadura.

De tal modo assim era, que quando se pensava ou trabalhava na organização duma fuga, estava implícito que tal fuga se faria para continuar a luta pela libertação do povo português e não para qualquer um alcançar a liberdade para si próprio. Assim se compreende o facto de que vários camaradas, ao longo de anos, foram presos, evadiram-se, voltaram a ser presos e voltaram a evadir-se, sempre com o objectivo de prosseguirem a luta pela libertação do povo português.

Em certo sentido, pode dizer-se que Peniche foi para dezenas e dezenas de camaradas, uma verdadeira universidade revolucionária. Não se pense, porém, que o ambiente e os regulamentos priso-

nais facilitavam de algum modo este trabalho político e cultural. Muito pelo contrário. Pode afirmar-se que tal trabalho foi realizado a despeito dos regulamentos e práticas repressivas instauradas pelos carcereiros para o impedir.

A Fuga de Peniche, pelo rigor da sua organização e da sua execução, pelo êxito alcançado e pela sua espectacularidade, teve então uma grande repercussão nacional e internacional. Lançou na maior confusão o aparelho repressivo da PIDE e constituiu uma grande derrota para o governo fascista de Salazar.

Para os trabalhadores e o povo português, tal acontecimento foi em geral considerado um grande êxito da luta antifascista e uma grande vitória do PCP.

Com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, alcançaram a liberdade cerca de uma dezena de destacados militantes que, desse modo, constituíram um extraordinário reforço para o trabalho revolucionário do PCP, facto que iria ter grande influência nas grandes tarefas e lutas nos anos seguintes, acelerando a luta pelo derubamento do fascismo, alcançado 14 anos depois com a gloriosa Revolução do 25 de Abril de 1974.

Como foi então assinalado pela direcção do Partido, numa análise às razões do êxito da fuga de Peniche, um dos factores do êxito desta fuga deve-se aos sentimentos antifascistas do nosso povo em geral e do povo de Peniche em particular.

Passados 25 anos deste acontecimento histórico, reafirmar aqui este factor é a melhor homenagem que o PCP pode prestar ao povo de Peniche. Reafirmar a confiança nos sentimentos antifascistas do povo trabalhadora de Peniche, é manifestar a certeza de que tal como ontem esteve nas primeiras filas da luta pela conquista da liberdade, o povo de Peniche está hoje também nas primeiras filas da luta em defesa das grandes conquistas revolucionárias de Abril de 1974, entre as quais se destaca a liberdade dos cidadãos, que foi tão ferocemente espezinhada durante quase meio século de regime fascista.

Fascismo nunca mais

Camaradas
O facto de estarmos hoje aqui, numa comemoração que é simultaneamente uma jornada de luta em defesa das liberdades, constitui a melhor garantia de que o longo e terrível pesadelo do fascismo não voltará!

As conquistas da Revolução são uma realidade muito querida que jamais se podem deixar perder. Defendê-las é um dever de todos os patriotas e democratas. É o primeiro dever daqueles que sofreram na carne o terror e a opressão da ditadura fascista.

A Revolução de Abril trouxe ao nosso povo a liberdade, a Paz, o respeito pela independência nacional, a democracia política, o Poder Local democrático e com a Reforma Agrária, a liquidação dos monopólios e dos latifúndios. Trouxe aos trabalhadores, aos jovens e às mulheres, importantes direitos sindicais e sociais, na base dos quais hoje lutam por novas conquistas democráticas.

Nas condições políticas actuais, a defesa intransigente destas conquistas é uma condição essencial para a defesa da própria liberdade!

Os comunistas, como o testemunham as frias pedras da Fortale-

za de Peniche, estarão sempre na vanguarda da luta dos trabalhadores e do povo em defesa das liberdades e das demais conquistas de Abril, sem regatear sacrifícios de qualquer espécie.

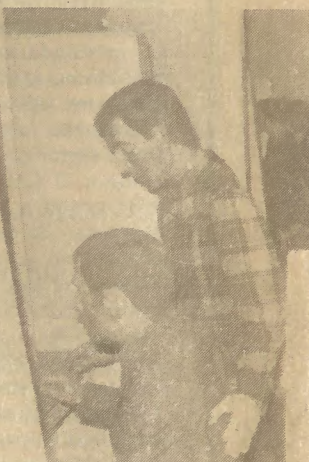
Clamoroso desastre nacional

Camaradas,
Um balanço, mesmo breve, da acção governativa de Mário Soares/M. Pinto em ano e meio deste Governo, resulta na conclusão de que foi um clamoroso desastre para os interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

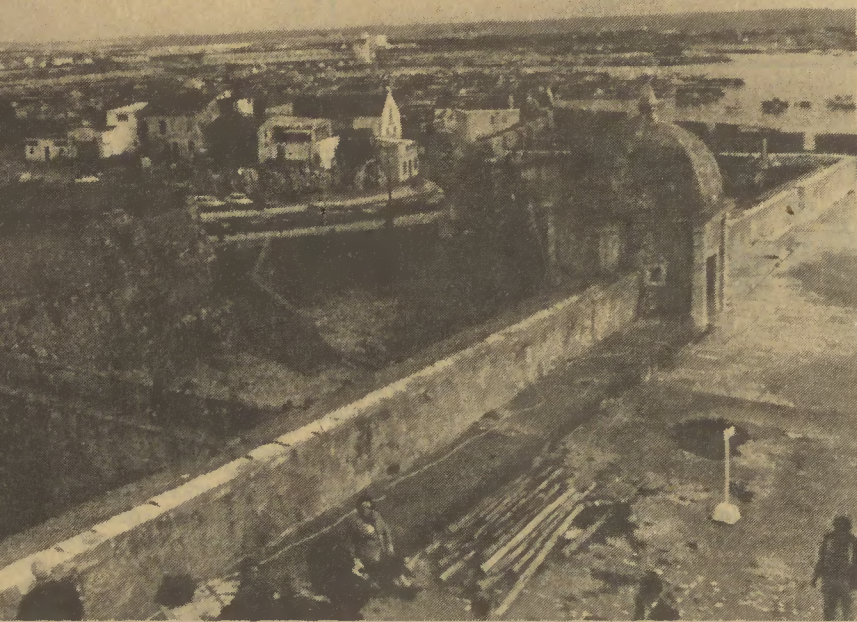
Os trabalhadores vivem pior que nunca após o 25 de Abril. Ou-



Uma imagem do comício que encerrou a jornada comemorativa do 25.º aniversário da fuga de Peniche (3 de Janeiro de 1960). Depois de referir o significado da espectacular evasão no quadro da luta contra a ditadura fascista, Jaime Serra abordou a actual situação política e social do País



Parlatório: a reconstituição de um dos momentos da luta



Não esquece!

...tantes. Muitos deles estão aqui pela primeira vez. Outros acordam as visitas a familiares aqui detidos da ditadura. Formam-se «bichas» aqui e colá para ver bem de perto os espaços dos três núcleos do Sector da Resistência do Museu: o **parlatório** (local onde

Às 2 e 30, finalmente!

«Às 2 e 30 da madrugada de ontem foram finalmente libertados os últimos prisioneiros políticos que se encontravam na prisão da PIDE em Peniche»
(Da imprensa, 28 de Abril de 1974)

s presos falavam, em curtos períodos, com os familiares (ue os visitavam), as **celas** onde se iniciou a fuga de Janeiro de 60, no 3.º piso; e o **segredo**, para onde eram enclausuradas as vítimas de «casos».

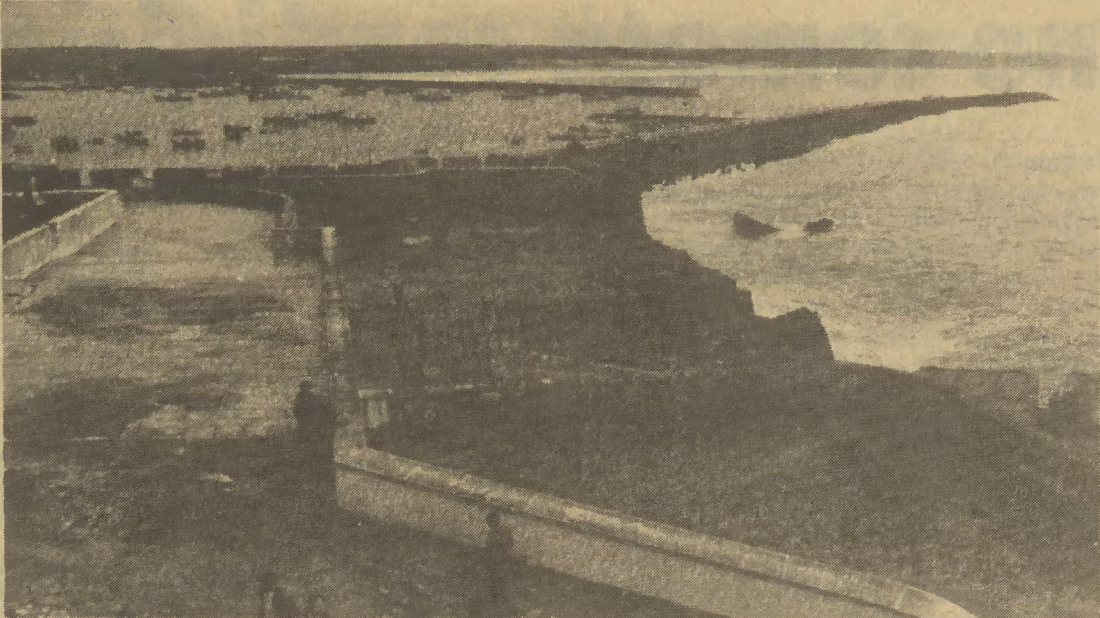
Em torno de alguns dos participantes na fuga, ali presentes, estabelecem-se conversas e explicações. «Tudo começou ali», «passámos ali», «ali mais diante silenciosamente um carcelo», «com o capote do guarda que também participou na fuga conseguimos escapar por aqui», «deste piso descemos para o outro ali mais abaixo», «depois, descemos, um a um, através de uma corda para o nosso exterior»...

De ponta a ponta, a fortaleza é observada pelos visitantes. Muros, guaritas, corredores, celas. Há quem pare por instantes. Talvez para reflectir... Talvez para pensar: «isto existiu mesmo». Quer dizer: o fascismo oprimiu, massacrrou e utilizou espaços como esta fortaleza para prender antifascistas.

Junto de alguns painéis aglomeram-se visitantes em leitura atenta. O mesmo acontece na vitrina que mostra mensagens enviadas clandestinamente pelos presos, cartões de familiares para as visitas, objectos feitos pelos detidos e um livro de estudo (Inglês) escrito pelos presos em papel de saco de cimento. Mais documentos como estes seriam preciosos para reforçar o valor do Museu.

Desfile na vila

Terminada a visita, os presentes seguiram em desfile pelas ruas de Peniche até à Escola Secundária onde se realizaria o almoço de confraternização e, depois, o comício.



Símbolo da resistência contra a ditadura, o forte de Peniche conheceu há 25 anos um episódio impressionante da luta corajosa dos comunistas portugueses contra a repressão: um grupo de deslocados membros do PCP, incluindo Álvaro Cunhal, secretário-geral, conquista a liberdade para retomar a luta

um tom de satisfação. Não era caso para menos. E a receita para o convívio que presenciámos (e em que também participámos) era muito simples: os temperos adequados e o peixe fresco para a panela e, depois, umas piatas de música ao vivo com a Banda de Sacavém, que se deslocou expressamente a Peniche para a jornada.

A manhã fria tinha dado lugar a um sol morno neste princípio de tarde. Há quem ainda esteja na bicha para a caldeirada. Para outros é a oportunidade de dum passeio na vila, aproveitando o sol.

Comício combativo

Pouco depois das 15 e 30, dá-se início ao comício, no extenso pátio da Escola. A pequena multidão que havia participado na visita, junta-se mais gente — homens, mulheres e jovens de Peniche. Uma tribuna improvisada transforma-se em «mesa» do comício. Para lá sobem camaradas da Comissão Concelhia do PCP (Henrique Bertino, Eli-

sabete, António Paiva, Silvério e José Oliveira) e um representante da JCP (António Manuel). Da direcção do Partido, estão presentes os camaradas da Comissão Política Joaquim Gomes (também membro do Secretariado), Jaime Serra e António Orcinha (membro suplente) e ainda os camaradas do Comité Central, Carlos Pinhão e Francisco Miguel. Jorge Sobral, da Direcção Regional de Leiria do PCP, também se encontra na tribuna.

Depois de uma breve saudação da C. concelhia lida por José Oliveira, foi dada a palavra ao camarada Carlos Pinhão, que falou em nome da DORLEI do PCP.

Como foi possível

Referindo-se à histórica evasão de 3 de Janeiro de 1960, afirmou:

«Tal vitória foi possível por vários factores, entre os quais considero justo destacar:

- «A disposição desses camaradas de tudo estarem dispostos a arriscar e a sacrificar, inclusive a própria vida, pela libertação do povo português do jugo da ditadura fascista que nos espezinhou durante 48 anos ao serviço e em benefício dos monopólios, aliados ao imperialismo estrangeiro, e dos latifundiários;

- «O serem dirigentes de um partido revolucionário, com objectivos bem claros e definidos, nitidamente ligado às massas, sem o que, tal vitória, não teria sido possível;

- «O apoio e a agenda imediatamente recebidos do povo português;

- «O ter tal fuga beneficiado do apoio e da cumplicidade daqueles habitantes da vila de Peniche que dela se aperceberam e a silenciaram.

- «Glória a todos eles:

- «Aos que participaram na fuga e que depois a honraram com a continuação da sua dedicação à luta, como revolucionários inteiramente ao serviço do povo;

- «Ao Partido que os educou e os forjou como dirigentes — o nosso Partido, o Partido Comunista Português;

- «Aos trabalhadores e ao povo, responsáveis pela criação de tal partido e base objectiva da sua existência;

- «Ao povo de Peniche que sempre soube, no seu conjunto, repudiar e considerar como estranha a si próprio e à sua vontade a existência no seu

- concelho desta prisão fascista, ao mesmo tempo que sempre acarinhou os familiares dos presos e, em várias circunstâncias, os ajudou.»

Resistência antifascista em todo o País

Noutra passagem da sua intervenção, o camarada C. Pinhão salientou:

- «Em 18 de Maio de 1984 foi oficialmente inaugurado o Museu de Peniche, no qual se insere o Sector da Resistência, que de manhã visitámos, justa homenagem à luta do povo português, à sua resistência contra o fascismo.

- «Está, pois, dado destino ao Forte. O Forte é o Museu da Vila de Peniche, com o seu Sector da Resistência. É um dado adquirido. Não é pois actual a questão que alguns ain-

da colocam «que destino dar ao Forte?».

«Em todo o caso, — acrescentou — cabe aqui, hoje, nesta comemoração, analisar uma outra questão que, sendo embora ponto assente, importa clarificar: porquê em Peniche a perpetuação da luta antifascista através de um Museu da Resistência ou, mais concretamente, porque é o caso, de um Sector da Resistência no Museu de Peniche instalado no Forte?»

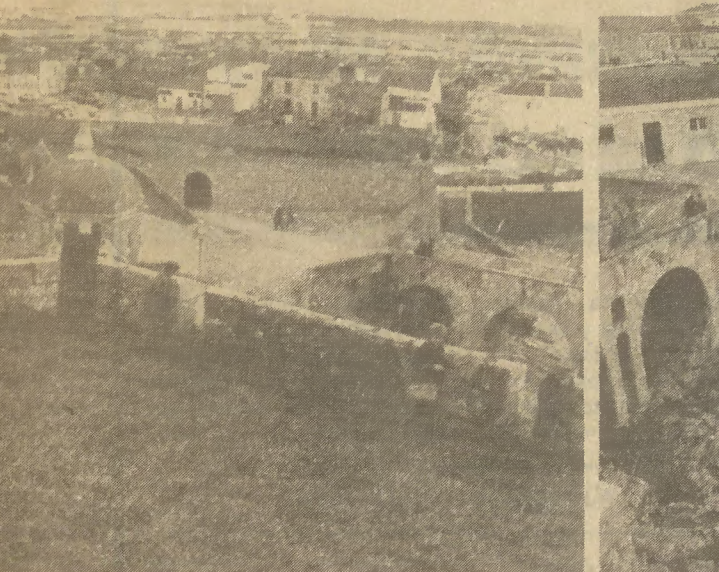
«Porque não em Caxias ou no Aljube, por exemplo, ou na rua António Maria Cardoso (sede da PIDE), ou na rua do Heroísmo (dependência da mesma PIDE no Porto), ou na Cadeia de Santa Cruz do Bispo, de onde, de todos estes locais, também houve fugas ou foram assassinados patriotas?»

«Porque não na Penitenciária de Lisboa, onde foi assassinado o grande dirigente comunista Militão Ribeiro?»

«De facto, por todos estes locais passaram presos políticos assassinados patriotas?»

«Mas também muitos postos da GNR e esquadras da PSP, por onde passaram presos políticos, foram locais da resistência.

«Locais da resistência do



... Mas pensaram

«Poderia parecer incrível que nas condições em que se encontravam aqueles homens, encerrados no interior de uma fortaleza emuralhada, cercados pela apertada rede de sentinelas da GNR no interior e no exterior, espiados constantemente pelos ferozes guardas prisionais, pensassem em fugir. Mas pensaram»

José Dias Coelho

povo português, foram igualmente os postos de trabalho onde os trabalhadores lutaram corajosamente. Nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos barcos.

«Museu da Resistência poderia ainda ser considerada a Estrada de Bucelas, onde foi assassinado o nosso camarada Alfredo Dinis (Alex), ou a antiga rua da Creche (em Alcântara), foi foi assassinado o nosso

camarada José Dias Coelho, rua que hoje tem o seu nome. E porque não os campos do Alentejo ou do Ribatejo, onde foram assassinados Catarina Eufémia e outros operários agrícolas?»

«O Museu da Resistência poderia ser em qualquer ponto de Portugal, pois o nosso povo nunca aceitou o jugo fascista, resistiu-lhe e contra ele lutou desde o seu advento em 28 de Maio de 1926.

«Discutir hoje o local mais adequado para o Museu da Resistência e fazer dependê-lo da sua instalação, significa pretender que ele não ficasse em parte alguma, significaria passar uma esponja por cima dos crimes do fascismo, significaria admitir que o fascismo não existiu em Portugal, significaria deixar a actual juventude desprevenida contra os maneios daqueles que manobram pela reimplantação das condições objectivas para o seu regresso, ou seja a reorganização e reposição dos monopólios e dos latifúndios.»

Lutar contra o Governo!

Já na parte final da sua intervenção, declarou:

«O fascismo quis isolar os patriotas encarcerados. Não o conseguiu.

«O exemplo e a justa luta dos presos atravessou as grades, galgou as muralhas e projectou-se na vila, onde há hoje uma forte implantação democrática e antifascista, de tal for-

ra no comício de Peniche

nais facilitavam de algum modo este trabalho político e cultural. Muito pelo contrário. Pode afirmar-se que tal trabalho foi realizado a despeito dos regulamentos e práticas repressivas instauradas pelos carcereiros para o impedir.

A Fuga de Peniche, pelo rigor da sua organização e da sua execução, pelo êxito alcançado e pela sua espectacularidade, teve então uma grande repercussão nacional e internacional. Lançou na maior confusão o aparelho repressivo da PIDE e constituiu uma grande derrota para o governo fascista de Salazar.

Para os trabalhadores e o povo português, tal acontecimento foi em geral considerado um grande êxito da luta antifascista e uma grande vitória do PCP.

Com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, alcançaram a liberdade cerca de uma dezena de destacados militantes que, desse modo, constituíram um extraordinário reforço para o trabalho revolucionário do PCP, facto que iria ter grande influência nas grandes tarefas e lutas nos anos seguintes, acelerando a luta pelo derrubamento do fascismo, alcançado 14 anos depois com a gloriosa Revolução do 25 de Abril de 1974.

Como foi então assinalado pela direcção do Partido, numa análise às razões do êxito da fuga de Peniche, um dos factores do êxito desta fuga deve-se aos sentimentos antifascistas do nosso povo em geral e do povo de Peniche em particular.

Passados 25 anos deste acontecimento histórico, reafirmar aqui este factor é a melhor homenagem que o PCP pode prestar ao povo de Peniche. Reafirmar a confiança nos sentimentos antifascistas do povo trabalhador de Peniche, é manifestar a certeza de que tal como ontem esteve nas primeiras filas da luta pela conquista da liberdade, o povo de Peniche está hoje também nas primeiras filas da luta em defesa das grandes conquistas revolucionárias de Abril de 1974, entre as quais se destaca a liberdade dos cidadãos, que foi tão ferozmente espezinhada durante quase meio século de regime fascista.

Fascismo nunca mais

Camaradas

O facto de estarmos hoje aqui, numa comemoração que é simultaneamente uma jornada de luta em defesa das liberdades, constitui a melhor garantia de que o longo e terrível pesadelo do fascismo não voltará!

As conquistas da Revolução são uma realidade muito querida que jamais se podem deixar perder. Defendê-las é um dever de todos os patriotas e democratas. É o primeiro dever daqueles que sofreram na carne o terror e a opressão da ditadura fascista.

A Revolução de Abril trouxe ao nosso povo a liberdade, a Paz, o respeito pela independência nacional, a democracia política, o Poder Local democrático e com a Reforma Agrária, a liquidação dos monopólios e dos latifúndios. Trouxe aos trabalhadores, aos jovens e às mulheres, importantes direitos sindicais e sociais, na base dos quais hoje lutam por novas conquistas democráticas.

Nas condições políticas actuais, a defesa intransigente destas conquistas é uma condição essencial para a defesa da própria liberdade!

Os comunistas, como o testemunham as frias pedras da Fortale-

za de Peniche, estarão sempre na vanguarda da luta dos trabalhadores e do povo em defesa das liberdades e das demais conquistas de Abril, sem regatear sacrifícios de qualquer espécie.

Clamoroso desastre nacional

Camaradas,

Um balanço, mesmo breve, da acção governativa de Mário Soares/M. Pinto em ano e meio deste Governo, resulta na conclusão de que foi um clamoroso desastre para os interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Os trabalhadores vivem pior que nunca após o 25 de Abril. Ou-



Uma imagem do comício que encerrou a jornada comemorativa do 25.º aniversário da fuga de Peniche (3 de Janeiro de 1960). Depois de uma referência ao significado da espectacular evasão no quadro da luta contra a ditadura fascista, Jaime Serra abordou a actual situação política e social do País

tras camadas da população, tais como as mulheres, os jovens, os pensionistas, os reformados e os idosos, vêem os seus interesses cada vez mais desprotegidos. As falências sucedem-se em cadeia entre os pequenos e médios empresários, o campesinato luta pela sobrevivência, com limites cada vez mais estreitos, entalados entre a subida constante dos factores de produção e a inexistência de uma garantia dos preços dos produtos à produção.

A taxa de inflação em 84 ultrapassou os 30%; o Produto Interno Bruto baixou e o escândalo do défice real do OE/84 foi o que se sabe, com burocras de milhões de contos por todos os lados. A dívida pública, atinge números astronómicos, sendo o endividamento externo de mais de 2600 milhões de contos, o que constitui um verdadeiro garrote para a economia nacional e para a independência de Portugal como nação.

Por esta razão, o PCP vem exigindo publicamente uma renegociação da dívida externa, em termos favoráveis para Portugal, como uma das condições para evitar a bancarrota a curto prazo.

E nesta situação de aguda crise, de miséria e de fome para muitos milhares de famílias trabalhadoras que se generaliza a corrupção mesmo a nível governamental; que o Governo gasta em passeatas ao estrangeiro só em 84 perto de 5 milhões de contos e que a chamada classe política dos partidos burgueses (PS incluído), fazem aprovar na Assembleia da República aumentos para si próprios de mais de 50%!

Não admira, pois, que nestas condições o Governo se encontre cada vez mais isolado. Que veja diminuir a sua base de apoio social e aumentar a resistência à sua política por parte dos trabalhadores, das massas populares e de outras camadas da população, tais como as mulheres, os estudantes, os intelectuais, os camponeses, os pequenos e médios comerciantes e industriais.

Face à resistência dos trabalhadores e das massas populares, face à luta de muitos milhares de democratas e patriotas dos mais diversos quadrantes políticos, que resistiram e lutaram contra os planos da coligação, visando a destruição das conquistas de Abril, o Governo sofreu sérios reveses.

A lei off apagou-se, o pacote antioperário, com particular relevo para a lei antigreve, ficou no papel. A Múta dos Pescadores, ficou nas mãos dos próprios pescadores, sendo o Governo obrigado a recuar nos seus propósitos de controlo teirista. A Lei do aumento das rendas de casa foi até agora bloqueada. Na Zona da Reforma



«Nada melhor do que em Peniche»

O fascismo instalou no Forte de Peniche a prisão para cumprimento das penas injustamente aplicadas pelos Tribunais Militares Especiais e pelos Tribunais Plenários aos lutadores antifascistas. E não foi por acaso. O fascismo quis isolar os presos políticos dos seus familiares e amigos. Quis controlar o local onde os presos em cumprimento de pena se encontravam. E nada melhor do que Peniche, uma vila não só com uma fortaleza mas que se situa numa península, que mais saída não tem do que pelo seu istmo, onde foi implantado um posto da Polícia de Viação e Trânsito. Numa vila. Onde melhor se controlava não só o movimento das famílias e dos amigos, mas também todos os gestos de solidariedade popular de forma mais facilmente reprimidos do que numa grande cidade como Lisboa ou Porto — (da intervenção de Carlos Pinhão, membro do CC, em nome da DORLEI, no comício integrado na jornada comemorativa do 25.º aniversário da Fuga, no passado domingo, em Peniche).

Em 1932...

Os primeiros antifascistas que conheceram as masmorras de Peniche foram para aí enviados por ordens de Salazar em 1932. Como o Forte não dispunha ainda de estruturas próprias para a detenção desses antifascistas, as suas primeiras celas foram autênticos buracos — as casamatas. E logo nesse período inicial se registaram as primeiras fugas, afirmações impressionantes de audácia e coragem.

Uma preparação cuidada

Parece simples esta fuga, que devolveu à liberdade e à luta Álvaro Cunhal e um grupo de outros destacados dirigentes do PCP. Mas aqui cumplicidade significou planeamento cuidadoso e rigoroso durante longos meses, uma perfeita coordenação da acção do Partido no interior e no exterior do Forte, uma disciplina rigorosa no cumprimento das tarefas, um secretismo total, a audácia e a coragem dos participantes na fuga. («60 anos de luta», Edições Avante!)

«Era o sinal»

Peniche, 3 de Janeiro de 1960. No final de uma tarde escura de Inverno, em frente do Forte, um carro passa com a tampa da mala levantada. Era o sinal de que lá fora tudo estava a postos. Dentro do Forte inicia-se a acção... («60 anos de luta», Edições Avante!)

Repercussão nacional e internacional

Na história da resistência à ditadura fascista — parcela bem destacada da História Contemporânea do nosso país — há um acontecimento de significado especial ocorrido em 1960 que ainda hoje permanece bem gravado na memória de muitos portugueses: a arrojada fuga do Forte de Peniche.

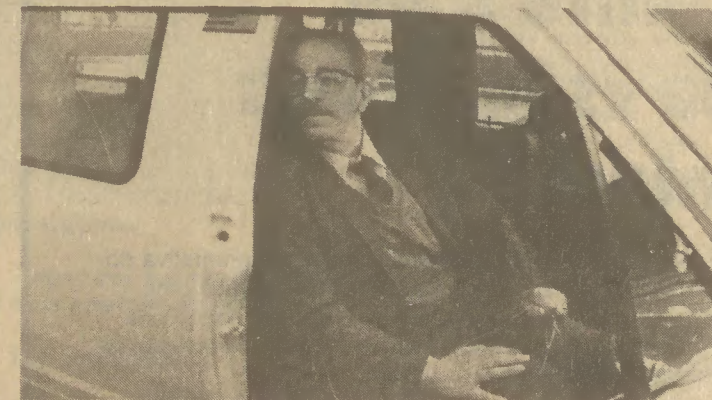
Como diria o dirigente comunista Jaime Serra, membro da Comissão Política do Partido e um dos participantes nessa histórica evasão, intervindo no comício evocativo realizado no último domingo na vila piscatória de Peniche, «a fuga, pelo rigor da sua organização, pelo êxito alcançado e pela sua espectacularidade, teve então uma grande repercussão nacional e internacional. Lançou na maior confusão o aparelho repressivo da PIDE e constituiu uma grande derrota para o governo fascista de Salazar».

Da fuga às lutas de 1961-62

A fuga de Peniche foi uma das evasões espectaculares de toda a história do fascismo. Primeiro, por se tratar de um numeroso grupo de estacados dirigentes e quadros do PCP, como Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Jaime Serra, Carlos Costa, Francisco Miguel, Pedro Soares, Rogério de Carvalho e José Carlos. Depois, porque os fugitivos escaparam de um dos mais seguros cárceres fascistas, o Forte de Peniche.

A fuga de Peniche foi saudada com imensa alegria pelo nosso povo. Foi uma grande vitória para o PCP, que, recuperando um elevado número de valiosos dirigentes, desencadearia e dirigiria nos anos seguintes algumas das mais importantes lutas contra a ditadura, as lutas políticas de massas de 1961-1962.

(«60 anos de luta», Edições Avante!)



José Carlos: mesmo com a saúde debilitada ele esteve presente na jornada do último domingo em Peniche. Foi um dos participantes na histórica fuga

Um cúmplice da Fuga a que a PIDE nunca deitou a mão

«E quando o vento estava de feição ouvíamos daqui os gritos dos presos.» Era assim Peniche, uma vila encrustada entre um forte-prisão e um posto da guarda. Uma vila amordaçada e resistente.

Foi todo um povo, que tinha medo de sair de noite à rua, que se tornou resistente ao ajudar as famílias dos prisioneiros que muitas vezes viajavam centenas de quilómetros e necessitavam de guarda.

Foi todo um povo que se tornou resistente ao calar-se, ao ajudar, e ao conti-

nuar, fora das grades, a luta dos que foram encarcerados por pertencerem ao povo português.

E a fuga de 3 de Janeiro de 1960 foi um episódio marcante para a vida desta vila piscatória. Ao anoitecer, perto de uma dezena de homens desce pelos muros do forte e corre em direcção aos veículos que os esperavam centenas de metros à frente. Um trajecto que certamente foi presenciado... e calado.

Durante anos e anos todos diziam não ter visto nada nem ajudado ninguém, e sabe-se que diver-

sas fugas só tiveram sucesso devido à solidariedade do povo de Peniche, como foi o caso da fuga solitária de António Dias Lourenço, em 1954.

Hoje, 25 anos que são passados sobre a fuga de Peniche, é já difícil encontrar alguém que se recorde perfeitamente deste acontecimento. No entanto, os dias seguintes permanecem bem vivos em todos os penicheiros.

Logo a seguir à fuga, contam-nos, a PIDE e a GNR montaram uma operação-stop de envergadura

nunca vista na vila. A praça cimeira à fortaleza foi vedada ao trânsito de peões e de veículos e as pessoas importunadas por «investigadores» à paisana que se esforçavam por encontrar cumplicidades.

A única cumplicidade que julgaram ter encontrado foi a de uma velha figueira situada junto às muralhas do forte. No dia seguinte lá estava o aviso... com meia dúzia de machadadas, a polícia, furiosa, derrubou-a.

Quanto ao verdadeiro cúmplice, a esse nunca a PIDE lhe conseguiu deitar a mão: o povo de Peniche.

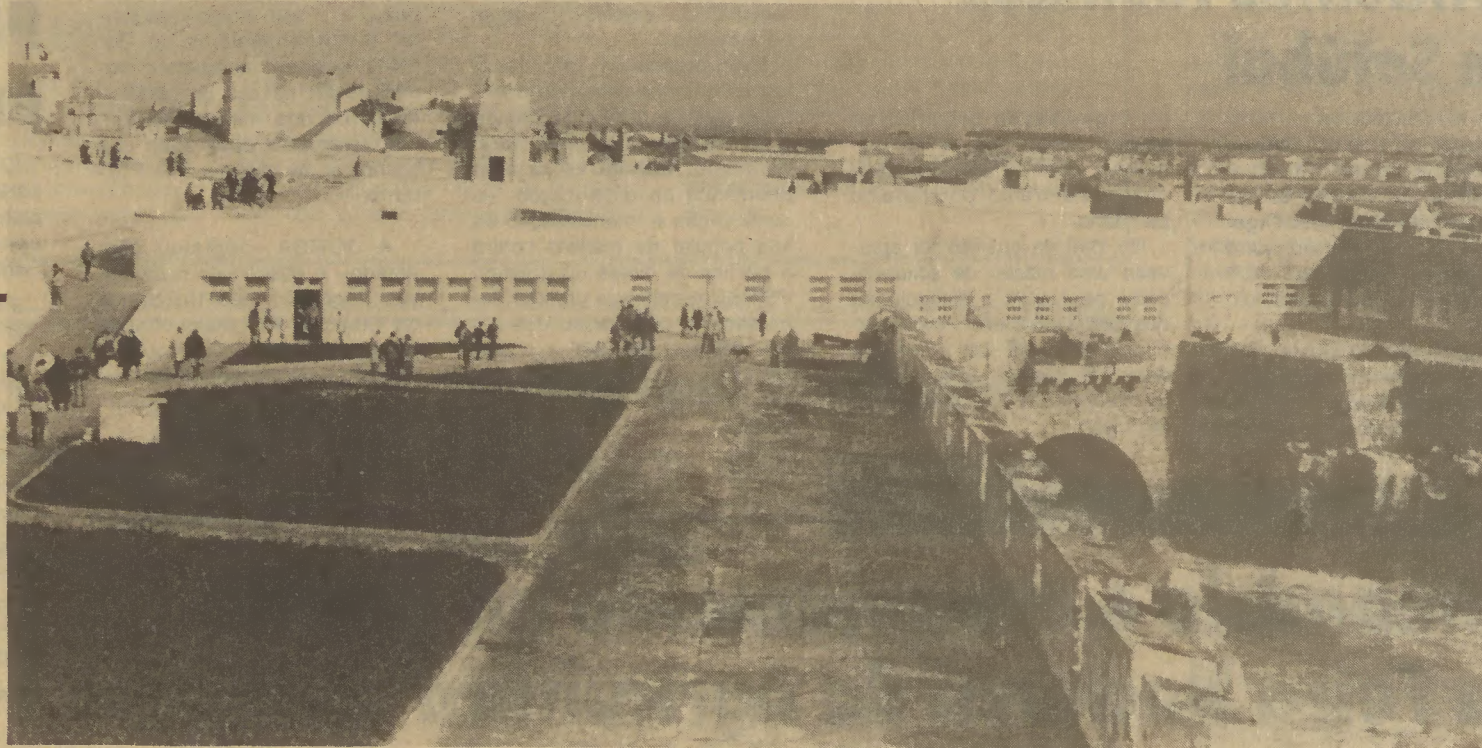


terna», e a que nos referimos separadamente.

Quanto ao discurso pronunciado por Jaime Serra, que encerrou a jornada evocativa do 25.º aniversário da fuga de Peniche, chamamos desde já a

atenção dos nossos leitores, nomeadamente pelo que representa como informação, análise, esclarecimento e base para uma reflexão cuidada sobre o actual momento político e social do nosso país.

A Comissão Concelhia de Peniche do PCP ofereceu medalhas comemorativas do 25.º aniversário da Fuga aos camaradas que nela tomaram parte e uma placa evocativa à direcção do Partido.



Agrária, a ofensiva do Governo foi em boa parte contida pela luta dos trabalhadores.

Apesar de continuar na ordem do dia, como objectivo central da coligação reaccionária no Poder, falhou até agora a tentativa de criar um Estado policial de tipo totalitário, devido ao grande clamor de protestos e à vaga de lutas, contra tal projecto, que de todos os quadrantes políticos e sociais se desencadearam, levando a confusão e a hesitação ao interior da própria coligação. Depois de criados os três serviços de informação de tipo pidesco, voltados para a espionagem política, continua enclausurada, devido à luta popular e democrática, a aprovação da celerada Lei de Segurança Interna, lei de inspiração fascista que, a ser aprovada, permitiria a violação dos domicílios e da correspondência, as escutas telefónicas, assim como a ficha do cidadão e a utilização das Forças Armadas para acções de polícia. Esperamos, camaradas, que a continuação da luta popular e democrática, impeça que tal monstruosidade alguma vez veja a luz do dia e que antes vá o Governo para a rua, correspondendo às exigências do povo e da Nação.

Um cadáver adiado

O ano de 1984, terminou com a convicção generalizada de que o Governo PS/PSD, continuador da política da defunta «AD», é responsável directo pela grave situação em que o País se encontra. Daí a impossibilidade de com o actual Governo e a actual política se resolvam os graves problemas com que o País se defronta.

A chamada «maior maioria», insistindo numa política de desastre nacional, levantou contra si uma tão profunda e tão generalizada indignação e oposição do povo português que tornou extremamente frágil a coligação PS/PSD. Generalizaram-se os conflitos internos, as dissidências e contradições na coligação e nos partidos que a compõem, assim como o seu descrédito perante o povo português.

Camaradas,

No limiar de 1985, o Governo PS/PSD é um cadáver adiado que importa enterrar rapidamente para que o povo português possa respirar livremente e possa encetar um novo caminho de construção dum Portugal verdadeiramente livre e democrático na base das

... Mas pensaram

«Poderia parecer incrível que nas condições em que se encontravam aqueles homens, encerrados no interior de uma fortaleza emuralhada, cercados pela apertada rede de sentinelas da GNR no interior e no exterior, espiados constantemente pelos ferozes guardas prisionais, pensassem em fugir. Mas pensaram»

José Dias Coelho

povo português, foram igualmente os postos de trabalho onde os trabalhadores lutaram corajosamente. Nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos barcos.

«Museu da Resistência poderia ainda ser considerada a Estrada de Bucelas, onde foi assassinado o nosso camarada Alfredo Dinis (Alex), ou a antiga rua da Creche (em Alcântara), foi foi assassinado o nosso

separados por uma divisória e por uma rede de arame e lutar para se conseguirem fazer

entamente nas conversas e ao pessoas que fizeram centenas rem um prisioneiro só tenham visita.



imagem que se repetiu durante

Por esta razão, o PCP vem exigindo publicamente uma renegociação da dívida externa, em termos favoráveis para Portugal, como uma das condições para evitar a bancarrota a curto prazo.

É nesta situação de aguda crise, de miséria e de fome para muitos milhares de famílias trabalhadoras que se generaliza a corrupção mesmo a nível governamental, que o Governo gasta em passagens ao estrangeiro só em 84 perto de 5 milhões de contos e que a chamada classe política dos partidos burgueses (PS incluído), fazem aprovar na Assembleia da República aumentos para si próprios de mais de 50%!

Não admira, pois, que nestas condições o Governo se encontre cada vez mais isolado. Que veja diminuir a sua base de apoio social e aumentar a resistência à sua política por parte dos trabalhadores, das massas populares e de outras camadas da população, tais como as mulheres, os estudantes, os intelectuais, os camponeses, os pequenos e médios comerciantes e industriais.

Um ano de lutas por Abril

Camaradas,

O ano de 1984, como sabemos, foi um ano de grandes lutas políticas e sociais.

Foi o ano do 10.º Aniversário do 25 de Abril, em que as memoráveis comemorações unitárias e populares, por todo o País efectuadas, derrotaram completamente as vergonhosas tentativas do Governo Soares/M. Pinto de limitar tais comemorações a simples velórios formais, isolados das massas, à moda do antigamente, como aquele em que o Governo esteve envolvido, com grande escândalo público, rodeado de inimigos do 25 de Abril.

Foi um ano de grandes lutas dos trabalhadores e das massas populares, contra o aumento do custo de vida, em defesa dos postos de trabalho, do pagamento dos salários em atraso, das Nacionalizações e da Reforma Agrária, contra o encerramento das empresas e contra o desemprego, pela dignificação do ensino, etc. Foram milhares de lutas de todos os tipos, envolvendo muitas centenas de milhares de trabalhadores, à escala das empresas, das localidades, das regiões, por sectores de actividade e à escala nacional. São de destacar, além de outras, a grandiosa manifestação nacional de 2 de Junho em Lisboa e a recente jornada de luta de 15 de Dezembro, em Lisboa, Aveiro, Leiria e Viseu, viradas, fundamentalmente, para a exigência da demissão do Governo. Nos campos, merece relevo, além de outras lutas, a semana nacional de reclamação e protesto da lavoura portuguesa, efectuada no mês de Novembro e que mobilizou à escala nacional muitos milhares de camponeses.

Camaradas,

Face à resistência dos trabalhadores e das massas populares, face à luta de muitos milhares de democratas e patriotas dos mais diversos quadros políticos, que resistiram e lutaram contra os planos da coligação, visando a destruição das conquistas de Abril, o Governo sofreu sérios reveses.

A lei off apagou-se, o pacote antioperário, com particular relevo para a lei anti greve, ficou no papel. A Múta dos Pescadores, ficou nas mãos dos próprios pescadores, sendo o Governo obrigado a recuar nos seus propósitos de controlo tenreirista. A Lei do aumento das rendas de casa foi até agora bloqueada. Na Zona da Reforma

25 DE ABRIL SEMPRE!
FASCISMO NUNCA MAIS!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

PCP

Peniche

A fuga foi há 25 anos Para que não se esqueça!

Peniche é símbolo. De resistência e de solidariedade. Peniche tem toda uma história que não pode nunca ser esquecida, muito menos agora que o Governo prepara uma subversiva lei da segurança interna.

A fortaleza de Peniche era, até há dez anos atrás, local de prisões e de espancamentos, de resistência e de organização. Hoje, é lugar de museu.

Durante dez anos, lá estiveram encerrados os testemunhos de uma luta heróica. A 18 de Maio, o Museu da Resistência abriu as suas portas. Consigo abriu, pela primeira vez de par em par, as portas de um local respeitado por todo o povo português.

E desde então já recebeu a visita de mais de 50 mil pessoas, testemunho de que o povo

português não está interessado em voltar a uma nova ditadura fascista.

O Museu da Resistência está situado dentro da sua mais importante e valiosa peça de colecção: a própria fortaleza, hoje a precisar de restauro em muitas das suas paredes e muralhas.

A falta de materiais, documentos relativos prisão e à vida e luta dos resistentes, juntamente com falta de apoios oficiais, são dois dos maiores problemas com que o Museu da Resistência se debate.

Dai que aqui fique o apelo: vamos contribuir para que a Fortaleza de Peniche possa cumprir integralmente a sua nova missão: a de demonstrar a grande resistência do povo português à ditadura fascista.



O Museu de Peniche instalado na velha fortaleza está em fase de arranque. Mas já merece uma visita. O convite aqui fica, e especialmente para os jovens que não conheceram o fascismo.

Moções

Contra a lei de «segurança interna»

Durante o comício integrado na jornada comemorativa do 25.º aniversário da fuga de Peniche, foi aprovada uma moção que passamos a transcrever, lida por João Faria Borda, resistente antifascista que conheceu as masmorras da fortaleza de Peniche.

Os homens e as mulheres presentes nesta manifestação, em que se comemora um importante episódio da luta antifascista, como foi a fuga desta fortaleza em 3 de Janeiro de 1960 de 10 destacados militantes antifascistas, não podem deixar de se sentir seriamente preocupados com a nova tentativa do Governo de fazer aprovar na Assembleia da República a celerada lei de «segurança interna» que nos faria regressar à situação de violência e arbitrio que durante 48 anos oprimiu o nosso Povo.

Esta lei pretende dar força legal ao que o fascismo praticava arbitrariamente: buscas domiciliárias, escutas telefónicas, prisões sem mandato judicial, proibição de manifestações, etc. e a constituição de todo um aparelho repressivo

de características pidescas. Conscientes de que este projecto-lei, a ser aprovado, constitui um atentado à Liberdade e à Democracia instaurada em 25 de Abril de 1974 e consagrada na Constituição da República,

— Os presentes repudiam esta tentativa do Governo, que constitui uma ofensa ao espírito democrático do nosso Povo e aos seus sentimentos pacíficos.

Peniche, 6 de Janeiro de 1985

Ao aprovarem esta moção, os participantes no comício decidiram enviá-la ao Presidente da República, presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e órgãos de Comunicação Social.

Em apoio do Museu

Na concentração que precedeu a visita ao forte, foi lida e aprovada a seguinte moção:

É por mais evidente que o Forte de Peniche, para além da evocação do seu passado histórico, está intimamente ligado à luta do Povo português pelo derrubamento do fascismo e pela conquista das liberdades democráticas.

Cada muralha, cada pedra encerra em si as lágrimas, a respiração, o sangue de cada um que por aqui passou.

Nos mais de 40 anos que serviu de prisão política foi palco das maiores atrocidades, das maiores violências praticadas contra os patriotas presos.

Mas foi também cenário das grandes lutas, quase sempre impregnadas de grande sentido heróico como a acção que hoje aqui se comemora, a fuga de 3 de Janeiro de 1960.

Assim, propõe-se: ● A congratulação com a iniciativa de tornar este local um

testemunho vivo da resistência do Povo português à ditadura fascista;

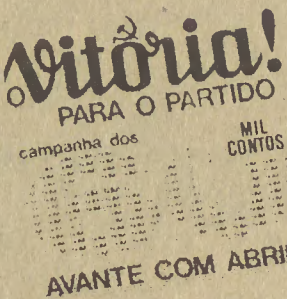
● O apoio incondicional aos esforços da direcção do Museu e do respectivo sector em apetrechar este local com os elementos vivos, capazes de ilustrar duma maneira cada vez mais real a vida e a luta dos que aqui dentro destas muralhas souberam resistir;

● Considerar o espaço total do Forte como Museu, garantindo assim a sua unidade.

Ao aprovarem esta moção, os participantes na jornada do último domingo decidiram enviá-la à Câmara Municipal de Peniche, ao Conselho Permanente do Museu e aos órgãos de informação.

Campanha dos 60 mil

Atingidos os 42 157 355\$70 a 3 de Janeiro



A campanha dos 60 mil soma e... segue. Militância, espírito de iniciativa, abnegação, esforço e solidariedade com o Partido unem-se e dão os resultados que estão à vista. Num curto espaço de tempo, a campanha ultrapassou os 42 mil contos! De acordo com o último apuramento (3 de Janeiro), o saldo «acusava» já uma verba surpreendente: 42 157 355\$70. Aqui deixamos uma vez mais o quadro com os valores atingidos pelas organizações e também um apelo: «Vamos dar uma ajuda para que a campanha termine rapidamente!».

ORGANIZAÇÕES	ACUMULADO
Alenquer	121 630\$00
Arruda dos Vinhos	81 100\$00
Azambuja	74 772\$50
Cadaval	26 110\$00
Mafra	151 400\$00
Lourinhã	42 560\$00
Sobral	119 650\$00
Torres Vedras	281 064\$00
Amadora	1 499 920\$50
Cascais	1 248 551\$00
Carnaxide	1 036 056\$00
Oeiras	343 215\$00
Sintra	736 482\$50
Queluz	1 049 124\$00
Loures - Ocid.	1 739 206\$00
Loures - Ori.	2 179 418\$50
Vila Franca de Xira	2 395 644\$00
C. L. L.	12 310 303\$70
Bancários	1 823 740\$00
Seguros	511 703\$00
Sect. Público	1 026 492\$50
Transportes	2 767 417\$00
Função Pública	1 081 945\$00
Saúde	1 751 916\$00
Informação	358 615\$00
Intelectual	2 158 887\$00
Sect. Sindical	701 157\$00
SIP/DORL	307 377\$00
Livraria Vitória	23 697\$50
C.T. Vitória	160 805\$50
Diversos	72 840\$00
DORL	3 974 555\$50
TOTAIS	42 157 355\$70

Almoço-convívio nas Caldas

A organização de Caldas da Rainha do PCP retoma este fim-de-semana uma iniciativa já tradicional, a realização de almoços-convívio.

Assim, este sábado, o almoço iniciar-se-á às 13 horas, prolongando-se o convívio pela tarde fora.

No final será analisada a situação política e social. Nesta

discussão participará o camarada Carlos Pinhão, membro do Comité Central do PCP.

A partir de Fevereiro é que os almoços-convívio serão retomados regularmente, realizando-se no primeiro domingo de cada mês.

Mas até lá, o almoço de sábado vai aguçar o apetite com uma boa caldeirada.

Deficientes reunidos em Setúbal

Com o objectivo de se fazer um balanço do trabalho do ano transacto e de se traçarem perspectivas para 1985, os deficientes comunistas das Organizações Concelhias do norte do distrito de Setúbal do PCP reuniram-se no passado sábado.

Os participantes desta reunião concluíram pelo melhoramento da participação dos deficientes comunistas do distrito

na organização unitária, ao mesmo tempo que se congratularam com os avanços obtidos nesta frente do trabalho partidário.

No final da reunião foi aprovada uma moção de solidariedade para com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas que está sob a ameaça de ser desalojada da sua sede, no Palácio da Independência em Lisboa.

Terra

Compadrio e esbanjamento na gestão da Feira Nacional da Agricultura

— DORSA toma posição

A gestão da Feira Nacional da Agricultura em Santarém pela dupla Bolas e Casqueiro iniciada em 1983 na sequência de uma «vergonhosa cedência» do PS à direita e à CAP (processo que desde logo suscitou uma grande apreensão em vastos sectores democráticos e de opinião pública do distrito) mereceu do Executivo d. Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP uma tomada de posição divulgada através de uma nota onde se afirma que «hoje são extraordinariamente evidentes os sinais de compadrio e escândalo» existentes na condução daquela feira.

Fundamentando a sua afirmação aquele organismo do PCP começa por recordar os «critérios discriminatórios de uma nova tabela de preços» que na prática tornam proibitiva a utilização aas instalações da feira para a realização da actividade política e social que o «25 de Abril restituiu e a Constituição consagra».

Mas verdadeiramente inaceitáveis são contudo os casos de «compadrio e esbanjamento»

que têm caracterizado a actuação da referida comissão, como ainda recentemente aconteceu com uma reunião da CAP, realizada na Casa do Campino, a qual foi seguida de um almoço (e aqui é que reside o escândalo) oferecido pela comissão executiva da Feira Nacional da Agricultura e pela Cooperativa Agrícola de Santarém, em que se previa também a presença do ministro da Agricultura e de dois secretários de Estado.

Depois de protestar vigorosamente contra este estado de coisas e de reafirmar que o País «não pode continuar entregue a oportunistas e corruptos» os comunistas de Santarém consideram que a acção política Jo Governo PS/PSD e dos seus defensores e apoiantes «está a atingir o patamar da degradação política e moral» pelo que se impõe a sua «urgente demissão».

«Portugal necessita urgentemente de um novo governo e uma nova política com pessoas sérias, honestas, dedicadas à causa nacional», conclui o Executivo da DORSA do PCP.

Porto

Difusores do «Avante!» discutem o seu trabalho

• Campanha de difusão da imprensa do Partido em curso

A Imprensa do Partido, o «Avante!» e o «Militante», e a sua difusão, estiveram recentemente em debate numa reunião promovida pela Organização Regional do Porto do PCP.

Na reunião, em que participaram cerca de oitenta camaradas responsáveis por tarefas de imprensa, e difusores, estiveram também presentes o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e nosso director, o camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política, Horá-

cio Guimarães, membro suplente do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP e o camarada Hermínio Bastos, da SIP da DORP.

A reunião, que surge no seguimento das conclusões da resolução política aprovada na 1.ª Assembleia da ORP, decorreu de forma viva e participada, tendo os seus participantes sublinhado a necessidade do reforço da difusão do «Avante!» e do «Militante», devido ao papel de primeiro plano que estes dois desempenham

«na acção política, organizativa, informativa e propagandística do Partido».

Depois das diversas experiências relatadas pelos difusores presentes, foram

discutidos problemas ligados à distribuição do nosso jornal, tendo surgido diversas críticas e sugestões quanto ao conteúdo e aspecto gráfico do «Avante!».

Campanha de Difusão

No sentido de intensificar a difusão da imprensa do Partido, e Direcção da Organização Regional do Porto decidiu lançar a sua segunda Campanha de Difusão do «Avante!» e do «Militante», com a qual se pretende dar nova dinâmica a

este aspecto do trabalho da organização do Partido.

Com o objectivo de incentivar a difusão da imprensa do Partido, foi decidida a criação de uma Comissão para a Imprensa do Partido junto da DORP.

Organização dos enfermeiros do Sector de Saúde de Coimbra

• Assembleia no próximo dia 27

A organização dos enfermeiros do Sector de Saúde de Coimbra do PCP realiza, já no próximo dia 27, a sua 1.ª Assembleia. No final da reunião intervirá o camarada Vítor Costa, membro do Comité Central do PCP, posto o que o Grupo de Música Popular do Ateneu de Coimbra animará o convívio de encerramento.

Esta primeira Assembleia da Organização dos Enfermeiros do Sector da Saúde de Coimbra do Partido tem como objectivos, não só o aprofundar do

conhecimento das condições de trabalho e dos problemas socioprofissionais dos enfermeiros, mas também reforçar o Partido no sector e possibilitar uma maior intervenção dos enfermeiros comunistas, «contribuindo para o reforço da unidade da classe de enfermagem em torno dos seus problemas e reivindicações, numa perspectiva de realização profissional e de defesa do direito à saúde das populações».

Os trabalhos começarão logo pela manhã com um ba-

lanço do trabalho preparatório da Assembleia e com um balanço do trabalho no sector. A partir de então é a discussão dos diversos aspectos socioprofissionais dos enfermeiros, como sejam as condições de trabalho dos enfermeiros nos hospitais de Coimbra e nos serviços de urgência, a análise dos problemas das Carreiras, e a discussão da situação dos enfermeiros em regime de contrato.

Também se falará na humanização do ambiente hospita-

lar, dos critérios das transferências de serviços, da avaliação dos enfermeiros e da sua participação na gestão hospitalar. A lei do aborto e a intervenção sindical serão outros dos temas a abordar nesta 1.ª Assembleia da Organização dos Enfermeiros do Sector de Saúde de Coimbra do PCP, que decorrerá nas instalações do Ateneu, das 9 às 18 horas.

Nesta assembleia será eleito o novo Organismo de Direcção dos Enfermeiros do Sector de Saúde de Coimbra do PCP.

Assembleias em Sesimbra

Este domingo realizam-se duas Assembleias de organização no concelho de Sesimbra.

Segundo a respectiva Comissão Concelhia, as Assembleias realizam-se na Freguesia de Santiago e no Local da Maça. Estas duas reuniões iniciam-se às 15 horas.

Plenário de empresas em Moscavide

Na próxima quinta-feira realiza-se em Moscavide um plenário aberto a todos os camaradas que trabalhem em empresas dentro da cidade de Lisboa.

Este plenário, que se realiza dia 17, pelas 19 horas, no Centro de Trabalho de Moscavide, estará aberto a todos os amigos do Partido que nele queiram participar e contará com a presença do camarada Francisco Lopes, membro suplente do Comité Central do PCP.

Plenário de Quadros em Santiago do Cacém

Cerca de 120 camaradas participaram recentemente no plenário de quadros promovido pela Comissão Concelhia de Santiago do Cacém do PCP.

Das conclusões deste encontro, no qual participou o camarada Carlos Ramalides, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, ressaltam o fortalecimento do PCP no concelho e o cumprimento da meta apontada para a campanha de recrutamento.

Relativamente a 1985 foram apontados como objectivos o alargamento e reforço do Partido no concelho e a realização de quatro Assembleias durante

o primeiro semestre, duas de freguesia, duas de células de empresa. Foi também decidido criar e revitalizar várias células de empresa, manter a maioria absoluta em todos os órgãos autárquicos do concelho e aumentar a venda da imprensa do Partido.

Ainda neste plenário, que decorreu em Alvalade do Sado, foi aprovada uma moção onde se repudia a decisão governamental de extinguir a CTM e a CNN, e onde se expressa «viva oposição à política de degradação contínua e intencional das condições de vida» dos trabalhadores e da população em geral.

boletim emigração

Janeiro — Fevereiro • 1985 • n.º 20

Comentário

Uma das principais razões para a emigração em Portugal é a falta de oportunidades de emprego e de desenvolvimento pessoal e profissional.



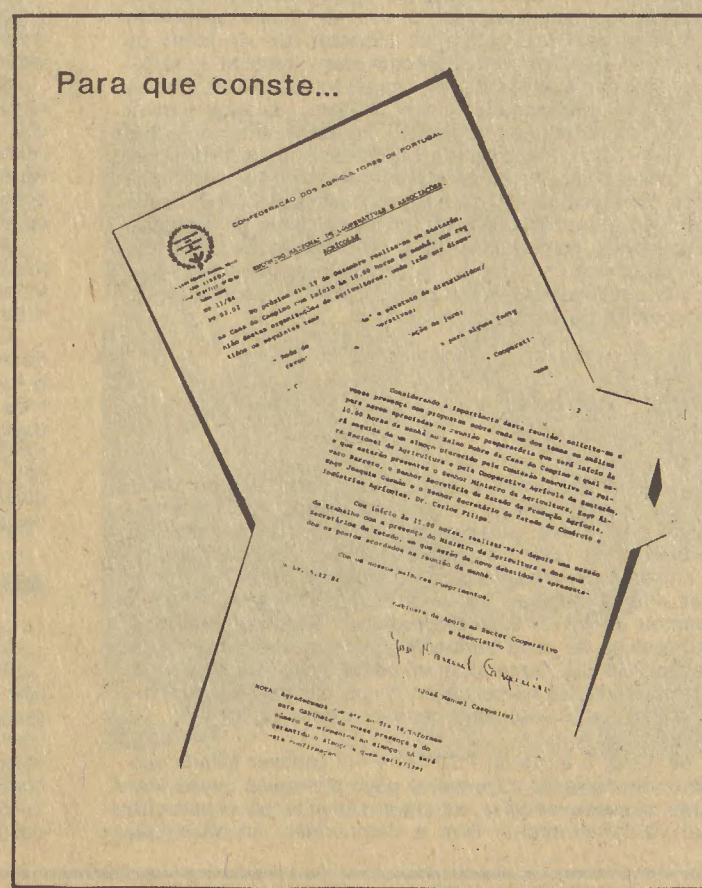
«O pior acolhimento nas fronteiras», assim classifica o «boletim emigração» em título de primeira página a forma como os nossos compatriotas que vivem e trabalham no estrangeiro foram recebidos ao entrar no País para um curto período de férias na quadra festiva que ora findou.

Obrigados a esperar sob intenso frio pela hora de abertura do posto fronteiriço ou, como aconteceu em Vilar Formoso, a encontrarem as agências bancárias encerradas porque se tinha esgotado a moeda portuguesa, os emigrantes portugueses que se deslocaram à sua terra para matar saudades e rever amigos e familiares não deixaram seguramente de se interrogar sobre qual é afinal o respeito ou tipo de apoio que as entidades oficiais dispensam a quantos anualmente enviam largos milhões de contos para o País.

Considerando o sucedido

como um verdadeiro escândalo que prejudicou quer os emigrantes (pelo incómodo) quer o País (pelos milhares de contos em divisas que não entraram) o «boletim emigração» responsabiliza ainda o Governo PS/PSD por tal situação, lembrando que ainda agora ele «perdoou, através da banca nacionalizada uma dívida do jornal «O Dia» (jornal privado que não esconde as suas simpatias pelo CDS e pelo fascismo) no valor de 300 mil contos», isto é, cerca de três vezes o que se gastou em 1984 para o apoio aos emigrantes.

No presente número do boletim (referente aos meses de Janeiro e Fevereiro) — uma edição para o trabalho entre a emigração do PCP — o leitor pode ainda encontrar abundante informação sobre a vida das comunidades de emigrantes portugueses espalhadas pelo mundo e ainda sobre a realidade nacional.



Trabalhadores



Covina marca greve para hoje e amanhã
(Na foto, reunião durante a greve geral: 12 de Fevereiro/82)

Descalabro económico conduzido pelo Governo em todo o País

Nos últimos dias, o número de lutas em empresas e sectores tem aumentado de tal forma que mesmo jornais habitualmente pouco dados a escolher esse tipo de notícias se vêem na obrigação profissional de reservar algum destaque para os salários em atraso, a extinção de empresas, as falências fraudulentas ou não, o ataque cerrado ao

razão designar por degenerescência das relações de trabalho, estimulada todos os dias pela política de um Governo entregue a tudo o que o afaste sempre mais e melhor dos interesses do País que é suposto governar. Mesmo a «pompa e circunstância» de que governantes como Veiga

o tão propalado «pacto social». Este só parece existir na cabeça de alguns membros do dito Conselho de Concertação, também chamado «social», e de que faz parte integrante o apêndice UGT. Tratar-se-ia agora para esse Conselho de aproveitar um aumento salarial como o da Carris

Urbanos do Norte. Segundo o Sindicato, o conselho de gerência dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP) «considera esgotadas as possibilidades de aumentos globais da ordem dos 20 por cento, mas encontra sempre disponibilidades para beneficiar conjuntos muito restritos de trabalhadores, quer através de aumentos percentuais, que beneficiam quem já ganha mais, quer pela criação de subsídios como que paga funções que já beneficiavam de enquadramento mais favorável, quer ainda por sucessivas promoções e pela criação de mais níveis de chefia, por vezes injustificadas». O Sindicato dos Transportes do Norte nota ainda que «poucos terão sido os quadros que nestes últimos dois anos não conseguiram aumentos salariais entre os 50 e os 70 contos por mês, enquanto que a esmagadora maioria teve que «suar» para conseguir pouco mais de 8 mil escudos».

Entretanto, empresas como a IMA (Indústria de Montagem de Automóveis) ameaçam encerrar com a alegação de que é preferível fechar as portas e não pagar salários. Os trabalhadores (258 neste caso) respondem com a luta; respondem com a luta, por outra forma, na **Sorefame**: os seus sindicatos e organizações representativas convocam jornadas de luta (ver no **Suplemento** referência à dos metalúrgicos marcada para o próximo dia 17); na **Covina** (greve anunciada para amanhã); na **Grundig** (Braga). Na **Cometna**, **Porto de Leixões**, **Base**

das Lajes, **Poceram** (Coimbra), **Fábricas de Conservas Estrela** e **São Jorge** (Setúbal), **Sardan**, **Agência France Presse** (Lisboa), **Messa**, **Lisnave**, **ex-Gelmar**, os trabalhadores mobilizam-se, os sindicatos intervem pelos postos de trabalho, pelas remunerações pagas de acordo com a lei, contra salários em atraso, pela defesa das empresas do sector público, nacionalizado, contra a extinção de unidades empresariais sem qualquer contrapartida sólida para milhares de postos de trabalho. E é em frente deste panorama que um Governo desacreditado aparece a acenar com um «pacto social»!

Falhou o «largo apoio» prometido

Grave problema financeiro na Quimigal

«A Quimigal debate-se actualmente com um grave problema financeiro, resultando do endividamento a que a empresa recorreu por imposição da política governamental, para fazer face ao programa de investimentos efectuados nos últimos anos» — lê-se num documento distribuído pelas ORT's daquela empresa pública por ocasião do 7.º aniversário da Quimigal, EP, comemorado em 30 de Dezembro findo.

As organizações representativas dos trabalhadores afirmam que «esse programa de investimentos, aprovado e incentivado pelo Governo, pressunha um largo apoio em termos de dotações de capital».

Mas, segundo as ORT's, isso «não veio a aconte-

cer», agravando-se ainda mais a situação financeira da Quimigal «em resultado de 80 por cento dos preços dos seus produtos serem fixados administrativamente pelo Governo, algumas vezes com grande atraso, sobretudo no que se refere aos adubos».

As ORT's acusam o Governo de «liberalizar as importações» numa altura em que estavam concluídos os investimentos e se iniciara a sua amortização.

A Quimigal encontra-se assim impossibilitada de «competir com a indústria estrangeira fortemente protegida pelos governos dos respectivos países».

Essa impossibilidade de competir e os resultados gerais da má política imposta à empresa obrigam à «paralisação da sua activi-

dade com o consequente acumular de prejuízos».

As ORT's sublinham que são as mesmas forças políticas que obrigaram a Quimigal a enfrentar uma situação tão difícil como esta que «agora especulam sobre os investimentos realizados, ameaçando encerrar diversas instalações, como se com essa «solução» as dívidas contraídas ficassem liquidadas».

Num apelo à mobilização e ao prosseguimento da luta, as ORT's preconizam «uma nova política e um novo governo» que «promova o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações, através do aproveitamento dos recursos nacionais e da diversificação de mercados, no respeito pela Constituição».



Atacada pelos inimigos das nacionalizações, a Quimigal comemorou ultimamente os seus sete anos como empresa pública. Ao saudarem «calorosa e fraternalmente todos os trabalhadores» ao serviço da empresa, as organizações representativas (ORT's) afirmam, entre outros dados sobre o desenvolvimento empresarial nos últimos sete anos, que «no primeiro semestre do corrente ano (1984) venderam-se 431 mil toneladas de adubo, ou seja, mais 10 por cento do que em igual período do ano anterior, e mais 20 por cento do que estava orçamentado. Segundo as ORT's, «este acréscimo de vendas deve-se essencialmente a maiores saídas no mês de Junho, dado que se julgava iminente um aumento de preços dos adubos. Na campanha que terminou em 30 de Junho a Quimigal teve uma quota de mercado de 80 por cento, sendo 93 por cento nos azotados, 70 por cento nos fosfatos e 72 por cento nos compostos». No entanto, e vistas as dificuldades em outros sectores da empresa, as ORT's afirmam que a política de «reconstituição dos monopólios» conduzida pelos «sucessivos Governos desde 1976» levou «a Quimigal à beira da ruptura financeira, chegando a actividade da empresa a estar ameaçada de total paralisação». A Quimigal emprega actualmente 11 mil trabalhadores.

Por sorteio?

Um caso entre mil na história quotidiana dos salários por pagar.

A CIF é uma empresa de Crestuma, junto à Barragem do mesmo nome, e emprega 180 trabalhadores. Ocupa-se de fundição. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, na CIF lutava-se no princípio deste mês por subsídios de férias e de Natal, ambos por pagar, bem como os salários de Dezembro.

No dia 10 desse mês, «o patrão da CIF, um tal Barbosa, fez uma proposta originalíssima de resolução do problema da dívida aos trabalhadores — cerca de 7 mil contos».

Tratava-se, segundo o Sindicato, de «transformar os atrasados em empréstimo à CIF, e sortear de seis em seis meses os trabalhadores que receberiam 5 por cento da dívida».

Na verdade, o Sindicato não exagera quando considera «originalíssima» a proposta do dono da Companhia Industrial de Fundição. Pois não será mais que original, a menos de vinte anos do fim do século, esta «mazela» do capitalismo em Portugal?

Falta dizer ainda sobre este caso do «sorteio dos cinco por cento» que ele

remete para formas económicas da Alta Antiguidade, e que «a proposta foi naturalmente rejeitada pelos trabalhadores. Conforme aduz o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, estes decidiram, «em face do acumular das dívidas, entrar em greve a partir de 7 de Janeiro e durante todo o tempo necessário à resolução do problema, permanecendo o grosso dos trabalhadores à porta das instalações da CIF, de dia e de noite».

É oportuno esclarecer ainda que a CIF, diz o Sindicato, «tem boa carteira de encomendas e vende tudo quanto produz».

sector empresarial do Estado (mas não aos gestores dele) e mesmo à desmedida extensão que está a tomar o descalabro económico conduzido por este Governo em todo o País. Através do movimento sindical unitário, todos os distritos fazem chegar, por semana, aos órgãos de comunicação social dezenas de casos relativos aquilo que se pode com

Simão e Amândio de Azevedo, respectivamente ministro da Indústria e Energia e do Trabalho, tentaram revestir um simples acto de gestão, como foi o acordo assinado há dias para as **empresas vidreiras da Marinha Grande**, estava destinado a cair no saco roto de uma política sem garantias orçamentais para estabelecer seja que «pacto» for e muito menos

(uns 23%/24% mais que insuficientes) para tentar estabelecer um novo «tecto» destinado a ruir ainda antes do mais pequeno solavanco da inflação, do aumento do custo de vida. Mas já que se referiu esse sector — dos transportes — recorde-se o que ainda no princípio desta semana revelava o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e

Exigir salários é violar a Lei?

Uma nota de culpa emitida pela Electro-Iris do Porto ameaça com o despedimento a «quase totalidade dos trabalhadores».

Embora já nada pareça insólito neste campo, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto pergunta oportunamente se «exigir salários é violar a Lei?».

Ao referir-se a mais este caso em que o patronato tenta efectuar um despedimento em massa, o Sindicato informa que a nota de culpa «acusava os trabalhadores de não deixarem sair mercadoria da fábrica».

Mas a mesma nota de culpa omite que os responsáveis pela empresa devem salários «de Março a Agosto, bem como subsídios de férias e do Natal de 1984 aos cerca de 30 trabalhadores,

e a alguns deles nem sequer pagaram ainda os subsídios de 1983».

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, que tornou público o caso na passada quinta-feira, é «opinião dos trabalhadores, que o despedimento em massa prepara a venda da Electro-Iris a uma outra empresa metalúrgica, a Van Leer, que estaria interessada na compra desde que a Electro-Iris não tivesse trabalhadores a seu cargo».

O Sindicato, que considera a empresa em boas condições de rendimento, anunciou uma concentração de trabalhadores na passada quinta-feira. A gerência recusou-se nessa altura a receber uma delegação.

Êxitos da luta em Braga

Centenas de trabalhadores de unidades fabris no têxtil do distrito de Braga conseguiram, após «lutas intensas e vitoriosas», concluir «acordos e planos de pagamentos» de salários em atraso, no mês de Dezembro, mantendo-se, segundo o respectivo Sindicato, «atentos e preparados para acompanharem o desenvolvimento dos compromissos assumidos».

O Sindicato Têxtil do Distrito de Braga refere-se especialmente ao **Grupo Armando Alves** onde o esforço dispendido «em acções judiciais e queixas à Inspecção do Trabalho» permitiu que os trabalhadores recebessem mais de seis mil contos.



Os salários em atraso alastram pelo Norte do País. Segundo documento entregue há dias ao Presidente da República, a União dos Sindicatos do Porto afirma que há 17 mil trabalhadores naquelas condições em todo o distrito. Em Braga, uma recente publicação da União dos Sindicatos local avaliava em 10 mil esse total na região sob o seu âmbito. Na capital do distrito minhoto, depois da luta dos metalúrgicos (principalmente na **Ramo** e **Fumbral**) êxitos significativos eram alcançados no sector têxtil. Na foto, publicada por «O Metalúrgico», órgão da Federação sindical (FSMMMP) de Novembro, trabalhadores da **Ramo** concentram-se na rua, como forma de luta «pela garantia dos postos de trabalho e pelo pagamento atempado dos salários», refere a Federação sindical.

JORNAL DOS TRABALHADORES
com salários em atraso

Autores do Relatório — Centro Socialista de Trabalho
Colaboração e Promoção de Trabalho
PATRONATO — GOVERNO

A Greique pagou

Alguns resultados da luta contra os salários em atraso continuam a mostrar que é esse o bom caminho, o caminho da acção e da unidade.

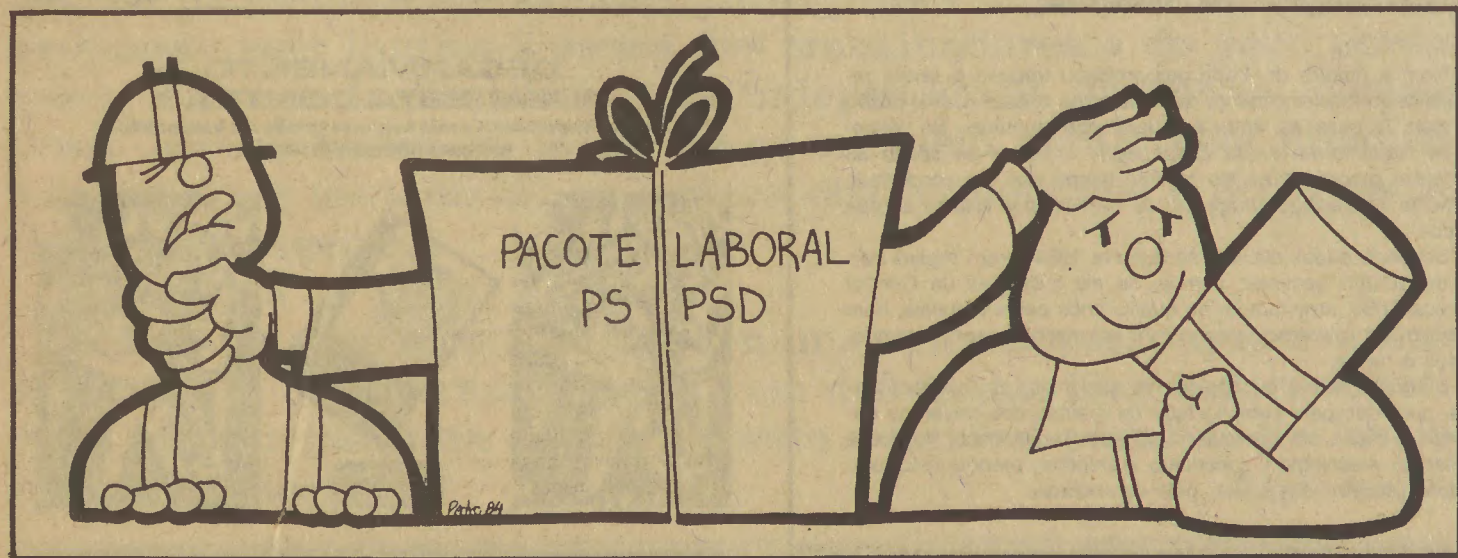
No decorrer da campanha de Dezembro contra o flagelo social das dívidas salariais, em que o Governo e a sua política se recusam a assumir responsabilidades, facilitando pelo contrário a via dos prevaricadores, um dos exemplos do êxito da luta foi a **Greique**, empresa metalúrgica de Matosinhos, onde os trabalhadores decidiram em plenário impedir a saída de mercadorias até que o patronato assumisse o compromisso de pagar os salários.

Em 20 de Dezembro, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, «a empresa acabou por liquidar a dívida de Novembro

aos trabalhadores e comprometeu-se a pagar proximoamente o mês de Dezembro».

O Sindicato concluiu em nota do dia 21 que «o exemplo da Greique confirma, por um lado, que o problema dos salários em atraso resulta muitas vezes de opção deliberada dos patrões que, podendo pagar aos trabalhadores, se escudam na impunidade que envolve estes crimes; e, por outro, que a firmeza e a unidade dos trabalhadores acabam por resolver e ultrapassar a inoperância escandalosa do Poder executivo».

Outras remunerações em dívida foram liquidadas mais recentemente, após acções dos trabalhadores, nas empresas **Alves & Caetano**, de Felgueiras, e **Rodrigo Matias Magalhães**, de Amarante.



Internacional

Genebra duas posições

Genebra é talvez um ponto de encontro. Ou melhor — a expressão de uma necessidade profundamente sentida que empurra para a mesa de conversações mesmo aqueles cuja política nada tem a ver com diálogo e coexistência. É também — e isso de forma muito clara — o espelho de duas políticas, de duas formas de encarar a questão central da nossa época: a defesa da Paz.

Neste plano, as posições assumidas pela União Soviética e pelos Estados Unidos surgem tão bem definidas no seu carácter de diametral oposição, que não pode deixar de se erguer a interrogação quanto à vontade de diálogo de Washington. Ou ainda — quanto à continuidade do perigoso mito imperialista de se servir da mesa de negociações como forma de cobertura do prosseguimento da escalada da corrida aos armamentos. Isto apesar de uma vez mais ter ficado provado — com a suspensão das negociações em torno da implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, e as medidas de resposta assumidas pela União Soviética, para manter o equilíbrio militar — que esse é um caminho sem futuro, que o equilíbrio é uma aquisição histórica inviolável, e que o problema é bem outro: na era nuclear, na era, da revolução técnico-científica, não existe nenhuma espécie de alternativa à paz, antes se coloca com toda a premência, como a seu tempo advertiu o grande cientista Einstein, a necessidade de uma outra forma de encerrar as relações políticas entre Estados e a resolução dos problemas internacionais.

Os factos indicam, entretanto que, incapaz de defrontar e responder aos problemas que se colocam na actualidade, o imperialismo aposta em soluções de passado que podem comprometer o futuro de todos nós.

Face ao encontro de Genebra, a posição assumida pela União Soviética — em coerência com toda a sua política externa — é inequívoca. A chegada à cidade suíça, sede do encontro, o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, camarada Andrei Gromyko, que chefiava a delegação soviética, afirmou que o seu país procura para já a elaboração das «teses basilares que orientem as referidas conversações para a obtenção de acordos mutua-

mente aceitáveis», o que permitia evitar «a corrida aos armamentos no espaço e, paralelamente, assegurar avanços para a redução radical dos armamentos nucleares até à liquidação total da arma nuclear». Para a União Soviética o objectivo do encontro de Genebra é o debate de «questões ralacionadas com a realização de conversações sobre os armamentos cósmicos e nucleares», tendo como finalidade «a procura de compreensão mútua no respeitante ao tema e objectivos de tais conversações».

Em vésperas do encontro, o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, camarada Konstantin Tcherencko, sublinhara ter chegado o momento de «tomar medidas urgentes e eficazes para impedir uma nova fase na corrida aos armamentos» e ainda a grande importância da obtenção de «um acordo global com os Estados Unidos sobre a não militarização da Cosmos e sobre as armas nucleares».

Pode-se bem afirmar que a posição dos EUA — pesem embora as possíveis discrepâncias de opinião, em Washington e no seio da NATO — não é menos inequívoca que a assumida pela URSS. Só que o seu sentido é diametralmente oposto. Não é por acaso que, enquanto o jornal soviético «Sovetskaja Rossia», sublinha que a URSS «está pronta a adoptar as soluções mais radicais que permitam pôr termo aos intensos preparativos de guerra», o presidente norte-americano, Reagan, afirma, a uma delegação de senadores, que a instalação de armas no espaço é «uma tecnologia defensiva que os Estados Unidos deveriam desenvolver». E Shultz, que chefiava a delegação norte-americana esclarece: «não tenho grandes ilusões».

Os próprios pontos em que a delegação norte-americana se apoia nas negociações são já de si elucidativos: nego-

ciações separadas sobre armas nucleares ofensivas e defensivas; nenhuma concessão quanto à corrida aos armamentos no Espaço; rejeição do estabelecimento de uma moratória na instalação dos mísseis norte-americanos na Europa; empenhamento na tese de que as armas ofensivas se tornaram obsoletas devido aos sistemas defensivos.

E porque é a prática que define o verdadeiro sentido de uma política, vale a pena acrescentar que no mesmo momento em que as delegações dos EUA e da URSS se dirigiam a Genebra, os técnicos norte-americanos do programa do Vaivém «Discovery» iniciavam a preparação de uma «missão militar secreta» durante a qual deverá ser colocada em órbita um satélite espião da Força Aérea dos Estados Unidos.

Salta à vista quais as posições que coincidem com o interesse geral dos povos e da Humanidade. O que aponta para o isolamento de facto dos Estados Unidos na política agressiva em que estão empenhados. Isso mesmo é diaramente confirmado nomeadamente na ONU, foro de debate internacional por excelência. Alguns dados: a delegação dos EUA votou sozinha, e contra todos os outros 150 Estados, ao abster-se na resolução sobre a não militarização do espaço cósmico; na votação sobre a cessação dos testes de armas nucleares houve 122 Estados a favor e apenas três contra (Estados Unidos, Grã-Bretanha e França); sobre a proibição da criação de novos tipos de armas de extermínio em massa, 125 a favor e um só contra (os EUA).

Um isolamento que nos dá razões de confiança quanto ao futuro. «Segundo a nossa profunda convicção, a década de 70, que passou sob o signo do desanuviamento, não foi, como afirmam alguns políticos imperialistas, um episódio casual na difícil História da Humanidade — disse o camarada Andropov. — Não, a política de desanuviamento não é, em absoluto, uma etapa ultrapassada. O futuro pertence-lhe».

É nessa perspectiva que forças crescentes se batem pela Paz no mundo. Na certeza de que a vitória nessa batalha é vital.

Daniel Ortega toma posse como presidente da Nicarágua

O dirigente sandinista Daniel Ortega toma hoje posse como presidente eleito da Nicarágua. A cerimónia, a que assistem delegações de mais de meia centena de países, culmina um processo institucional que teve o seu ponto alto nas eleições gerais de 4 de Novembro último, em que a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) venceu por larga maioria.

Quem tem ainda presente a intensa campanha desenvolvida pelo imperialismo norte-americano para impedir, primeiro, e desacreditar depois, as eleições na Nicarágua, não poderá hoje deixar de se interrogar sobre o profundo silêncio que desde então se abateu sobre o que se passa naquele país da América Central.

Trata-se de um silêncio tão notório que os mais desatentos (ou ingénuos) poderão ser levados a pensar que Washington se desinteressou, reconhecendo finalmente o inalienável direito do povo nicaraguense em decidir do seu próprio destino. Nada de mais enganador.

Se é certo que em termos de informação alguma coisa mudou na política da administração Reagan, no que se refere à Nicarágua, não é menos certo que os atentados à soberania nicaraguense prosse-

guem, bem como as provocações e boicotes de toda a ordem.

Apesar das conversações entre Manágua e Washington prosseguirem (por imposição dos Estados Unidos o seu conteúdo não é divulgado), os ataques dos bandos contra-revolucionários treinados e equipados pela CIA continuam a impedir o normal funcionamento da vida na Nicarágua, os aviões e barcos de guerra norte-americanos violam constantemente o espaço e as águas territoriais nicaraguenses, as forças das bases militares norte-americanos nas Honduras e Costa Rica não param de intensificar os seus treinos e preparativos para uma eventual escalada bélica.

Os perigos de uma invasão da Nicarágua pelos EUA são hoje tão reais como há dois meses; a grande diferença está

no simples facto de o momento não ser o mais propício para a administração Reagan, empenhada em levar para as conversações de Genebra uma imagem pública de grande defensora da paz e do desarmamento.

Por outro lado, as manifestas diferenças de opinião quanto à política a seguir face à América Central, entre os EUA e os seus aliados da NATO, não favorecem de modo algum as aventuras belicistas de Reagan, pese embora o desprezo que não raras vezes este tem manifestado por eles. Seja como for, a verdade é que Reagan tem sido forçado, tanto pelas necessidades da sua política global como pelas resistências dos diversos países a uma guerra aberta com a Nicarágua — que conduziria certamente a uma generalização do conflito de consequências imprevisíveis — a marcar passo na América Central.

O que constitui sem dúvida uma importante vitória das forças sandinistas, que através da justiça do seu processo revolucionário, da defesa da demo-



Uma juventude consciente, firmemente empenhada na defesa da Revolução

cracia interna, da plítica de diálogo e de real empenhamento na defesa intransigente dos interesses do povo nicaraguense, se tem imposto internacionalmente, concedendo apoios e solidariedade em todos os quadrantes políticos e ideológicos.

A tomada do posse de Daniel Ortega, na sequência das eleições que o imperialismo norte-americano não conseguiu impedir nem desacreditar, é pois mais uma vitória da revolução sandinista. Que tarde ou cedo Washington terá de reconhecer e aceitar.

Mensagem de saudação do PCP na pág. 2

BRASIL Eleger Tancredo prosseguir a luta

A eleição formal do candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Tancredo Neves, como presidente do Brasil, no próximo dia 15, terça-feira, põe termo a vinte e um anos de regime militar e abre uma nova etapa que se espera irreversível de institucionalização da democracia.

A questão que se coloca é a de saber quem democracia é possível no Brasil com Tancredo, o candidato do PMDB que é simultaneamente o legítimo representante dos interesses do grande capital nacional e que reuniu à sua volta, nesta batalha das presidenciais, apólos que vão da direita reac-

cionista à esquerda mais consequente, designadamente os comunistas.

No intricado processo brasileiro a que se convencionou chamar de transição (do poder militar para o poder civil, da ditadura para a democracia), dois aspectos essenciais têm de ser tidos em conta. Em primeiro lugar, a falência do «milagre económico» que entregou o país às multinacionais e liquidou a economia nacional, transformando o Brasil no maior devedor do mundo; em segundo lugar, a luta de massas pelas liberdades democráticas que forçou a «abertura» do regime e provocou, na gigantesca campanha nacional pelas eleições directas para a presidência, a maior convergência de forças jamais conseguida no Brasil.

O facto de não se ter conseguido fazer aprovar a emenda de Dante de Oliveira pelas «directas» impôs à oposição a necessidade de cerrar fileiras para combater o regime no seu próprio campo; ou seja, levou à necessidade de encontrar um candidato que reunisse o máximo consenso para conseguir a maioria dos votos do colégio eleitoral que vai escolher o presidente. Tancredo foi a grande aposta da oposição na luta contra o candidato oficial, Paulo Maluf.

É por demais evidente que os apólos que Tancredo foi colhendo no seio do próprio partido governamental têm inevitavelmente o seu preço. Como o tem também entre as forças de esquerda. E com maioria de razões o acordo do candidato do PMDB com os militares.

Sabe-se já que Tancredo Neves assumiu com os militares compromissos que dificilmente serão mantidos, uma vez que as alianças a formar para as Constituintes de 1986 não serão necessariamente as mesmas que para as presidenciais de 1985. Como por exemplo a não legalização do Parti-

do Comunista, a não realização de inquéritos sobre corrupção de personalidades do regime, a manutenção dos principais aspectos da Lei de Segurança Nacional.

Não se trata propriamente de um engano, pois todas as forças em presença — da direita à esquerda passando pelos militares — sabem que após a eleição de Tancredo na terça-feira e a sua tomada de posse dois meses depois, a 15 de Março, os dados voltarão a ser baralhados e a luta pelas reformas democráticas estarão de novo na ordem do dia. O que sucede é que de momento todos têm consciência de que o caminho a seguir dificilmente poderia ser outro, com a de-

gradação económica, política e social a que se chegou e com as profundas divisões internas no seio do partido governamental.

Os militares foram obrigados a recuar, as massas conquistaram nas ruas as liberdades fundamentais e o caminho para a democracia foi iniciado. O que está por definir, designadamente no que se refere ao relançamento da economia, à dívida externa e à redistribuição do preço a pagar pela saída da crise, faz parte da nova etapa que começará a 16 de Março.

Uma etapa que não constitui um momento isolado do processo brasileiro, antes se inse-

re na longa luta pela conquista da democracia e na que se seguirá na sua defesa e consolidação.

Neste contexto, a eleição de Tancredo Neves nem terá sido o mais difícil. O mais difícil será, a partir dela, manter a frente democrática que a tornou possível e levar a cabo uma política que responda às aspirações das massas populares. A força que encheu as ruas nas maiores manifestações de sempre no Brasil na campanha pelas «directas» exigia muito mais que o exercício do voto universal e directo: exigia o fim da ditadura, a democracia, a justiça social. E continua a exigir-lo!

Terrorismo e «apartheid»

Nas mensagens de balanço do ano findo, os presidentes de Angola e do Moçambique sublinharam a gravidade da situação que actualmente se vive na África Austral, apontando claramente os responsáveis dessa situação, com relevo para a África do Sul. Mas também, como aliás tem vindo a ser denunciado de forma crescente, para o papel que Portugal aí desempenha.

O discurso do camarada José Eduardo dos Santos, presidente da República Popular de Angola, assume particular importância, porque surge como elemento preparatório da realização da primeira conferência nacional do MPLA-PT, que decorrerá dentro de poucos dias. Nele se define de forma muito clara o conteúdo da política externa de Angola.

«É evidente que não podemos sacrificar os superiores interesses do nosso país e do nosso povo a favor do imperialismo. Por essa razão, temos rejeitado todas as ligações arti-

ficiais que se pretendem estabelecer entre o problema da independência da Namíbia e outras questões internas da República Popular de Angola» — destacou o presidente José Eduardo dos Santos, sublinhando: «A única relação que aceitamos, por ser lógica e verdadeira, é a que existe entre os bandos armados da UNITA, que praticam crimes contra o nosso povo, e a presença ilegal da África do Sul no Sul de Angola e na Namíbia. Já se tornou mais do que evidente que a operacionalidade e a própria existência dos grupos fantoches continua a depender do auxílio multiorme e massivo que lhes é concedido pelo regime de Pretória, exigimos que esse apoio cesse por constituir uma forma de agressão contra o povo angolano».

Também o presidente Samora Machel denunciou a política seguida pela África do Sul, dizendo que «há factos que indicam a existência de violações do acordo de N'Komati a partir

do território sul-africano e de outros países vizinhos de Moçambique. O camarada Samora Machel salientou também que «o apartheid continua a ser uma ameaça à Paz e estabilidade na região».

Entretanto não só Pretória, não só Washington, apostam nos grupos terroristas que actuam em Angola e Moçambique, tentando impedir a consolidação e reforço de uma linha de desenvolvimento socialista, e, se possível, impor aos povos de ambos os países, um recuo histórico. Portugal, ou melhor dizendo, a política governamental portuguesa, aparece directamente envolvida em clara convicção com a actuação dos grupos de bandos.

Isso mesmo tem vindo a ser denunciado, com apoio de elementos muito concretos e ineludíveis, na imprensa, e a nível de governo, em particular por parte de Moçambique. Também a comunidade portuguesa

na República Popular de Moçambique, em carta enviada ao Primeiro-Ministro, se afirma no «direito de exigir que o Governo português tome severas medidas para punir aqueles que incitam à morte de compatriotas», acentuando que se assim não acontecer «só poderemos compreender a inactividade do Governo (...) como uma forma de cumplicidade».

A estas denúncias somou-se ultimamente uma outra, com um carácter particularmente grave. Lisboa seria neste momento também centro de criação de uma «internacional» terrorista, que uniria os contra-revolucionários de Angola, Moçambique, Afeganistão e Nicarágua, numa frente comum.

Factos que põem em causa a política externa do Governo português, o papel que está a ser atribuído ao nosso País na cena política internacional — frontalmente oposto aos interesses do nosso povo e da paz mundial.

sistema de *apartheid*, sublinhando que enquanto ele não for desmantelado não haverá estabilidade, segurança e paz na África do Sul.

Desmond Tutu, cuja actividade anti-apartheid se está a tornar cada vez mais incómoda para as autoridades racistas confrontadas nos últimos meses com o maior movimento de protesto da História do país, recebeu entretanto o senador Edward Kennedy que no sábado chegou a Joanesburgo para uma visita de uma semana, a seu convite. O senador norte-americano, que se manifestou profundamente angustiado após uma visita ao *ghetto* negro do Soweto, tem condenado publicamente o *apartheid* em diversas ocasiões nos Estados Unidos.

Prosseguem entretanto em Washington as manifestações de protesto contra o *apartheid*, diante da embaixada da África do Sul, bem como a prisão de manifestantes pela polícia norte-americana. Na tentativa de provocar sentimentos racistas os chefes da polícia da administração Reagan não encontraram forma mais subtil do que fazer revistar os manifestantes brancos por funcionários negros...

Novo governo na Índia

O ano findo foi assinalado na Índia com a estrondosa vitória do Partido do Congresso nas eleições nacionais. O novo governo de Rajiv Gandhi, primeiro-ministro indiano, foi apresentado poucos dias depois de conhecidos os resultados elei-

torais e compõe-se apenas de 15 ministros de Estado e vinte e quatro vice-ministros. O anterior gabinete contava com quarenta e nove membros.

No seu discurso de investidura, Rajiv Gandhi, que acumulara as funções de primeiro-ministro com as de ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmou que a primeira preocupação do governo será de eliminar a pobreza do país.

Natal negro na Turquia

Nem a quadra do Natal proporcionou tréguas à sanha repressiva do fascismo turco, que assinalou a data com a prisão de mais 73 pessoas, entre as quais onze mulheres. Na véspera de Natal foram ainda condenadas a penas de prisão 33 militantes progressistas, ao mesmo tempo que era condenado à morte um antigo dirigente do partido dos trabalhadores curdos.

Segundo dados oficiais, só durante 1984 foram presas cerca de 30 000 pessoas; e mais de mil militantes da Central Sindical DISK arrastam-se há quatro anos pelos tribunais, num interminável processo, estando 78 em risco de serem condenados à morte.

Surdos a todos os apelos internacionais, os fascistas turcos, apoiados pela cumplicidade da maioria dos governos europeus e muito em particular pelo apoio económico, político e militar de Washington, continuam a enforçar, prender e torturar quantos se atrevem a lutar pela democracia.

edições técnicas



Sanções contra Pretória

O bispo anglicano Desmond Tutu, laureado com o prémio Nobel da Paz, apelou à comunidade internacional para que exerça pressões económicas, políticas e diplomáticas contra o regime de Pretória, considerando que só desta forma se conseguirá evitar um banho de sangue na África do Sul.

O bispo, que falava numa conferência de Imprensa na sede do Conselho das Igrejas Sul-Africanas, na semana passada, referiu com particular ênfase a necessidade do bloqueio económico para forçar as autoridades de Pretória a pôr fim ao

DESARMAMENTO
QUEM ESTA CONTRA?
A mais imperiosa e mais urgente tarefa da humanidade é a manutenção da paz



Suplemento /

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 576
10 de Janeiro de 1985
Suplemento n.º 140
Não pode ser vendido
separadamente

SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Passividade e imobilismo nas decisões fundamentais

Págs. 8/9



Governo põe CP ao pé do desastre

Págs. 3/4/5

BULGÁRIA

Págs. 10/11

O verde dos nossos tempos



GUERRA PSICOLÓGICA

Arma quotidiana do imperialismo

Págs. 12/13

a Talhe de FOICE

O país verdadeiro.

Mesmo em crise, este é um país próspero, vestido de novo-rico, fumando charuto importado, puxando os punhos de seda à camisa, alisando as listras do fato feito por medida, compondo a gravata pintada à mão, movendo-se em carro que chispa sinais exteriores de riqueza, almoçando no Tavares e ceando no Casino. É um país de ministros e de empresários dialogantes. Todos os problemas são, deste modo, tratados ao mais alto nível, que os outros não têm nível nenhum.

O resto é desgraça, que se lhe há-de fazer? É a crise, lá fora é pior ainda, por cá vamos bem, não esquecer que Salazar nos salvou da guerra e Soares vai meter-nos na CEE. O país, após os sobressaltos de Abril, vai-se compondo. Os problemas não se resolvem já em plenários barulhentos e com os «ventres ao sol» e a arraia-miúda a levantarem o braço, mas dignamente no sereno do gabinete, sobre a alcatifa conselheiral, no perfume da concertação, através da palavrosa polémica familiar.

O único problema — mas que há-de resolver-se em acordos de cavalheiros — é que, como alguns dizem, os partidos não se entendem sobre a volta a dar à crise. Que é coisa difícil, pesada herança do prec. Mas há projectos remodelativos, referendários, revisionantes, coligacionantes, institucionalizáveis. A questão é que os partidos se entendam. E o entendimento não está longe, pelo visto e pelo lido.

É que, pelo visto e pelo lido, o país que trabalha não existe, não pesa, não determina, não conta. Se os partidos se entenderem, o país vota. Se os governantes governarem, os portugueses serão governados, atentos, veredores e obrigados. Se os patrões empregarem, os trabalhadores irão para o trabalho agradecidos. Se as empresas funcionarem, os operários produzirão. Há, pois, que resolver os problemas ao mais alto nível para que o país real se deite ao trabalho, cantando e rindo.

Se as coisas não andam bem, por enquanto, não há motivo para alarmes, com a CEE à vista e o FMI a ajudar. Este país é um país de empresários que se têm esforçado por empreenderem, só que o quadro constitucional os não deixa, mas há propostas válidas da CIP, da CAP, tudo há-de «concertar-se». É um país de gestores que se têm esforçado por gerir, só que as empresas públicas, coitadas, são gigantes em situação económica difícil, mas há propostas para as desmantelar, distribuir aos bocadinhos por cada português privado e cheio de espírito de iniciativa. É um país de ministros e de deputados que, coitados, não se entendem sobre algumas questões porque o Presidente da República não deixa, mas eles esforçam-se por encontrar as soluções, já arranjaram algumas aprovando os aumentos para poderem dedicar-se de alma e coração ao povo.

País de empresários, de gestores, de ministros e de deputados — são eles que falam, dizem, propõem e mandam. Assim no-lo afirmam a TV e a rádio, matutinos e vespertinos, semanários independentes e de estilo europeu. Se no outro lado do país há problemas, a culpa é da crise. Se há salários em atraso — tão em atraso que praticamente já ninguém se lembra de pagar —, se a fome entra portas adentro das famílias dos trabalhadores, se o desemprego alastra, se as empresas vão à falência, se a terra roubada é abandonada ao mato, se a dívida cresce e o buraco alarga no orçamento, a crise é a culpada. Mas os empresários, os gestores, os ministros e os deputados não-de resolver, para isso lhes pagam. É só aguardar mais um pouco que decidam e se concentrem, que encontrem a fórmula.

Nem outra coisa seria de esperar deles. Dos trabalhadores é que não. Os trabalhadores fizeram-se para trabalhar e se não fosse assim os trabalhadores tinham escolhido ir para ministros, para deputados, para gestores ou para empresários. Agora não se queixem.

Há-de haver solução, remédio. Talvez uma sopa a atribuir a cada trabalhador, uma bucha de pão a cada desempregado, que dinheiro não há que sobre depois de pagar o juro ao FMI e as indemnizações justas aos capitalistas. Agora não impeçam os responsáveis de meditar sobre a responsabilidade, de calmamente discutir a volta a dar a isto — uma revisão, um referendo, uma coligação, uma guerrilha, uma eleição para Belém. Mas se os trabalhadores — que não existem porque não falam nem aparecem, não protestam nem propõem, não se manifestam nem exigem, nem sequer são capazes de gerir, de organizar, de dirigir — se os trabalhadores continuam a impedir que o Governo governe, que a coligação coligue, que os empresários empreendam — então depois não se queixem. Um decreto ou uma lei há-de segurá-los ou acabar com eles. De resto, não fazem falta nenhuma. O país não é deles.

É o que se diz, o que se ouve, o que se lê. O que está nos planos de tão boa gente. Só que o país não é assim mas o contrário, precisamente. O Governo apenas se governa, os deputados da direita ajudam, os gestores não gerem, os empresários apenas empreendem o lucro, quando cresceram o suficiente. O país continua a trabalhar. E a lutar. Não só pelo salário em atraso, não só pelo pagamento justo. Mas pela alternativa onde tenha voz, pela democracia onde tenha mão, por um governo onde tenha decisão. Não há lei nem decreto que modifique esta realidade.

■ L. M.

Confiança

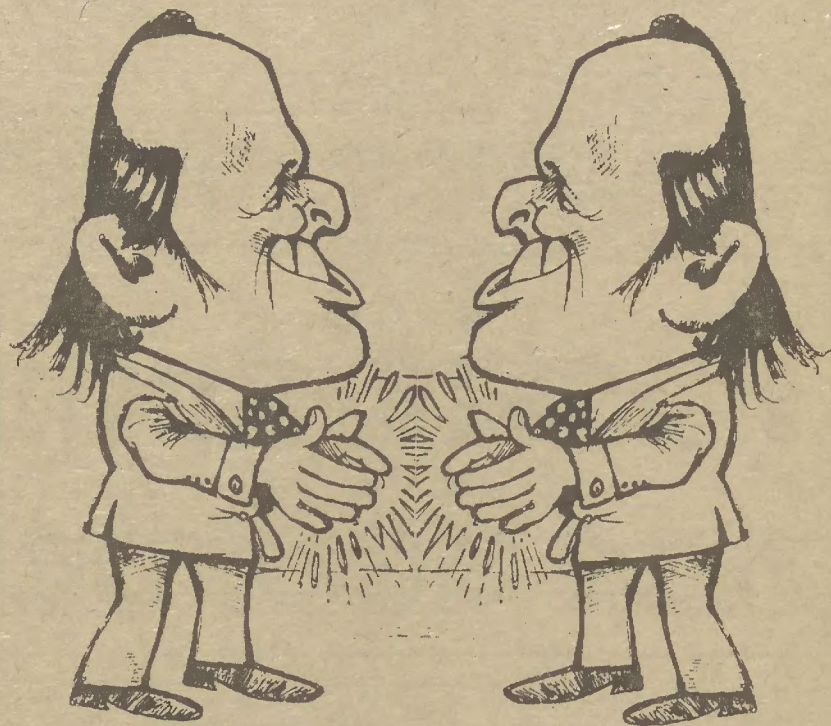
A crise não é só uma palavra. Ela existe e pode medir-se, atinge quase todos os aspectos da vida nacional. É, como se costuma dizer, óbvia. Tão óbvia que serve de desculpa a si mesma, para os que se não mostram dispostos a contribuir para debelá-la nem cuidam de procurar-lhe as origens ou se empenham em encobri-lhas.

Os mesmos que no fascismo não encontraram motivos para que o regime «produzisse» a crise e preferiram ver no «choque petrolífero» de 1973 — e não no desastre da guerra colonial, por exemplo — as razões próximas para a derrota da política de Salazar/Caetano, foram os mesmos que, tempos depois, procedendo a saneamentos à esquerda e afastando revolucionários dos órgãos do Poder, acusaram o «gonçalvismo» de todos os males e da crise que se pôs a crescer no País.

«Gonçalvismo», comunistas, trabalhadores foram apontados — e são-no ainda — como os causadores de todas as dificuldades que os sucessivos governos constitucionais engendraram com a sua política restauracionista. E, antes que as acusações viessem a clarificar-se e os «erros» fossem apontados, depressa se ficou a saber — mesmo que o PCP o não tivesse previsto e prevenido — que o móbil dessas acusações era o regresso ao passado, o seu alvo eram as conquistas de Abril obtidas pelos trabalhadores e que retiraram a base ao próprio fascismo, aos monopolistas e latifundiários que se serviam do Estado totalitário para dominar.

Não era possível desferir ataques à Reforma Agrária e às nacionalizações sem que, ao mesmo tempo, não fossem gravemente atacadas as liberdades e os direitos dos trabalhadores: do mesmo modo que os latifundiários e os monopolistas ligados ao imperialismo não puderam governar sem o auxílio de um poderoso aparelho repressivo, também não foi fácil, para os que pretenderam o regresso ao passado, exercer uma dominação económica sem recorrer à repressão, a limitações das liberdades. Em várias frentes, do institucional ao policial, as forças coligadas da direita procuraram, com os seus golpes, auxiliar a restauração capitalista. O objectivo era meter, com o socialismo, a própria Constituição na gaveta. Numerosos golpes institucionais foram preparados e o principal objectivo — como se tornou nítido com a operação «AD» da candidatura de Soares Carneiro — era destruir as próprias bases institucionais do sistema democrático.

Se tal objectivo tem até agora falhado, mercê da luta de massas e da mobilização dos democratas contra os desígnios dos políticos de direita, liderados por Soares, Mota Pinto, Carneiro, Freitas (juntos ou separados), não se pode dizer que a política destes governos tem sido em vão. Desmantelamento de empresas públicas, áreas constitucionalmente reservadas ao sector nacionalizado abertas aos privados, destruição de UCP's da Reforma Agrária, com roubo de terras e



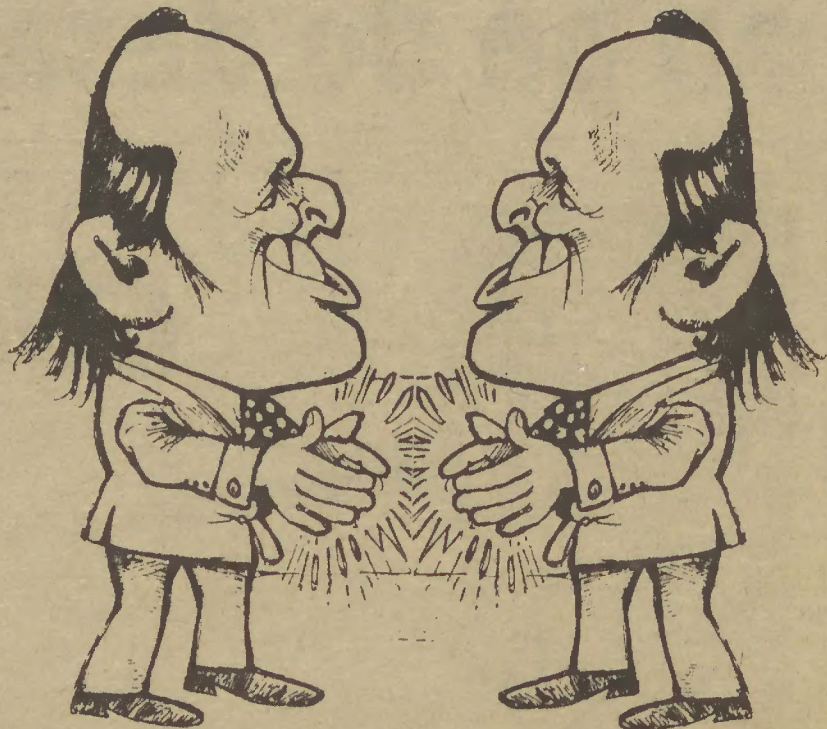
máquinas, têm constituído operações sistemáticas contra as transformações que revolucionaram o modo de produzir e de viver em terra portuguesa. Não conseguiram a destruição completa. Mas foram bem fundo na ferida. E, a acompanhar necessariamente tal processo, voltou o desemprego, a fome, a miséria. Chamem-lhe crise.

Apesar do panorama degradado da nossa economia e da miséria que se vem instalando, nem por isso os «senhores empresários» — chamem-lhes capitalistas — acham oportuno o investimento, continuando a preferir o juro alto ou a Suíça a aceitar as facilidades que os governos de direita lhes concedem. É que a democracia não é muito segura para quem cresceu e floresceu à sombra do fascismo. Ou tudo ou nada. E vão preparando o «tudo» exigindo mais. Há quem diga que é falta de confiança.

Ao mesmo tempo que para uns a crise se explica por Abril, que para outros — os mesmos — se explica por si própria, como se de um círculo vicioso se tratasse, para outros ainda — os mesmos —, agora a crise é tão-só de confiança. Como Balsemão o faz, nas páginas do seu semanário, produzindo um diagnóstico bastante convincente da situação e, simultaneamente, arredando responsabilidades. Para tentar enganar com um prognóstico ridículo e concluir por uma receita tão velha como o governo que liderou.

Depois de acertar ao dizer que falta a confiança «dos agentes económicos no progresso dos seus negócios, dos jovens na possibilidade de acesso ao ensino, ao emprego, à habitação, dos reformados na melhoria das suas pensões, dos trabalhadores na melhoria de trabalho e de carreira» e por aí fora, denunciando (?) que «a economia está paralisada, os negócios ilícitos e a corrupção prosperam», Balsemão faz propositadamente a mistela de várias forças sociais na «resposta» à crise. Para ele, ninguém conhece a saída: «A Igreja denuncia, as Forças Armadas resmungam. Os desempregados desesperam, os reformados definham, a juventude protesta. Os sindicatos interrogam-se, os patrões queixam-se... É evidente que Balsemão deixou a maioria do País de fora. O que pretende é dar a sua — deles — receita: o sistema é que está mal, há que rever a Constituição (sem o PCP), alterar a lei eleitoral, para garantir um «governo forte e estável», «diminuir o peso do Estado». Para ele, isto assim não pode ser — «as nacionalizações continuam ferozmente irreversíveis e as empresas públicas ferozmente deficitárias». Não há confiança que resista.

Só que ele fala da confiança dos «empresários» — de alguns. Só que ele fala dos «sindicatos que se interrogam» — dos seus? Porque dos trabalhadores não fala. Esses têm confiança e ele desconfia. ■



■ Albano Lima

Governo põe CP ao pé do desastre

Iniciámos na semana passada uma ronda pelos transportes. Cabe hoje a vez à CP. Empresa centenária, que mais governos e piores políticas têm empurrado para uma progressiva degradação, é da velha CP que se quer nova, que hoje temos alguma coisa de actual para

contar.

Falam dela três dos seus trabalhadores no activo, membros do secretariado da célula do PCP. Chamam-se Ilda Gabriel Martinho, Henrique Rodrigues Bento e Joaquim de Jesus Maia Reizinho. Do que nos disseram se dá conta a seguir com a brevidade que o espaço permite, no âmbito de uma série de trabalhos que, como já referimos na semana anterior, se inserem na preparação da 3.ª Assembleia do Sector de Transportes da ORL do PCP, que se realiza em Lisboa no dia 9 do mês que vem.

Qual é o principal, o mais grave problema da empresa?

Há vários, todos ligados naturalmente, mas o primeiro são as dificuldades financeiras. O Governo não paga pelo serviço social prestado; não paga sequer uma pequena parte do que deveria pagar. Não foi por acaso que ainda recentemente a comissão de trabalhadores falava em «risco de ruptura».

A CP é assim como uma espécie de instituição. Isso não conta para o Governo?

Pelo menos para as indemnizações compensatórias não.

Vocês chamam assim aos...

Aos subsídios, afinal, para compensar por exemplo as tarifas sociais do transporte suburbano, o transporte de cereais e adubos fornecido abaixo da tarifa normal, e a própria extensão do caminho-de-ferro, para ajudar o desenvolvimento social e regional do interior.

Não haverá ninguém disposto a ganhar dinheiro com isso; disposto a investir em vez de esperar por subsídios?

Não vemos que qualquer grupo fi-

TRANSPORTES



Que os comboios passem nesta estação. Na região de Avelro, ainda há muito poucos anos a população exigia, com manifestação na própria via, o serviço da CP

nanceiro, empresa privada, ou capitais privados estejam interessados em comboios, e especialmente na CP — pelo menos no seu conjunto, como unidade empresarial.

Quer dizer que as indemnizações são indispensáveis?

É evidente que sim — e não só — mas a verdade é que elas nem sequer têm aumentado de ano para ano de acordo com a subida da inflação.

Então onde é que vão buscar o dinheiro?

A empresa degrada-se de ano para ano. As dívidas aumentam. É ver que o valor das indemnizações atribuídas em 1984 foi exactamente igual ao de 1983 — 6 milhões de contos. E no entanto a inflação aumentou qualquer coisa como 34 por cento de um ano para o outro. Tanto os investimentos como as compras estão assim de tal modo condicionados...

Mas mesmo assim fala-se de uma dívida enorme.

A CP tem hoje um passivo acumulado que deve rondar os 60 milhões de contos.

Quem são os principais credores?

Os bancos nacionais e estrangeiros, principalmente a banca nacionalizada.

E continua a emprestar?

Como se há-de fazer, se as indemnizações além de irrisórias são pagas com atrasos? Tem que se recorrer ao curto prazo.

Que não fica nada barato...

Só em 1983 os juros atingiram os 5 milhões de contos.

E os financiamentos?

Não são assegurados pelo Governo, não têm o aval do Estado. Além disso a saída do Decreto-Lei 63/83 veio condicionar tudo. Há uma série de limitações, desde o redimensionamento da rede às despesas com o pessoal.

Quantos trabalhadores tem hoje a CP?

22 200 em Fevereiro findo.

Estão seguros os postos de trabalho?

Não se pode dizer nada de parecido. Estudos encomendados pelos governos a grupos estrangeiros, e estamos a lembrarmo-nos de um dos ca-

nadianos, apontam para um excedente de 10 mil trabalhadores.

E ficaria por aí a reconversão?

Sucederia certamente o mesmo que em outras empresas, como a Lisnave, por exemplo, onde os despedimentos, aliás, aos milhares nos últimos anos, só serviram para o Governo exigir agora ainda mais, enquanto a empresa está no estado em que se sabe. Os despedimentos não resolvem nada.

Pelo menos...

Para promover a viabilização das empresas.

Por esses estudos já feitos, vê-se que a CP deve ter um «Plano».

E que Plano! Chama-se Plano Estratégico de Recuperação Económica e Financeira. É o PEREF.

De quem é a paternidade?

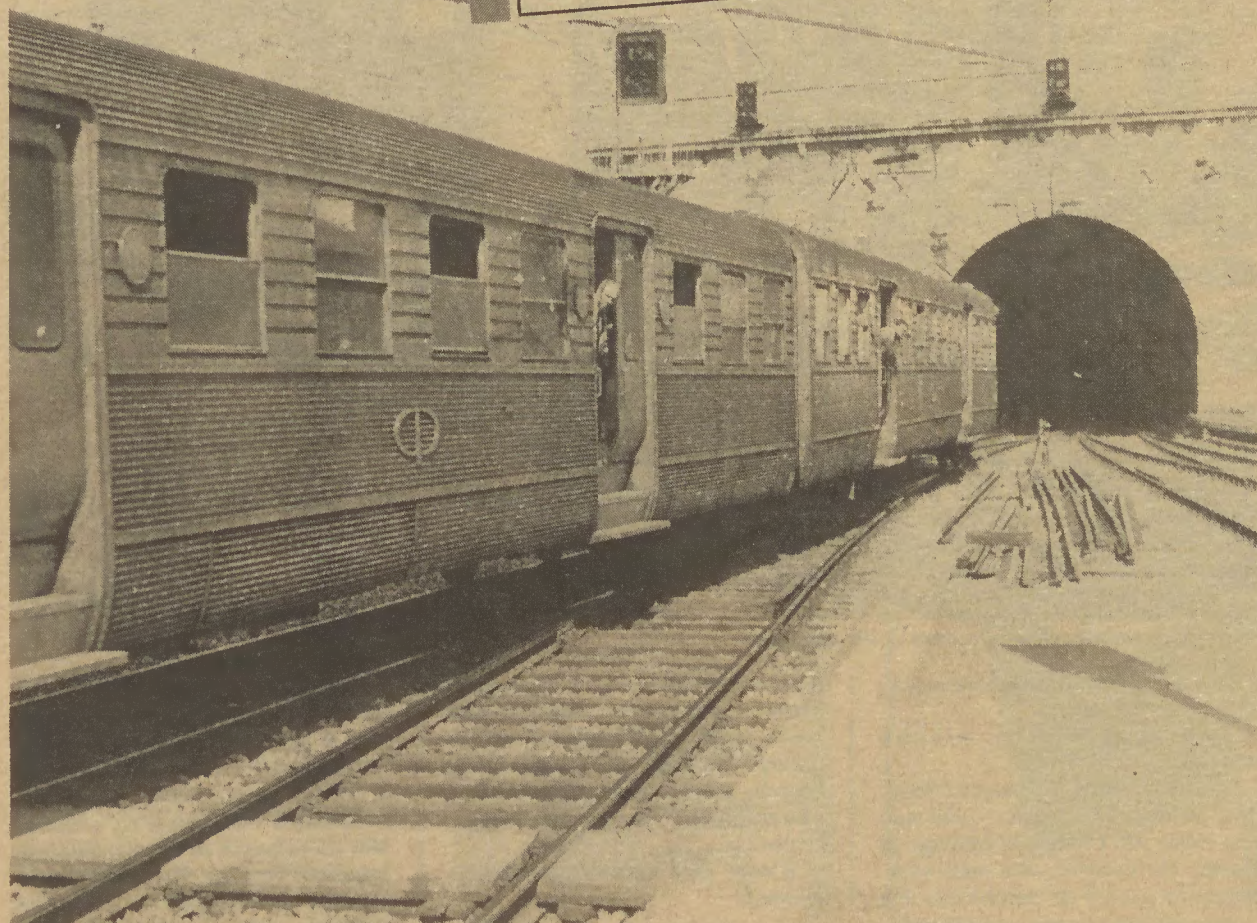
Do Banco Mundial. Houve até várias reuniões de representantes do BM com o conselho de gerência da CP e com o secretário de Estado dos Transportes.

Esse PEREF trouxe alguma coisa de positivo?

Não seria má ideia, mas a verdade é que a proposta da Secretaria de Estado, de Outubro de 1983, reformulada em Maio do ano passado, diminuiu de 64 para 42 milhões de contos o PEREF. Daí a «política» de encerramentos de estações, linhas, ramais, troços de via.

Corre um abaixo-assinado...

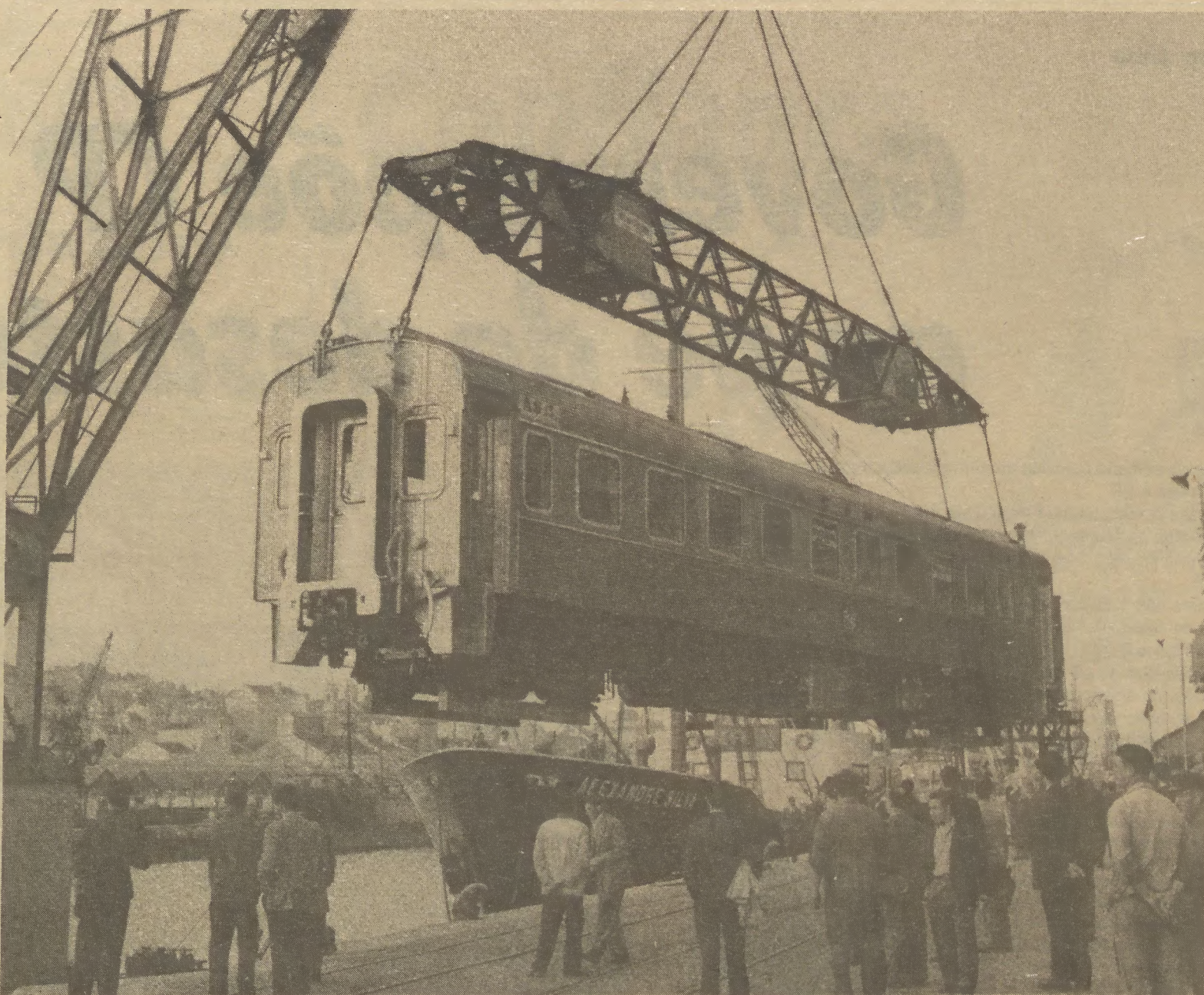
Sim e daqui fazemos um apelo para que o protesto contra os encerramentos na CP ganhe ainda mais adesões em todo o País por onde circula, de modo a reflectir bem a justiça e a sensatez da posição dos trabalhadores e das populações. As estações a



A renovação e conservação da via implicará, por estranho que pareça, a redução dos postos de trabalho



TRANSPORTES



Barcos e carruagens: postos de trabalho em relação estreita por todo o sector empresarial do Estado

encerrar são perto de 200 e 814 os quilómetros de via férrea a desactivar.

Há Câmaras interessadas nisso, quer dizer nos encerramentos?

Há principalmente os casos de Reguengos de Monsaraz e Mora: no primeiro caso, as populações protestaram, colocaram-se contra a posição

tra a CP em muitos aspectos... Mas isso deve-se à deliberada degradação do transporte ferroviário, ao estado a que se deixou chegar a empresa e os serviços indispensáveis que presta, por falta de financiamentos, das tais indemnizações compensatórias à altura das circunstâncias, devido à redu-

mais de 50 anos; a média de idade do parque automotor diesel é de 22 anos, do parque automotor eléctrico de 18 (23% com idade superior a 27 anos); 20 por cento das carruagens tem mais de 31 anos; 18 por cento do parque de vagões fechados tem idades que ultrapassam 50 anos; nos

É isso. A CP faria bom negócio.

No entanto, não há transporte ferroviário privado?

Não. Mas há tentativas abertas e fortes para comer uma fatia da CP. Os barcos, por exemplo. Os barcos dão dinheiro. Esboçam-se também algumas tentativas da privada nos su-

- O Governo não paga, ou paga mal o que deve
- O passivo acumulado deve rondar os 60 milhões de contos
- Dívida do Estado superior a 30 milhões de contos
- Postos de trabalho ameaçados; estudo prevê 10 mil excedentes
- O Executivo entrega ao desastre financeiro uma das maiores empresas do sector empresarial do Estado
- Parque de mercadorias e transportes com idades inconcebíveis
- Adiramos ao protesto contra os encerramentos de estações, linhas e ramais
- Governo prefere pagar em dólares ou marcos milhões de contos em obras, que trabalhadores portugueses poderiam executar
- Os barcos da CP na mira da privada
- Luta por justos salários e reformulação das carreiras

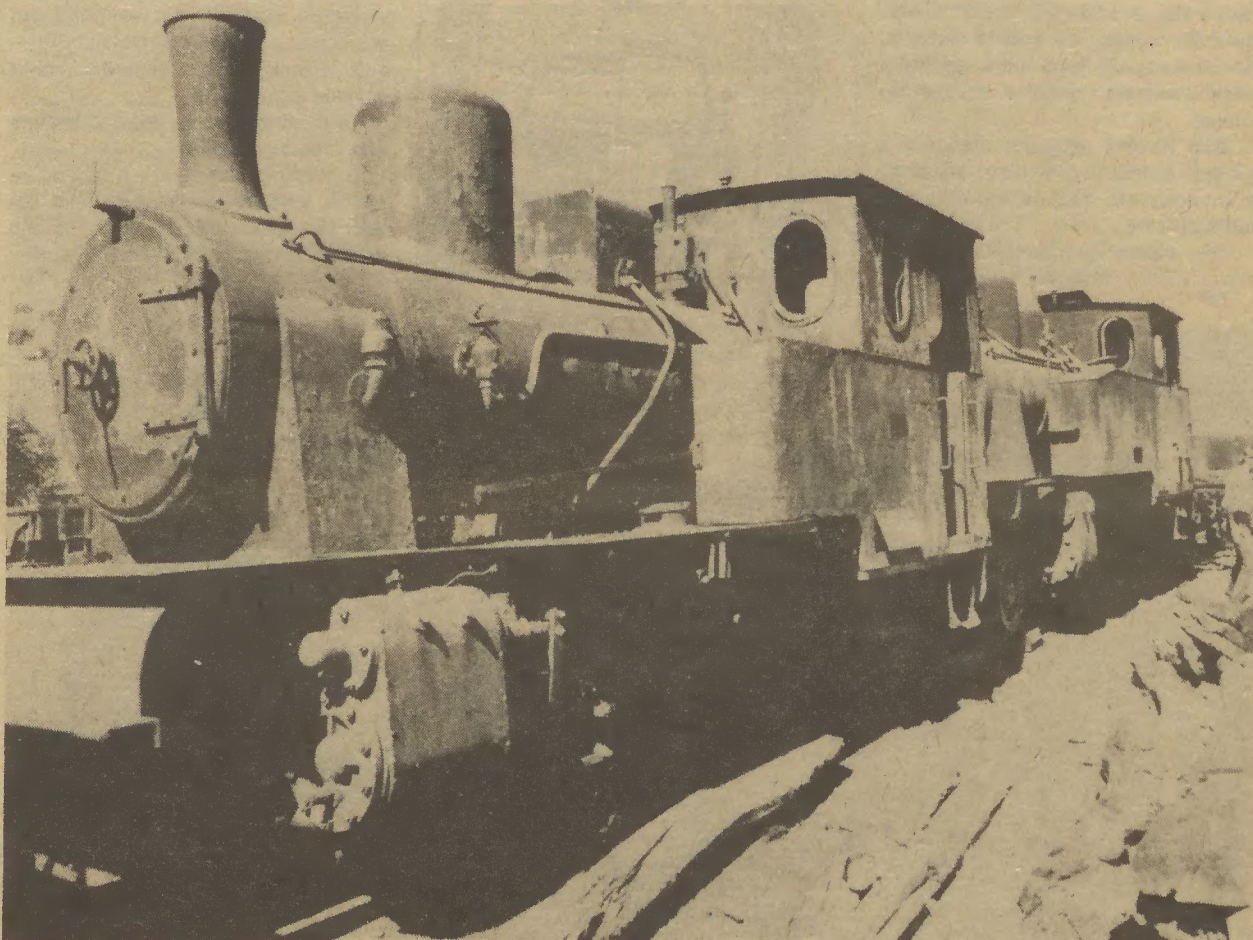
do presidente da Câmara. Em Mora, onde dizem que só há 3 passageiros para o comboio (passe a caricatura) isso sucede porque não há comboios para transportar as pessoas, porque as linhas estão degradadas, porque há interesses privados em jogo na camionagem. Em Reguengos fizeram chegar a camioneta quando o comboio já tinha partido antecipando o seu horário. Não é de estranhar que circule vazio.

Além disso, os encerramentos...

Os encerramentos mexem com muita coisa, com grande número de postos de trabalho, com trabalhadores da CP há dezenas de anos a viverem numa terra e que de repente são obrigados a encarar, por exemplo, uma transferência para Lisboa; empobrecem as localidades...

Mas as pessoas não mostram preferência pela camioneta?

Bom, no estado em que se encon-



Aljustrel — esta «peça» circulava... no passado

ção do gráfico do pessoal para reduzir a oferta na CP, etc.

Podem quantificar alguns dados?

Há muito material caduco. Podemos dar alguns exemplos — não muitos, senão isto parece um catálogo de museu. Por exemplo, uma parte substancial do parque de mercadorias tem

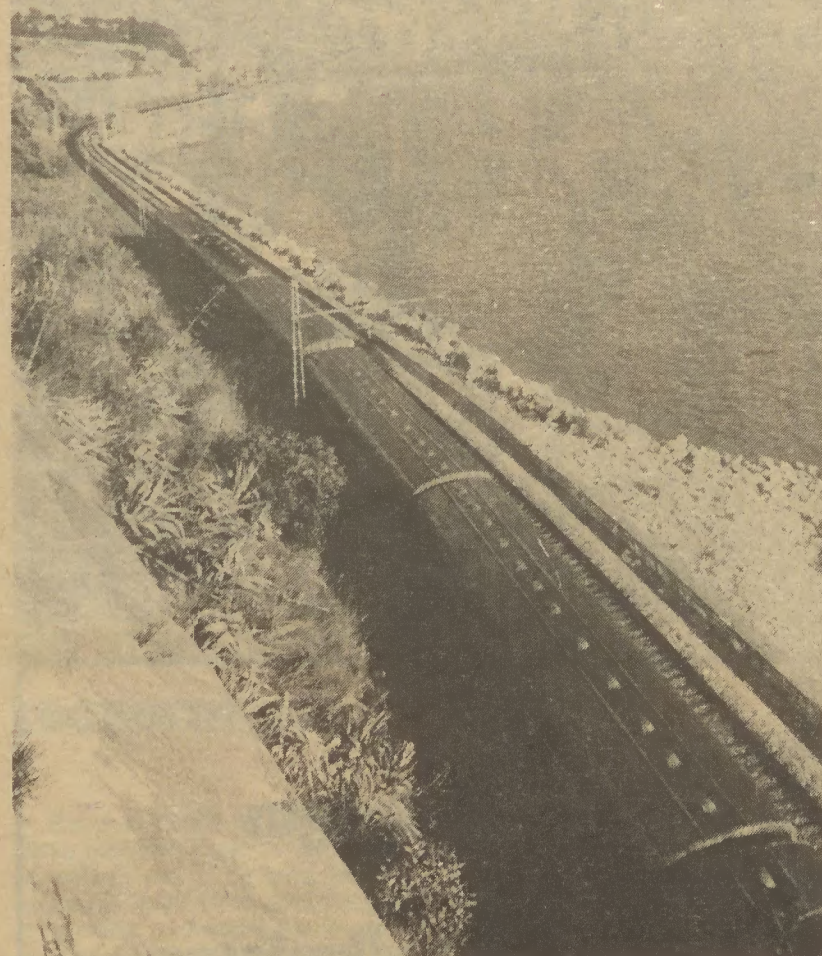
abertos a média é de 31 anos; e há ainda o parque vagão-plataforma com média de 47 anos, e 59 por cento superior a 50 anos; a via mantém os traçados idênticos aos originais; a sinalização é do tempo da monarquia... centenária.

É caso para advertir os coleccionadores.

burbanos, na linha de Cascais, pelo menos.

E o caso dos empreiteiros?

Já há empreiteiros a trabalhar para a CP. Para estes casos, note-se, não há excesso de pessoal na empresa. Mas os empreiteiros não trabalham na renovação da via. Para isso há um caderno de encargos com vista a en-



Suburbanos
(Um serviço social que o Governo deixa para trás)

tregar o serviço a uma empresa estrangeira.

E quanto vai custar?

Se for só plena via, isto é não envolvendo trabalhos nas estações, o custo previsto é de 12 milhões e meio de contos. Se houver outros trabalhos, chega aos 20 milhões. Isto nos primeiros cinco anos. Os pagamentos serão em dólares ou em marcos.

Essa verba estava prevista no PEREF?

O que estava previsto não ia além dos cinco milhões de contos para cinco anos. Agora, com a empresa estrangeira, já aparecem 12 milhões.

E quanto a pessoal?

Está prevista a redução. Directa ou indirectamente podem "ir ao ar" 845 postos de trabalho. As previsões oficiais querem chegar ao fim deste ano com 21 700 trabalhadores.

Mas a empresa não tem só dívidas?

Pelo contrário. Só o Estado, através do Governo, deve-lhe um total da ordem dos 30 a 40 milhões de contos. O Governo não consolidou a dívida como tinha prometido. Há apenas para isso um grupo de trabalho de que fazem parte representantes da CP.

E por último, que há quanto aos salários?

Os trabalhadores esforçam-se mais uma vez por obter uma revisão salarial justa, e não como aconteceu o ano passado com o acordo assinado pelos divisionistas. Houve prejuízos

sérios para a maioria dos trabalhadores. É necessário reforçar a unidade para obter melhores resultados este ano, e também na reformulação das carreiras, que é um dos objectivos principais da luta dos trabalhadores. ■

TRANSPORTES



**editorial
CAMINHO**

O mundo inteiro numa colecção de grandes autores

«Uma Terra Sem Amos»

1	Sembène Ousmane
	Os Pedacos de Madeira de Deus
2	Manuel Cofiño
	A Última Mulher e o Próximo Combate
3	Ferenc Karinthy
	Primavera em Budapeste
4	Ferdinand Oyono
	O Velho Preto e a Medalha
5	Nikolai Ostrovski
	Assim foi Temperado o Aço
6	Jacques Roumain
	Governadores do Orvalho
7	Alex La Guma
	A Luz que rompe as Trevas
8	Victor Mora
	Os Plátanos de Barcelona
9	Alexandre Fadéiev
	A Jovem Guarda
10	Jesús Lara
	Nosso Sangue
11	Liam O'Flaherty
	Insurreição
12	Ngugi Wa Thiong' O
	Não Chores, Menino
13	Iván Vazov
	Sob o Jugo

14	Bruno Apitz
	Nu Entre Lobos
15	Louis Aragon
	Os Sinos de Basileia
16	Alexandre Fadéiev
	A Derrota
17	Volodia Teitelboim
	A Semente na Areia
18	Ferdinand Oyono
	Uma Vida de Boy
19	Alex La Guma
	Tempo da Morte Cruel
20	Michael Gold
	Judeus Sem Dinheiro
21	Howard Fast
	A Paixão Sacco e Vanzetti
22	Mongo Beti
	Remember Ruben
23	Angus Richmond
	Uma Espécie de Vida
24	Sembène Ousmane
	O Harmatão
25	Alex La Guma
	Pais de Pedra
26	Edilberto Coutinho
	Maracaña, Adeus

A PUBLICAR BREVEMENTE

— Ernest J. Gaines

A Autobiografia de Miss Jane Pittman



Uma força política atenta às realidades ⁽²⁾

Cinco regiões do País — Madeira, Minho, Alto Alentejo, Ribatejo e Algarve — estão hoje em foco nestas páginas do **Suplemento** do «Avante!».

De forma directa aqui são abordados o clima de especulação no **Funchal**, a situação e os problemas do sector têxtil do distrito de **Braga** e da rede escolar do distrito de **Portalegre**, alguns aspectos fundamentais da vida do movimento cooperativo no distrito de **Santarém** e as propostas do PCP para o aproveitamento dos recursos hídricos na região do **Algarve**.

Estes temas foram seleccionados pela Redacção do «Avante!» — à semelhança da semana anterior — a partir do conjunto de elementos recolhidos da vasta documentação produzida por Assembleias do Partido efectuadas durante 1984.

São, sem dúvida, temas de viva actualidade regional, cuja abordagem contribui para o esclarecimento e análise dos múltiplos problemas que se colocam no quotidiano das populações e dos trabalhadores portugueses. Conhecer esses problemas e contribuir para a sua resolução no quadro de uma acção política intimamente ligada à vida, às aspirações, aos direitos e aos sentimentos das populações, tem sido uma nota comum no trabalho desenvolvido pelas organizações do PCP, que nunca será de mais realçar, dando a conhecer aos nossos leitores exemplos concretos dessa importante acção. Bem visível tanto nas Assembleias — de célula, de zona, concelhia, distrital ou regional — como noutros tipos de iniciativa política, caso das conferências, encontros, reuniões, sessões, etc.

Que ninguém tenha dúvidas: os comunistas são uma força política sempre atenta às realidades. E não calçam o «bota-abaixo» com que alguns pretendem iludir a opinião pública...



Algarve: os recursos hídricos e as propostas do PCP

O facto de o Algarve ter vindo a debater-se com angustiantes carências de água, enquanto técnicos de reconhecida competência afirmam que a região dispõe potencialmente de abundantes recursos hídricos é, por si só, um libelo acusatório contra a política dos governos de direita que desde 1977 paralisaram os Projectos de Aproveitamento Hidráulico, essenciais para uma solução correcta, integrada e perspectivada para o futuro do problema da água no Algarve.

Se esses Projectos tivessem ido para a frente e não tivessem sofrido um sistemático boicote, já hoje o Algarve disporia de um folgado abastecimento de água à agricultura, ao consumo doméstico, turístico e industrial.

A inexistência de aproveitamento dos recursos hídricos de superfície (os projectados sistemas de Barlavento e Sotavento antes citados), assim como o não aproveitamento do poderoso recurso do Guadiana, cujo percurso no nosso País se situa em boa parte no Algarve, criaram um tal estrangulamento à expansão da agricultura de regadio e à expansão demográfica e turística do litoral, que o recurso às águas subterrâneas foi a única alternativa possível.

Contudo, nem a abertura de poços de grande diâmetro, nem a actual profusão descontrolada de furos por toda a região, conseguiram resolver as grandes carências de água, com grandes reflexos no saneamento básico, no desenvolvimento industrial e no turismo e na agricultura, verificando-se a degradação da qualidade da água, com tendência para situações de sanilização irreversível de alguns aquíferos, em virtude da exploração desenfreada a que estão submetidos.

Perante tal situação, é imperioso

avancar com um conjunto de medidas que ponha termo à situação de verdadeira catástrofe em que se pode vir a cair:

- Reclamar do Governo a retomada urgente do Projecto do Alqueva e Rocha da Galé, com contributos fundamentais para o estabelecimento do sistema de equilíbrio hídrico do Algarve;
- Avançar decididamente para a construção do grande sistema de barragens há muito planeado no Algarve — Odelouca/Funcho a Barlavento e Beliche/Odeleite a Sotavento, a fim de se proceder ao correcto aproveitamento das águas de superfície;
- Incentivar e apoiar financeira e tecnicamente a construção de pequenas barragens na serra e meia serra para apoiar a agricultura e a indústria;
- Disciplinar o recurso à utilização das águas subterrâneas. Aproveitar devidamente os grandes aquíferos



existentes, através de obras de hidráulica necessárias, mediante uma visão planeada e coordenada, de modo a permitir com tal gestão responder às carências das populações.

A rápida definição e execução de uma política de aproveitamento dos recursos hídricos constitui uma das primeiras prioridades da região algarvia. (Resolução Política, 1.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve, Faro, 2 Dez. 84)



Sector têxtil no distrito de Braga: o futuro de 60 mil trabalhadores

O sector têxtil no distrito de Braga caracteriza-se pelo seu elevado peso económico e social e emprega mais de 60 mil trabalhadores. Situando-se no distrito algumas das maiores empresas do País, como a TMG, a Coelima, a Riopelo/Natarfil, a Somelos, a Sampaio Ferreira e Oliveira & Ferreira, predomina também um elevado número de pequenas empresas (...).

Com o 25 de Abril, a sabotagem, o abandono e descapitalização das empresas não tardou por parte do patronato reaccionário. Em alguns casos, os trabalhadores acabaram por impor a autogestão, como aconteceu na Empresa Fabril de Vermoim e na Fábrica de Fiação e Tecidos de Delães. Na TMG, procurou-se a intervenção estatal. Mas, no fundamental, a estrutura socioeconómica permaneceu intacta.

Assim, os grandes capitalistas continuaram a manter na região o domínio económico, político e social. Com o processo contra-revolucionário, o patronato acabou por receber de volta as empresas então sabotadas e abandonadas. A TMG foi entregue ao senhor Manuel Gonçalves, que logo desencadeou a repressão, despedindo 17 activistas e, de seguida, muitos outros trabalhadores, proibiu a actividade sindical e adoptou métodos sofisticados de repressão. (...)

Hoje o sector têxtil debate-se com enormes problemas. Desde a descapitalização das empresas por parte do patronato, a par das tentativas de aplicação do Plano Werner por parte dos sucessivos governos de direita, passando pelo encerramento de dezenas de pequenas empresas, os contratos a prazo e o flagelo dos salários em atraso (que atinge mais de 8 mil trabalhadores deste sector), os prémios de produção e assiduidade, a repressão e a discriminação, etc.

(Manuel Carlos Veloso, do Comité Têxtil do distrito de Braga, na 1.ª Assembleia da OR do Minho, Braga, 8/9 Dez. 84).

1 ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO MINHO

COM O PCP
PELO MINHO
POR ABRIL



BRAGA

8 DE DEZEMBRO DE 84

ESCOLA SECUNDARIA SA DE MIRANDA

- **Que ninguém duvide: os comunistas conhecem os problemas, apontam soluções, vivem intensamente as aspirações populares, tanto no plano nacional como nas localidades e regiões**



Distrito de Santarém: «retrato» do movimento cooperativo

Existe no distrito um vasto movimento cooperativo com 21 cooperativas de consumo, 11 de construção e habitação, 28 de produção operária, 20 agrícolas (comercialização e adegas cooperativas), contando com milhares de associados, que se têm reforçado e dinamizado, apesar do estrangulamento e asfixia provocados pela política de recuperação capitalista dos sucessivos governos de direita, com particular relevo para o Governo PS/PSD.

O Movimento Cooperativo com a consolidação das suas estruturas federativas, designadamente nas cooperativas de produção operária, de serviços, de habitação económica e de consumo, desenvolveu a sua capacidade de intervenção nos respectivos sectores, na procura de soluções para os seus problemas e assegura uma melhor e mais regular integração nas lutas por objectivos mais amplos, com principal destaque para a defesa do regime democrático.

Ainda que, com resultados desiguais e irregulares, têm-se dado passos significativos na aproximação, no diálogo e na intercooperação entre os diferentes sectores cooperativos, nomeadamente através de debates, encontros, colóquios, etc. (destaque para o Encontro realizado em Junho/84).

Apesar da ofensiva contra as conquistas da revolução de Abril, onde o sector cooperativo se integra, desenvolvida nos últimos anos e que tem causado graves danos e prejuízos, o Movimento Cooperativo tem resistido e continua vivo e interessado em contribuir para o desenvolvimento económico regional e nacional (Vitor Jesus, operário, membro da Comissão Concelhia de Alpiarça e da DORSA, na 1.ª Assembleia da OR de Santarém, Alpiarça, 24 de Novembro 1984).



Portalegre: a rede escolar do distrito

O distrito de Portalegre é servido por uma rede escolar que conta actualmente com 175 escolas do Ensino Primário, 26 postos de Ciclo Preparatório TV, 13 escolas preparatórias, 5 escolas secundárias, 1 escola do Magistério e 27 estabelecimentos oficiais de educação pré-escolar.

A população escolar do distrito reparte-se do seguinte modo: cerca de 117 alunos na educação pré-escolar (oficial); 9500 alunos no ensino primário; 714 no CPTV; 4645 alunos no ensino preparatório; 4836 alunos no ensino secundário unificado; cerca de 1000 alunos no ensino complementar; cerca de 500 alunos no 12.º ano.

No total, existem cerca de 21 400 alunos nas escolas do distrito, o que equivale apenas a 57% da população em idade escolar. Cerca de 20 000 jovens em idade escolar não frequentam qualquer escola.

O Corpo Docente do distrito distribui-se do seguinte modo: 625 professores no ensino primário e CPTV; 399 professores no ensino preparatório e 354 no ensino secundário.

Quanto à rede escolar, no ensino primário é no geral uma rede envelhecida, degradada e virada ao isolamento. 32% das escolas são de um só lugar e 35% de dois lugares. Verifica-se que, pelo menos 67% das escolas, não reúnem já as condições minimamente aceitáveis para o ensino moderno e de qualidade. Destes estabelecimentos apenas 18% têm refeitório e 23% deles não funcionam.

No ensino preparatório e secundário a situação não é melhor. Escolas superlotadas, degradadas fisicamente em muitos casos. 33% destes estabelecimentos estão nestas condições.

Casos há onde não existe mesmo edifício próprio.

As más condições de trabalho e estudo têm determinado elevadas taxas de reprovações que no ensino primário atingiu os 42%, sendo no preparatório e secundário superior aos 30%.

(Documento da 1.ª Assembleia da Organização do Distrito de Portalegre, Avis, 13-Out-84).

Funchal: «O clima de especulação»

O Funchal é, sem sombra de dúvida, o único polo convergente das principais funções urbanas e económicas da Região Autónoma da Madeira e das suas ligações com o exterior.

Vivem na cidade e na periferia perto de metade da população do Arquipélago, pelo que, para uma análise global da situação, é forçoso tomarmos na devida conta toda a situação da Região que se reflecte de forma predominante e decisiva na vida dos funchalenses.

A partir dos anos 20 assistiu-se a um grande surto de crescimento do Funchal.

Todavia, esse alastramento da cidade processou-se de forma anárquica e ao sabor do acaso sem linhas de orientação ou planos de interesse geral. Assim, nas zonas periféricas, muitas vezes delapidando a paisagem, foram-se construindo casas a esmo, sem ninguém pensar no local para a escola, a creche, o posto médico, os centros de cultura, etc.

O clima de especulação criado, em benefício de meia dúzia de capitalistas, trouxe consigo problemas de escassez de serviços públicos de electricidade, esgotos e água, falta de esco-

las, creches, mercados e as mais precárias situações, de promiscuidade e degradação de amplas camadas da população funchalense.

Perante tão graves problemas, a desastrosa governação do PSD limitou-se a esbanjar milhões de contos, apenas resolvendo, em vésperas de actos eleitorais, algumas situações pontuais.

Após 10 anos da gloriosa Revolução de Abril é vergonhoso que continue a manter-se e nalguns casos a agravar-se, a mesma política leviana e medíocre, onde impera a corrupção e a incompetência.

Se falarmos na habitação todos nós conhecemos como o Governo Regional e mesmo a Câmara têm conduzido a solução deste problema.

Não se concretiza uma política de construção de forma a satisfazer as necessidades das camadas mais desprotegidas da população — vejamos as fumas em S. Roque, S. Gonçalo, Santa Luzia, Ribeira de Santo António e até S. Pedro.

(Intervenção do organismo de direcção do Funchal, na 1.ª Assembleia da Organização Concelhia, 17 Junho 84)

SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Passividade e imobilismo nas decisões fundamentais

Em duas reuniões em menos de um mês, a comissão coordenadora das organizações representativas (ORTs) do sector empresarial do Estado (SEE) tomou decisões de largo alcance, avultando em 31 de Janeiro «um desfile de denúncia pública dos problemas do sector nacionalizado, da política do Governo e das exigências e propostas dos trabalhadores». As duas reuniões da coordenadora efectuaram-se em 14 de Dezembro findo e em 4 do corrente. Outras acções foram ainda decididas para Janeiro e Fevereiro, incluindo diligências necessárias e esforçadas para que se efectue entretanto um debate televisivo sobre o SEE. Recorde-se que estas decisões da coordenadora incluem-se num intenso período de luta pelos salários em atraso e pelos postos de trabalho contra a escalada do Executivo PS/PSD, que teve há dias como ponto alto a extinção de duas companhias nacionalizadas de transportes marítimos, a CTM e a CNN que empregam 5 mil trabalhadores.

Para a próxima quinta-feira, 17, um plenário de metalúrgicos no âmbito da federação sindical, reunidos em Lisboa e no Porto, marcava entretanto «uma jornada nacional de luta» nos subsectores da metalurgia, metalomecânica, montagem automóvel e siderurgia nacional.

A jornada dos metalúrgicos decidida no plenário de quinta-feira passada, deve envolver perto de 200 mil trabalhadores, e incluirá concentração, «designadamente em Lisboa e no Porto, plenários, distribuição de documentos à população e outras formas de protesto», afirma a Federação dos Metalúrgicos (FSMMMP) em comunicado do dia 3.

Lucros excedem o previsto em 500 mil contos

Na reunião de 14 de Dezembro, a Coordenadora das ORTs do SEE, que manifestava adesão às acções de luta em curso, e designadamente à grande manifestação de Lisboa efectuada no dia seguinte, recordou que «ainda recentemente os Investimentos e Participações do Estado (IPE) divulgara que o lucro das participações em 1984 excede em 500 mil contos o inicialmente previsto».

Segundo os trabalhadores e as suas organizações representativas, ninguém demonstrou até agora que o sector empresarial do Estado é «inviável». Mas esta palavra é utilizada a torto e a direito para justificar o injustificável, a saber: que este Governo pretende ter planos e acordos apenas para destruir e não para reestruturar, redimensionar, reconverter, reordenar, etc. — principalmente no que respeita ao SEE.

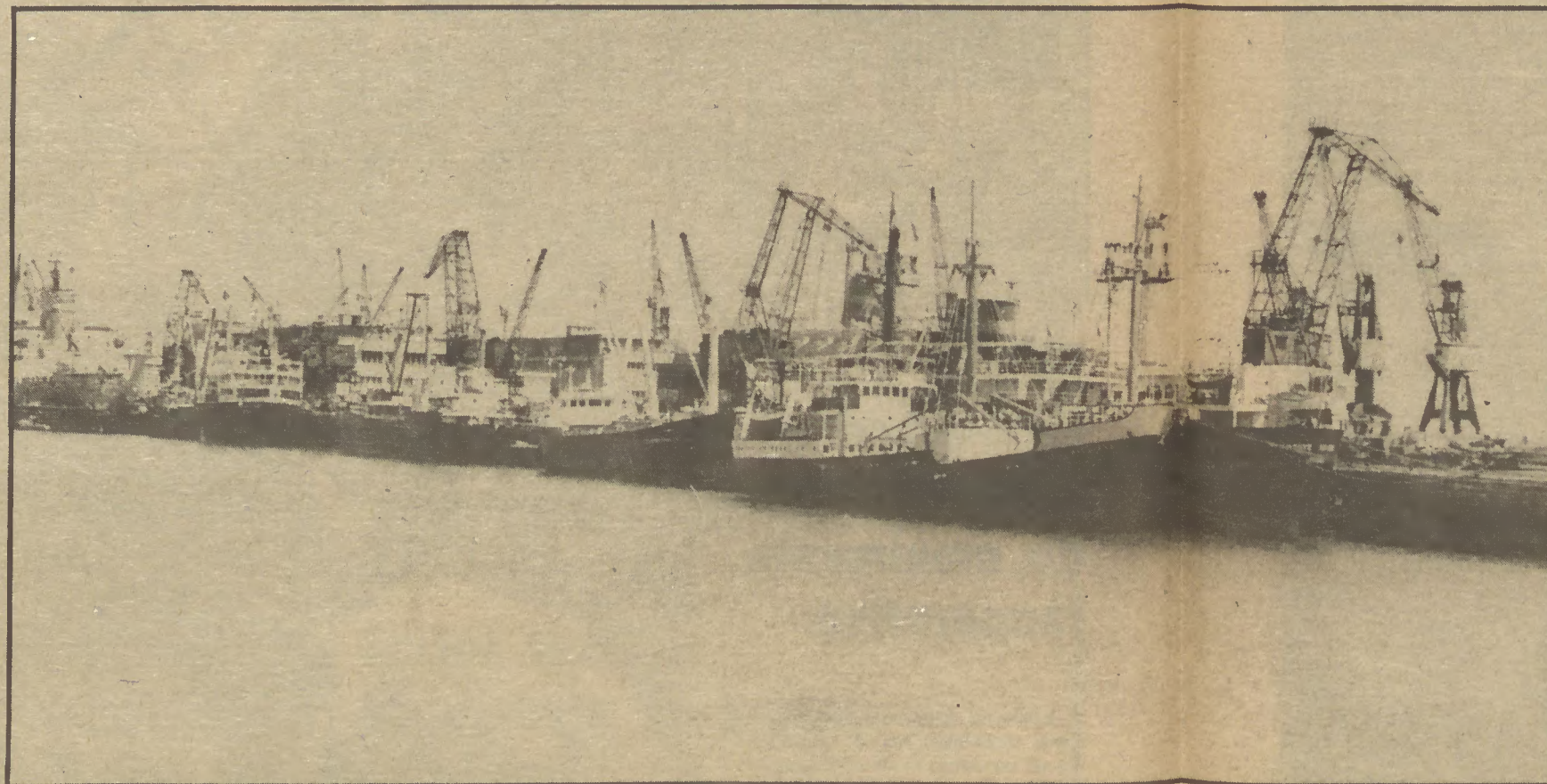
Dados oficiais publicados em 1984 pelo Departamento Central do Planeamento, designadamente em dois cadernos, um deles sobre a «caracterização das empresas públicas dos sectores da indústria e energia» e outro acerca da «evolução global do sector empresarial do Estado» de 1978 a 1982 demonstram que o alegado cancro da economia se deve, para o período em análise (e as alterações foram para pior), não a empresas «inviáveis» e logo passíveis de

extinção ou de drástica redução dos seus quadros de pessoal. Deve-se, isso sim e principalmente, à má gestão; deve-se ao aumento impressionante das despesas financeiras que, sendo de 28 milhões de contos em 1978, subiram em 1982 para qualquer coisa como o quadruplo dessa verba: 125,6 milhões de contos.

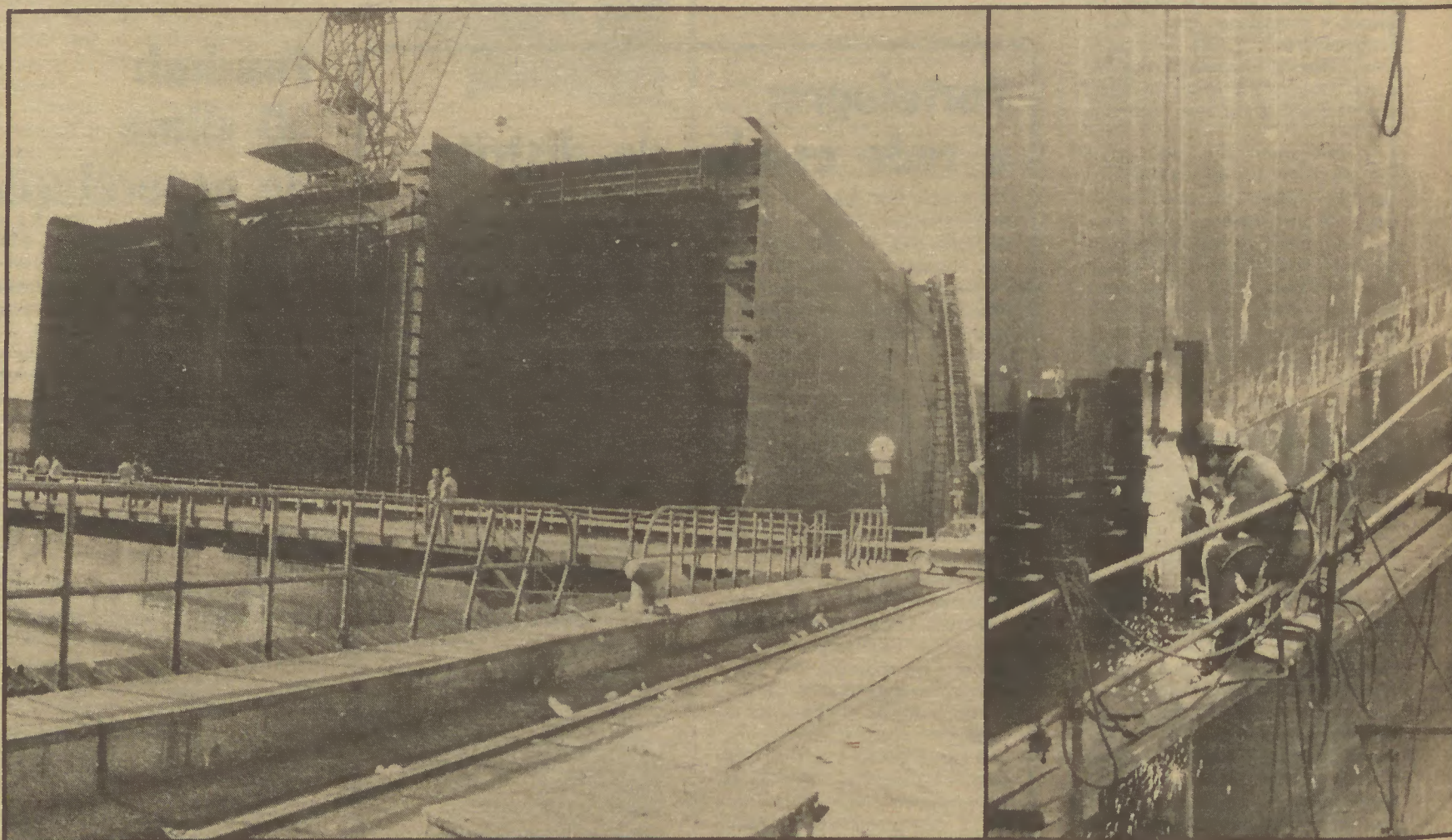
Esses encargos, que subiram assustadoramente como se vê, devem-se antes de tudo aos juros bancários, despesas com dinheiros emprestados em péssimas condições.

Num pequeno estudo publicado recentemente, o economista Sérgio Ribeiro chamava muito oportunamente a atenção para aqueles dois cadernos

- Actuação impune dos conselhos de gerência — acusam as ORT's daquele sector



Alcantara-Lisboa — Julho de 1975
Navios da CNN e da CTM para a sucata, 10 anos depois?



Barcos no estaleiro
Os barcos em Portugal não chegam para as encomendas, mas quanto menos melhor, no entender do Governo PS/PSD. Alugam-se no estrangeiro onde há barcos a mais

publicados pelo «Planeamento»; e de um deles destacava que:

«Predominantemente cambial e monetária, a política económica determinou essencialmente uma desvalorização mais acentuada do escudo e um esforço das restrições ao crédito». Como as empresas públicas (SEE) «assumiram no período (1978-1982) um papel preponderante no financiamento externo da economia, adiantava neste passo o caderno oficial que:

As mesmas empresas públicas, ao procurarem «no mercado internacional obter os financiamentos de que necessitavam para os seus projectos de investimento ou para adquirir matérias-primas imprescindíveis ao seu funcionamento, começaram porém a ser fortemente penalizadas pela política cambial adoptada, com naturais repercussões ao nível dos encargos financeiros e consequente nos seus resultados».

Não são as despesas com pessoal nem outros indicadores estatísticos com o valor acrescentado bruto (VAB) que fazem alastrar o tal «cancro» alimentado pela política de direita e de baixos salários.

O «cancro» é precisamente constituído por essa mesma política que, desde 1976, o PCP caracteriza como de «recuperação capitalista, latifundista e imperialista».

Ao analisar a «grave situação económica e financeira que a grande maioria das empresas públicas atravessa», a comissão coordenadora das ORTs do SEE acusa «a política seguida» por ter conduzido à generalizada



Banca/82, gestão «AD»
Foi só em 1984 que o «Planeamento» — concluiu um estudo oficial — descobriu que as despesas financeiras com o sector empresarial do Estado subiram 97 milhões de contos entre 1978 e 1982

quebra de actividade, à redução do investimento e ao crescente e asfixiante endividamento externo».

Actuação impune dos conselhos de gerência

A coordenadora, que marcou para 7 de Fevereiro um Plenário Nacional, responsabiliza, além das «recentes decisões do Governo», «a actuação impune dos conselhos de gerência».

Em vez de uma «gestão dinâmica e austera», esses CGs e outras administrações «promovem a passividade e o imobilismo nas decisões fundamentais, desaproveitam os valiosos recursos humanos das empresas, promovendo a generalização de empreitadas, subempreitadas e aluguer de mão-de-obra, tentam retirar direitos e aumentam a repressão sobre os trabalhadores, ao mesmo tem-

po que esbanjam dinheiros públicos em gastos sumptuosos».

... E mais um «Secretariado»

Depois de responsabilizar inteiramente o Governo presente pelo agravamento da situação na CNN e na CTM, empresas que o Conselho de Ministros decidiu extinguir em 27 de Dezembro findo, a coordenadora das ORTs do SEE sublinha, segundo nota divulgada na sexta-feira passada pela CGTP-IN, que:

«Também a decisão do Governo em criar um intitulado 'secretariado permanente para as empresas públicas', com o fim de preparar o 'redimensionamento do sector público empresarial e a reestruturação do seu funcionamento' é mais uma medida destinada a atacar ainda com mais violência o sector nacionalizado, destruindo empresas e postos de trabalho, privilegiando o capital privado (o

grande) na linha do que foi agora decidido para a marinha mercante».

Transcreve-se a seguir o programa de luta em sete pontos, aprovado na reunião de quinta-feira passada pela comissão coordenadora das ORTs do SEE, conforme foi transcrito no dia seguinte pelo gabinete de imprensa da CGTP-IN:

- Apresentar a sua posição, face à decisão do Governo de extinguir a CTM e a CNN, aos diferentes órgãos de soberania, no sentido da sua anulação, por ser inconstitucional, ilegal e lesiva dos interesses nacionais;

- Levantar a cabo, através das estruturas representativas dos trabalhadores, uma intensa campanha de análise, esclarecimento e mobilização nas empresas, no sector através da realização de reuniões e plenários com trabalhadores;

- Intensificar a luta nas empresas pela salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e pela defesa e viabilização das empresas públicas;

- Exigir à RTP um debate sério so-

bre o sector nacionalizado em geral e a marinha mercante em particular, com a participação dos representantes dos trabalhadores, não deixando de promover as iniciativas necessárias à discussão e ao debate público de tais questões junto da população e dos órgãos de comunicação social.

- Analisar o Orçamento do Estado para 1985, muito particularmente no que se refere à sua incidência sobre o sector nacionalizado, vindo a decidir as acções consideradas necessárias;

- Promover no dia 31 de Janeiro um desfile de denúncia pública dos problemas do sector nacionalizado, da política do Governo e das exigências e propostas dos trabalhadores;

- Convocar para o dia 7 de Fevereiro um Plenário Nacional de ORTs do sector empresarial do Estado destinado a analisar a situação do sector e aprovar as formas de luta necessárias à sua defesa e dinamização.

Ao nível das empresas atingidas pela extinção (CTM e CNN), assim como ao nível do sector dos transportes marítimos e dos transportes em geral, as organizações representativas, designadamente sindicatos e comissões de trabalhadores, desenvolveram nas últimas duas semanas uma série de acções e de actividade participada no sentido de anular a extinção daquelas nacionalizadas que só parecem «inviáveis» aos olhos do Governo porque este criou antes, por decreto, duas empresas mistas paralelas onde predominam interesses de grandes grupos financeiros e não o interesse do País ou o dos trabalhadores.

Objectivos da jornada dos metalúrgicos

Como é conhecido, pertencem ao SEE as maiores empresas do sector da metalurgia e metalomecânica. Por isso e naturalmente, a sua luta apresenta muitos pontos de contacto com as lutas desenvolvidas em defesa das nacionalizações e da sua irreversibilidade.

Assim é que os objectivos da jornada nacional da próxima quinta-feira incluem a viabilização e o desenvolvimento das empresas e a defesa dos postos de trabalho.

Os restantes objectivos de ordem geral são o pagamento dos salários em atraso, a actualização salarial, rápida revisão da contratação colectiva e «resposta do Governo aos problemas dos trabalhadores e ao futuro das empresas e sectores (naval, siderurgia, metalomecânica, minas)».

Segundo nota distribuída pela federação sindical dos metalúrgicos, metalomecânicos e mineiros (FSMMMP) em 3 do corrente, a jornada de 17 é «também pela efectiva reconversão das empresas de montagem automóvel e defesa dos postos de trabalho, contra a repressão nas empresas contra o pacote laboral e a nova Pide, pelos direitos e liberdades democráticas e sindicais, por uma nova política e um novo Governo que a concretize».

■ **Ivone Dias Lourenço**

BULGÁRIA

O verde dos nossos tempos

Sem desprimor para os Verdes que por essa Europa capitalista fora dão o peito a cargas, bastões e por vezes balas de polícias várias para impedir que o nosso Continente se transforme num paiol de armas nucleares — sem desprimor, **verde verde é a Bulgária.**

Florestas, e para só falar de florestas, é sabido que as há, na Europa e por esse mundo. Belas. Virgens — escondendo, sobretudo no subsolo, riquezas que só agora «leitores» sofisticados e o minucioso quadriculado de satélites americanos que tudo sobrevoam vai podendo armazenar nos computadores também americanos. Inóspitas: os computadores não serão aperfeiçoados para o codificar, mas os cientistas que por lá se aventuram encontram formas de vida, e de vida humana, e formações sociais próprias de há milénios. Refúgios de patriotas e guerrilheiros em países de ditadura. Ou são ainda, conhecidas palmo a palmo e cuidadas palmo a palmo, sementeiras de renas ou lebres, de aves raras e exóticas, territórios reservados a batidas e caçadas reais em que se misturam milionários de excepção.

Imaginem. Deve haver muitas mais. Só que nada disso vem ao caso.

É que na Bulgária a floresta e tudo o resto é de facto verde mas diferente.

Em primeiro lugar porque tem a ver com o **Homem.**

Como se aldeias, vilas e cidades, mesmo grandes como Sófia, ou as estâncias costeiras do Mar Negro, de Varna a Burgass, para onde toda a gente corre no Verão para os imprescindíveis 15 dias de sol e mar como se todas elas fossem plantadas em canteiro no meio de terras aradas e dos bosques que, diz-se, se estendem

por mais de um terço do território. Em manchas de casario quase difuso ao longo de vales férteis ou nas faldas das montanhas que levam toda a Bulgária ao céu.

As estradas, abertas no bosque ou não — e, se não, para além está uma seara, um roseiral, um pomar — são bordejadas de álamos, ciprestes, castanheiros, e no asfalto convidativo de auto-estradas impecáveis... rola-se a 60/h. Se do escape sai um fuminho menos transparente, o parceiro que vem atrás buzina, faz encostar, encosta, e pergunta: Ó amigo, você já reparou?...

Digamos que eles são «ecologistas de novo tipo»!

Têm, por exemplo, centrais nucleares para produção de energia, construídas numa altura em que não sonhavam sequer que tinham petróleo («e que o soubessem», dizem).

E se há país que, por outro lado, deu um salto espectacular para a industrialização é este: 85% do Produto Interno Bruto, há 2 anos, contra os 22% de 1939. Ou, feitas as contas de outra maneira: os complexos industriais produzem agora durante três dias tanto quanto a indústria produzia então durante um ano. Já em fins dos anos 70 a Bulgária alcançara o 18.º lugar entre os 36 países que asseguravam 99% das exportações mundiais de maquinaria, e o 5.º pela produção de automatismos industriais. Acrescente-se, no entanto — e se aqui calhava bem um parêntesis, o que devia era ser sublinhado! — que nesse ano de 39 estava na cauda das estatísticas europeias. Como a Turquia. E como Portugal, que ainda por lá se mantém... (Hoje, as «estatísticas» põem um risquinho — assim «—», para não confessar que a vida mudou...)

Voltando a estes «ecologistas de novo tipo», é bom falar ainda, no entanto, por exemplo de **Sliven**, bastião operário lendário da Bulgária, que visitámos sempre a correr atrás de Peko Pekov, ou melhor Pekto Pektov, o «eléctrico» correspondente do «Ra-

botnishesko Delo» no distrito, cujo nome uma camarada cubana que por lá passou resolveu simplificar, talvez para sempre, nos constantes «espera, por favor, camarada fulano» a que se via obrigada...

Em Sliven, ia dizendo, foi criada há 150 anos — com 25 trabalhadores... — a primeira fábrica têxtil do país; agora sai dali, em lã, algodão, tapeçarias, confecções, 82% da produção têxtil nacional. E tem ainda a fábrica de máquinas-ferramentas, também centenária, hoje primeiro produtor mundial de máquinas para cortar

mais longas. Na lapidação, esse cortar no vidro de desenhos delicados guiando cada peça com as mãos, uma prática comum nas empresas búlgaras: as brigadas, que grosso modo serão as nossas secções, organizam-se para que os trabalhadores, aqui quase sempre mulheres, rodem semanalmente nas tarefas que lhes estão colectivamente distribuídas.

Mas em Sliven há ainda a **Dínamo**, uma jovem empresa de 15 anos. Como o próprio nome indica, ali se fazem dínamos e outras peças para a parte eléctrica dos motores dos car-



Plovdiv é uma antiga e belíssima cidade onde só não são conservados e aproveitados para habitação ou uso colectivo os edifícios de facto irreparáveis. Ainda assim, na reconstrução, procura-se manter o estilo original. As «torres», ao fundo, acabam por ser impostas pelo aumento da população, mas não lhes falta o parque, a creche, a escola, a biblioteca, o centro de cultura onde se pinta, se convive ou se dança, e aquele «toque» da cidade que ao menos uma flora muito sua lhe dá

métal. Com uma e outra, foram lançadas as bases da indústria búlgara e da classe operária búlgara que dirigiria a revolução socialista. E há a cristalaria — lâmpadas e muito mais, dos candeeiros aos copos finamente lapidados que a gente pensa «só mesmo aqueles artistas da Marinha Grande...»; que começa agora a produzir quartzo e a ter uma palavra de peso no domínio da electrónica.

Neste grande complexo tudo está automatizado — excepto (eles dizem «por enquanto...») o forno e a lapidação. Os que sopram o vidro trabalham 5 horas e bebem leite e mais leite, não só obrigatoriamente mas também à discrição; reformam-se mais cedo, de momento aos 55 aos se são homens, se mulheres aos 50; têm férias

ros. Na altura em que foi criada havia um défilé de cerca de 300 milhões de automóveis em todo o mundo socialista! Na altura, foi a URSS que ofereceu à Bulgária os 30 vagões de ouro necessários para comprar à Itália a licença de dínamos já testados. Hoje, a **Dínamo** de Siiven, quase totalmente automatizada, supre 60% das necessidades da URSS para o seu Niva, e garante a qualidade do que fabrica — que aliás já pouco tem a ver com a licença que comprou porque tem operários de vanguarda e o seu próprio instituto superior, de onde cada aperfeiçoamento sai para ser testado e aplicado. Naquele e noutros complexos além fronteiras, porque tem relações com quase todos os países do CAME. Relações complexas — mas



Fotos como estas, divulgadas no estrangeiro, continuam a alimentar a ideia velha de que «a Bulgária é um país agrícola» e que «as suas divisas são as rosas» (que o são também, é certo). Mas o mais importante está igualmente no retrato: quando é o tempo das colheitas — das pétalas (e não dos pés) das rosas, dos pêssegos, das cerejas ou das uvas — toda a gente se levanta às cinco da manhã e faz no campo uma jornada suplementar de trabalho. Antes da escola, da fábrica, da universidade ou do comité do Partido



simples: a Bulgária fornece dínamos e outras peças, em troca recebe carros!

A Dínamo lançou-se agora num outro domínio da produção, a de elementos de electrónica para computadores, cujo desenvolvimento o boicote tecnológico dos Estados Unidos fez de facto a certa altura atrasar. Mas como no CAME está a vanguarda da classe operária, a vanguarda dos trabalhadores organizados, e cada descoberta se faz, já não propriedade de um povo mas de todos os povos que o compõem, cada brigada da Dínamo sabe que conta com os seus camaradas — e com cada camarada dos países socialistas irmãos.

Sliven é pois assim — e digam lá o que é isto tem a ver com os «ecologistas de novo tipo»?

É que se há cidade da Bulgária que visitámos onde, por mais verde-

-mesmo-verde, sejam indistigáveis as altas chaminés (e os fumos que de lá saem...) destas e muitas outras fábricas, é esta.

Engraçado: os búlgaros, que a esta luta pela industrialização se têm entregado de cabeça e coração; que se orgulham de Sliven é de algumas cidades do Sul da Bulgária que visitámos pela riqueza que conseguem criar nas fábricas; que se empenham a sério no aumento da produtividade e o bem-estar da comunidade socialista e o de todos os povos que sofrem fome, carências, subdesenvolvimento — os búlgaros, dizia, se rolam numa estrada e vêem, à esquerda ou à direita, um bosque de onde sai outra estrada e uma seta que aponta «Complexo Industrial tal — tantos Km», torcem sistematicamente o nariz e desabafam: «Bah, poluição!»...

De facto, eles não sabem o que é poluição!

Qualquer um pode matar a sede na água de um qualquer ribeiro. As fábricas têm, na generalidade (e assim a Dínamo, o complexo vidreiro de Sliven), a sua própria exploração agropecuária ao serviço da alimentação dos seus trabalhadores: à parte os 3 ou 4 permanentes que velam pelas crias, cada brigada destaca por semana um elemento para ali trabalhar. Todos, mas todos, colhem rosas; todos colhem as cerejas. Mesmo grandes complexos «poluentes» como a Neftochim, em Burgass, a mais importante empresa da Bulgária e da Península balcânica, 12 mil trabalhadores, vários institutos científicos, e onde são refinadas grande parte das ramas que abastecem de gasolina e outros combustíveis os países socialistas — mesmo em complexos como esse o combate à poluição se faz a par do trabalho científico (e prático) que permita aumentar e melhorar a produção. À volta de Neftochim, aliás, há de um lado o porto, dos outros uma cintura de quilómetros e quilómetros de bosque cerrado!

No Inverno fazem férias de montanha. No Verão de mar. Têm muitos a sua casa de campo, e muitos vivem lá sempre.

Os complexos agro-industriais, lançados no início dos anos 70 por decisão, previamente discutida entre o povo, do Partido, levaram a indústria ao campo, permitindo a transformação no local do que é produzido nos complexos agrícolas, aumentando a quantidade e garantindo a qualidade — a palavra de ordem/revolução que desde há dois anos mobiliza todo o país. E foram levando naturalmente a cidade para o campo.

Exemplos muito avulsos, estes para dizer que do que se trata é de **uma nova qualidade de vida**. É uma directiva do Partido, a batalha pela Alta Qualidade, que envolve pesquisa, novas aquisições tecnológicas, a sua aplicação, a integração ainda mais empenhada das massas no trabalho produtivo e na actividade social. Uma directiva do PCB na preparação da qual o próprio «Rabotnichesko Delo» teve papel determinante: o debate aberto no jornal, 11 mil cartas recebidas, a sua classificação e estudo haveriam de determinar uma conferência a que foi dada a honra da participação de secretários do CC!

Quando se vai à Bulgária é claro que uma pessoa pensa na nossa «Qualidade de Vida», que até ministério tem. Que pôs aquele anúnciozinho na TV a ensinar como fazem para não poluir a cidade os senhores bem educados que cortam as cascas de laranja com uma faca, as metem na pasta — e as levam para o caixote da rua, para não poluir o seu caixote...

Ou até — é o mesmo ministério — num departamento mais preocupado que nos ensina que tal e tal e tal iogurte (aliás, sobra nenhum!) tem não sei quantos germens que fazem mal à saúde...

Não tem nada a ver! Lá, na Bulgária, é verificado permanentemente. Sempre bom. E não sei se já repararam no tamanho do pote de iogurte que eles compram para o pequeno-almoço... ■



Amor à primeira vista

As semelhanças entre os nossos dois países, já foi dito e redito e muitas vezes no «Avante!» são muitas: sensivelmente com o mesmo tamanho e a mesma população, a forma rectangular, nós com dois lados limitados pelo mar e eles com um só, e esse um dos lados menores. É a fronteira leste, virada ao Mar Negro. Na fronteira Norte, desviando-se para a Roménia já bem perto do mar, o Danúbio, fonte de irrigação de uma extensa planície chamada hoje «o celeiro da Bulgária».

Todo o território da Bulgária é cortado longitudinalmente por majestosas cadeias de montanhas, subindo algumas a cerca de 3 mil metros, que ocupam cerca de um terço do território. Uma dessas cadeias, o Balcã — Stara-Planina — divide o país em duas partes quase iguais.

Foi através dela e pelo seu sopé, através de bosques e planícies verdejantes, parando em localidades à beira da estrada, que por lá fizemos no Verão cerca de 3 mil kms. Sempre pelo Sul.

Era então o 40.º aniversário da Revolução, convidados mais que muitos, mas o «Rabotnichesko Delo» fez um programa só para nós, «Avante!», com Grisha, um jovem redactor especialista de economia, Lili, a intérprete, e Vasco, motorista mas sobretudo e definitivamente «shope», camponês dos arredores de Sofia que jura ir acabar os dias num complexo agrícola!

Lá fomos nós, descendo e subindo, até ao Mar Negro; à fronteira com a Grécia, para lá do Pirin; com a Turquia, a Leste e Sudeste; com a Jugoslávia, a Ocidente.

Além do carro e dos «voos» em teleférico, lá fomos nós calcorreando bosques e cumes de montanhas deslumbrantes, enfeitadas de mosteiros, ícones, pedra talhada por romanos e monumentos de hoje, florestas que se diria virgens («não senhor, está estudadíssimo», «são mais de 3 mil espécies e muitas desapareceram já de toda a Europa», «esta é zona sob protecção da Unesco»). Fios de água correndo nos sulcos das montanhas e engrossando na descida como se via pelo brilho do sol — e depois aproveitados nos famosos mais de 2 mil lagos e barragens artificiais que dão à Bulgária o 1.º lugar no mundo por terras irrigadas e por habitante.

Não é Sofia, nem Varna, os centros famosos que já atraem turistas de todo o Mundo. É o sul, menos conhecido, onde porventura não chegou a neve neste Inverno. Cada vez mais perto, Grécia à vista, Sandanski que foi pátria de Espártaco, com mais dois passos chegaríamos à orla do Mar Egeu.

E por toda esta terra aprimorada estão os búlgaros.

Gosta-se deles à primeira vista!

Talvez porque afinal são muito como nós — à parte aquela boa mão travessa de altura média a mais que pelo menos aos que rondam os 30 anos o socialismo já deu... Isto é: olhos, ouvidos e boca e toda a restante sinalética dita humana estão no mesmo sítio! Morenos, loiros, olho azul em pele de minhoto ou minhoto da orla marítima enxertado em alentejano... Muitos eslavos, também; ou tucos — a revelar raízes milenárias. Regra geral afáveis, solidários e directos, como os nossos camponeses, ou como os camponeses de todo o mundo. Mas será que isso se vai acentuando, exactamente na medida em que as diferenças campo-cidade se vão desvanecendo?

Não será exactamente o «regresso à terra», que o não é — e nem vale a pena, no caso, recorrer a índices económicos.

Basta olhá-los, espelho de um novo tipo de relação do homem com o homem e de uma relação de tipo superior do homem com a natureza.

Se puderem, visitem a Bulgária. E verão. Um país (já) feito de harmonias.

Vem o conselho à lembrança, por causa deste Natal de lutas e de prendas pobres, quando dos embrulhos coloridos em que nos aprimorámos (quem os fez e quem os teve...) saiu nada. Por cá, este ano, saiu a Bulgária — e parece que vai ficar por todos os Natais! ■

«GUERRA PSICOLÓGICA»

Arma quotidiana

O socialismo surge-nos no pequeno écran, como nas páginas da imprensa, como o agressor, o factor de violência. A ameaça, em resumo. O que nada tem de novo. Mas que aparece neste momento ainda mais saliente. Como se em vésperas de Genebra uma campanha mais vasta tivesse sido orquestrada. A que nenhum ingrediente falta: a Etiópia, o Afeganistão, o Kampucheia, o Vietnam, a Polónia, o carácter «agressivo» da União Soviética. Sucodem-se as imagens e as afirmações. Por vezes utilizando uma partícula da realidade para desenvolver a calúnia. Outras vezes, nem isso. Da exploração da fome na Etiópia (escondendo a verdade do atraso secular que permite catástrofes de tais dimensões, e sobretudo os imensos esforços desenvolvidos para pôr cobro a tal atraso), passa-se à calúnia contra a Polónia socialista — e um assassinato grave, em circunstâncias muito estranhas, e de que o único elemento inegável é que nada tem a ver com a política de Estado da Polónia, é arvorado em bandeira anti-polaca (e aqui vale a pena citar uma afirmação do presidente Salvador Allende, em 1971: **«A burguesia sempre acreditou que as personalidades fazem a História. A reacção apoia-se nesta ideia e converte-a em táctica. Daí uma das suas formas predilectas de luta: os atentados.»**). Do Afeganistão fala-se dos grupos de bandidos — que se dedicam aos atentados terroristas contra as populações, exactamente devido ao seu crescente isolamento — como se de grupos de heróis se tratasse. O Kampucheia e o Vietnam ressurgem na «informação» como agressores que nunca foram (antes vítimas de guerras sucessivas que não os vergaram à vontade do imperialismo). E para que nada falte no concerto das calúnias, vêm os japoneses falar dos seus «temores» quanto a uma transferência de mísseis soviéticos da Europa para o Oriente, e Bush vai dizendo não ter grandes ilusões quanto a Genebra, muito embora os EUA entre em território suíço armados da maior das boas vontades...

Se libertarmos toda esta onda de «informação» da ganga da propaganda e da pura calúnia, das afirmações ocas e das imagens de arquivo, não restará de factos, de informação real, nada que se veja, apenas um ou outro ponto de apoio para que a «guerra psicológica» se possa desenvolver. Porque é de «guerra psicológica» que se trata. Base do condicionamento de mentalidades e do querer de povos que cada vez mais se furtam ao quadro em que o imperialismo nos quereria a todos encaixar. «Guerra psicológica» que tem os seus planos e razões muito concretas e a base material da sua concretização: a administração norte-americana destinou para o próximo ano mais de 750 milhões de dólares para a «guerra psicológica» contra os países socialistas e em vias de desenvolvimento. Segundo a revista «Foreign Policy», o orçamento anual da agência norte-americana, USIA, pulou, nos últimos 4 anos, de 457 para 761 milhões de dólares. Nos próximos 5 anos, planeia-se destinar 1,2 mil milhões de dólares para a «Voz da América».

A «guerra psicológica» é uma das armas do imperialismo, uma das armas do capital na batalha contra os trabalhadores, contra a comunidade socialista, contra a luta de libertação dos povos. Uma arma utilizada de par, e em conjugação, com a do terrorismo, ou a da chantagem económica, ou ainda com os mísseis, o armamento nuclear, as armas químicas, a ameaça da «guerra das estrelas».

Na sua actual dimensão internacional a «guerra psicológica» nasceu com a própria revolução de Outubro. Então a propaganda burguesa «submergiu» a jovem República dos soviets de uma onda de calúnias para justificar a fracassada intervenção militar e de alguma forma tentar cobrir o indesejável apoio à reacção interna.

Foi em vão. A primeira revolução socialista vitoriosa afirmou-se e desde o início constituiu um factor de desenvolvimento e aglutinação da batalha das massas trabalhadoras contra o capital. Mas nem por isso se pode escamotear as consequências da «guerra psicológica», dos seus destrutivos efeitos reais. Do monstruoso aparelho em que hoje assenta. Da sua projecção actual.

Na verdade hoje, como em 1917, o imperialismo continua a apostar na recuperação do domínio absoluto, irremediavelmente perdido, continua a apostar na liquidação do socialismo enquanto sistema socioeconómico. Em suma, aposta no recuo histórico, na negação do futuro.

Neste sentido se desenvolve toda uma teorização e toda uma prática, de certa forma sintetizadas por Reagan, quando em 1982 afirmava que a Paz assentaria no **«restabelecimento do poderio americano»**.

Duas citações apenas para melhor compreendermos o sentido do pensar e da política do imperialismo.

No livro «Condições para a Paz na Europa», o professor catedrático do Instituto de estudo da União Soviética e da China, anexo à Universidade de «G. Washington», K. London, declara: «O desanuviamento internacional é necessário e aceitável, desde que seja compreensível o objectivo que ele persegue. **A verdadeira paz agora não existe, e não se pode esperar que ela venha a reinar, enquanto continuarmos a chocar-nos com a ideologia hostil, que (...) faz tudo o que dela depende para minar as con-**

dições do Ocidente (...)». Em resumo, a «verdadeira paz» só pode existir com a liquidação, não só do socialismo, mas mesmo da própria ideologia comunista!

Uma teoria que aponta claramente para a intervenção imperialista em toda a parte do mundo, e nomeadamente nos assuntos internos de Estados soberanos, dos países socialistas a países em vias de desenvolvimento que não sigam uma via de (real dependência) capitalista.

Dando mais um passo nesta direcção, temos o «soviétólogo» americano Marshall Shulman a escrever em «Foreign Affairs»: «As democracias ocidentais devem procurar, como objectivo pragmático, incentivar as correntes pluralistas na União Soviética, contribuir para a erosão ideológica do apego da URSS aos seus objectivos finais (...)».

A «superioridade» soviética

E assim se entra directamente no domínio da provocação, da conquista de uma mítica superioridade armada, e na correspondente cobertura ideológica e propagandística dessa orienta-

ção política. E surgem as «teorias» da «superioridade soviética» ou dos «interesses vitais» ameaçados, de Moscovo como centro do «terrorismo internacional», ou até da intervenção em nome da defesa da «democracia», como foi o caso exemplar de Granada, o pequeno país onde os valores do imperialismo foram defendidos com uma intervenção militar directa, e ver-

dade seja dita, só muito vagamente camuflada.

Como dominante comum a ideia de que não são os povos que fazem as revoluções nem estas se inserem num determinado processo histórico que é o dos nossos dias. É o «centro do mal», a União Soviética, que determina os destinos do mundo. E contra tal «centro» há que juntar todas as forças, todas as armas são permitidas.

Para dar a cobertura propagandística a tão indiscriminada utilização de todos os recursos, os menos aceitáveis, a «guerra ideológica» e o seu aparelho surgem como uma premente necessidade.

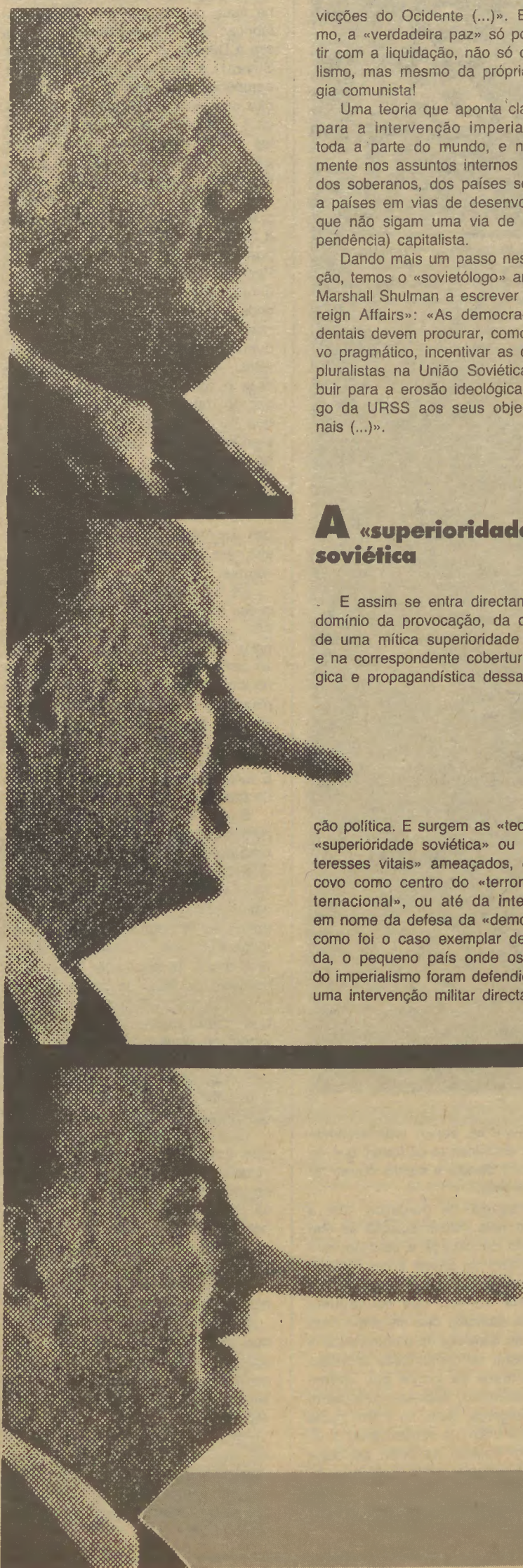
Apenas dois exemplos dos mitos criados para justificar a corrida nos armamentos e na provocação, a nível internacional.

A «superioridade» militar soviética, ou, na melhor das hipóteses, a «igualdade» de responsabilidades. É lema permanentemente matraqueado, enquanto a corrida armamentista prossegue, entrando em novos e possivelmente incontroláveis domínios.

Um mito que à partida assenta na ocultação de factos bem elementares:

— Em 1979 o equilíbrio entre a URSS e os Estados Unidos em armamento estratégico foi medido ao milímetro. Sete anos de conversações prepararam o tratado Salt-2, confirmado pela assinatura dos chefes de Estado soviético e norte-americano. Em Novembro de 82, Reagan afirmava que «hoje praticamente em qualquer tipo de poderio militar a União Soviética possui supremacia evidente». Facto que, mesmo em termos estritamente técnicos, seria impossível no prazo de tempo considerado.

— A primazia na criação de novos tipos de armas de extermínio pertence integralmente aos Estados Unidos. A começar pela bomba atómica (EUA, 1945; URSS, 1949), passando pelos submarinos portadores de mísseis (EUA, 1956; URSS, 1962), ou ainda, para citar apenas mais um exemplo,



do imperialismo

as ogivas nucleares de cargas múltiplas (EUA, 1964; URSS, 1972).

— A violação de tratados já assinados, que limitem a corrida aos ar-

mamentos, é prática corrente por parte dos Estados Unidos. Como é sabido o Salt-2 não foi ratificado pela parte americana. Hoje são empreendidas tentativas de abalar o Salt-1 e o Tratado sobre a Limitação dos Sistemas de Defesa Antimíssil, que constituíram um obstáculo de monta à corrida das armas no espaço. Aliás, são os próprios dirigentes norte-americanos a defender a violação de acordos, quando isso seja do seu interesse.

Assim, por exemplo, e no que respeita ao Tratado de limitação dos sistemas de defesa antimíssil, Weinberger, enquanto secretário de Defesa, afirmou: «Se, uma vez terminadas as pesquisas, viermos a concluir que existe um sistema muito mais eficaz que exija a revisão do tratado sobre a defesa antimísseis, então para falar honestamente, não hesitaremos em exigir a sua revisão».

• O «terrorismo» internacional como prática política dirigida pela União Soviética e instrumento da sua política.

Um primeiro elemento a considerar é: o que é «terrorismo» na óptica imperialista?

A resposta é clara. Citando alguns exemplos:

— Em 6 de Fevereiro de 1981, «Il Giornale», publicou uma declaração de Haig em que se afirma «que o fenómeno que hoje representa a maior

ameaça e a maior fonte de preocupação para todos os países livres é o surto de terrorismo internacional e os actos de ingerência ilegal que lhe estão ligados, as chamadas guerras de libertação nacional mantidas pela União Soviética». Em Março do mesmo ano, Haig declarava em entrevista ao «Time»: «Os crescentes fracassos que sofremos na defesa dos nossos interesses no estrangeiro, o aumento de casos arbitrários de terrorismo, assim como as chamadas guerras de libertação, ameaçam as nossas possibilidades de influir de forma construtiva no desenvolvimento dos acontecimentos a nível mundial e de garantir o acesso às fontes de matérias-primas».

— Em 19 de Março de 1981, Richard Allen, conselheiro do presidente para questões de segurança nacional, disse à ABC: «Não restam dúvidas de que devemos considerar a OLP como uma organização terrorista enquanto não der provas convincentes do contrário». Ora até esse momento, 117 Estados tinham oficialmente reconhecido a OLP como único representante legítimo do povo palestino. Mais, a OLP tinha já estatuto de observador na ONU.

Um conceito de «terrorismo» feito à medida dos «interesses vitais» do imperialismo. E que decorre de par com uma actividade — essa de facto de cunho terrorista — por parte do imperialismo. Neste campo, são múltiplos os factos conhecidos, do Chile a Granada, passando pelos portos minados da Nicarágua. Ou ainda a guerra no Vietnã, a Coreia, Hiroshima. Um pequeno punhado de exemplos, entre muitos outros. Bastará referir dados da Brookings Institution americana que calcula que entre 1946 e 1975, os EUA recorreram 215 vezes, directa ou indirectamente à utilização das forças armadas e à ameaça de intervenção militar. Ou citar a «US News and World Report», que afirma que, de Dezembro de 1945 a Fevereiro de 1972, com exclusão de três anos — 1955, 1956 e 1959 —, «as tro-

pas, aviões e navios norte-americanos intervieram em quase todas as regiões do mundo: na Europa, em África, no Próximo Oriente, na Ásia e na América Latina».

Os instrumentos

A «guerra psicológica» tem a sua base material, os seus instrumentos, e um orçamento crescente, como já referimos.

Antes do mais será de salientar que agências noticiosas ligadas às grandes multinacionais — UPI, AP, France Presse, Reuter — chegam a fornecer 90% de toda a informação internacional. E chamar a atenção para a recente saída dos Estados Unidos da UNESCO, como clara amostra das pretensões imperialistas de domínio total da informação — peça essencial da «guerra psicológica».

Mas paralelamente temos os instrumentos, as armas mais específicas dessa guerra.

E entre eles, em posição de destaque, a Agência Informativa dos EUA, USIA — que conta com mais de 200 representações a funcionar em 126 países, e publica 12 revistas em 22 línguas. A USIA e os seus centros estrangeiros estão equipados com os mais modernos meios técnicos. A agência conta com mais de 200 filmotecas e videotecas, produz anualmente cerca de 90 filmes próprios e adquire 100 a companhias particulares.

Como porta-voz da «guerra psicológica», sob a direcção do Conselho de Radiodifusão Internacional, instituído em 1973, encontram-se, além da emissora governamental «Voz da América», a «Rádio Liberdade» e «Rádio Europa Livre», ligadas à CIA. De acordo com um plano de reforço da «guerra fria» — intimamente ligado à escalada no agravamento da situação internacional, nomeadamente no

plano militar, iniciou-se em 1979 a construção de 16 novos rádio-transmissores na Europa e 12 na Ásia e África.

A «Voz da América», tendo recebido novas estações de rádio (ao todo são 101), ampliou a radiodifusão em primeiro lugar para a União Soviética e os outros países socialistas. Mas nem só a comunidade socialista é alvo. Novos transmissores da «Voz da América» em Botswana, dirigidos para os países da África Austral, e em Sri Lanka — para o Afeganistão, Médio Oriente, Índia e Sudeste da Ásia — constituem base de guerra radiofónica contra os países progressistas e de opção socialista destas zonas, ou mesmo simplesmente de países não-alinhados.

Alguns dados de uma rede imensa, a que acrescentaremos apenas mais um. De par com a USIA e a CIA, ocupa-se da acção ideológica contra o socialismo e todos os movimentos progressistas, o Departamento de Relações Públicas, que actua sob a égide do Ministério da Defesa. O Pentágono conta com cerca de 250 estações de rádio e 40 centros de televisão espalhados pelo mundo inteiro. Publica livros, brochuras, revistas e jornais anti-soviéticos com uma tiragem total de 8 milhões de exemplares por ano, produz cerca de 12 000 filmes, 3500 filmes de televisão e outros tantos programas radiofónicos.

Uma imensa máquina ao serviço da guerra (sob todas as formas), e cujos efeitos são bem sensíveis aqui, em Portugal, projectados no pequeno écran e em emissões de rádio, em muita imprensa, que funcionam, não só como instrumento de colonialismo cultural, como ainda instrumento de «guerra fria». Uma forma de participação na estratégia de tensão internacional promovida pelo imperialismo. Na perspectiva impossível, mas nem por isso menos perigosa, de recuperação do domínio e grandeza passada, do poderio absoluto do capital internacional. ■

NOVA CALEDÔNIA

A grande terra dos kanaques colonizada pela França

Quando se fala de colonialismo os primeiros casos de que nos recordamos são a Namíbia, a Palestina, Timor Leste... Casos que pela sua gravidade justificam certamente particular atenção, mas que infelizmente não são únicos. Basta dizer que em 1983 a Assembleia Geral da ONU aprovou mais de oito dezenas de resoluções condenando a ocupação de territórios explorados por outras potências, bem como os sucessivos adiamentos do seu direito à independência.

Continua-se ainda à espera que muitos Estados cumpram as disposições consagradas na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, designadamente no que se refere à não intervenção nos assuntos internos de cada Estado e no respeito dos direitos soberanos de todos os povos e da sua integridade territorial. Lamentavelmente, poucos são os casos em que tal ocorre sem que se registem confrontos, quantas vezes sangrentos, entre colonizadores e colonizados. Como sucedeu, ainda recentemente, na Nova Caledónia, uma ilha do Pacífico localizada ao lado da Austrália, que se encontra sob domínio da França há mais de um século.



Uma barragem da FLNKS que após o boicote às eleições de Novembro está disposta a fazer valer os seus direitos

Até meados de Novembro passado, poucas pessoas se lembrariam, incluindo os franceses, daquela colónia; é mesmo admissível que a maior parte dos franceses desconhecesse a sua existência. Alguns terão sido apalhados desprevenidos com a catadupa de informações relativas à colónia francesa que julgariam já independente a fazer fé nas promessas de Mitterrand em 1981...

Que se passa afinal na Nova Caledónia?

De forma simplista, a generalidade da imprensa falou dos confrontos entre independentistas por um lado e de partidários do domínio francês por outro. Sendo que nas eleições locais de Novembro passado os últimos teriam ganho a maioria dos trinta e cinco lugares da Assembleia territorial. Acontece no entanto que a situação é bem mais complexa.

A Nova Caledónia é ilha com cerca de 400 quilómetros de comprimento e 50 de largura, com 143 mil habitantes dos quais 43% são kanaques (indígenas), 37% europeus (convencionalmente designados por brancos) e 20% de minorias diversas (indonésios, polinésios, maurícios, etc.).

Utilizada inicialmente como lugar de deportação para os condenados a trabalhos forçados (40 000 no fim do século passado), a ilha que as agências de viagem turísticas apresentam hoje como «um paraíso terrestre» tem a história comum a toda a exploração colonial.

Em Janeiro de 1855, o Estado fran-

cês declarou-se proprietário de todas as terras da ilha. A população kanaque foi progressivamente empurrada para reservas situadas nas terras mais pobres, onde a fome, a repressão, as doenças a foram dizimando. E alimentando também as revoltas, que nunca deixaram de se verificar.

Perseguidos, desprezados, vítimas de todas as discriminações, os kanaques só interessavam aos colonizadores como mão-de-obra barata, fundamental na produção do níquel que dá à ilha a principal riqueza. O tribalismo a que se foram remetendo — encorajado pelas autoridades coloniais — acaba por ser aproveitado como justificação para a permanência francesa, que com o paternalismo tradicional dos dominadores invoca a incapacidade do povo kanaque em tomar nas mãos o seu próprio destino.

Só em 1952 é que os kanaques conquistaram o direito de voto; tratava-se, evidentemente, de uma mera formalidade, já que as forças colonialistas tomavam todas as medidas para que o candidato oficial fosse sempre eleito. Era a paródia eleitoral tão cara aos colonialistas, a farsa da democracia necessária para manter as aparências.

Compreende-se assim as esperanças do povo kanaque, transformado em minoria relativa na sua própria terra com as sucessivas vagas de emigrantes e as perseguições, quando em França chega ao poder o Partido Socialista. As promessas de Mitterrand ficaram no entanto por cumprir e

a situação tornou-se explosiva. Os acordos para a autonomia não passaram dos gabinetes e as eleições de Novembro foram o despoletar de confrontos de há muito previsíveis.

A Frente Kanaque (FLNKS), defensora da independência, apelou à abstenção. Os eleitores que foram às urnas não chegaram a 50%, apesar dos kanaques serem minoritários. O que significa que as forças que apoiam a independência constituem a maioria. A legitimidade reconhecida pela adesão ao boicote eleitoral levou a Frente de Libertação Nacional e Socialista Kanaque a anunciar a formação de um governo provisório e a exigir de Paris as negociações necessárias para o reconhecimento da independência.

O processo não é linear, mas o caminho para a conquista do direito a decidir do seu próprio destino está hoje mais próximo para os kanaques e toda a população que, radicada na ilha, não faz parte dos grandes exploradores que da Nova Caledónia desejam apenas a riqueza e a exploração. Resta saber se o governo de Mitterrand tem a força necessária para fazer face à direita que se opõe à independência e se os interesses do imperialismo na região não pesarão mais do que os direitos da Nova Caledónia.

O níquel e não só...

Como facilmente se deduz, não são apenas as condições naturais — a ilha da eterna primavera, a luxuriante vegetação tropical, o mais belo lago do mundo, etc. — fazem da Nova Caledónia uma ilha cobiçada. A descoberta de níquel, em 1864, logo seguida pela descoberta de crómio e manganésio, transformaram a colónia francesa numa galinha dos ovos de ouro,



onde um punhado de famílias enriqueceu e a França foi buscar dividendos. O mesmo se pode dizer no tocante à criação de gado que ocupa grande parte das terras (os únicos prejudicados foram os kanaques, cujas culturas foram preteridas a favor dos pastos).

Acresce ainda toda a potencialidade turística da ilha, bem como o domínio que através dela se tem de uma boa parte do Pacífico, cujas riquezas submarinas ainda inexploradas serão no futuro da maior importância.

Como se isto não bastasse, a localização geográfica da Nova Caledónia tem uma considerável importância estratégica. Já durante a Segunda Guerra Mundial a ilha foi utilizada como um autêntico porta-aviões americano, tendo desempenhado um papel decisivo na luta dos aliados contra as pretensões japonesas. Actualmente, cobiçada pela Austrália e pelo Japão, a Nova Caledónia consta da longa lista de interesses dos Estados Unidos que

a consideram fundamental para o controlo dos seus interesses vitais naquela região.

Se o níquel representa o interesse económico, a situação geográfica representa o interesse político-militar... O que significa que os interesses do imperialismo estão também em jogo nesta luta do povo kanaque pela autodeterminação e independência.

Torna-se assim mais fácil de entender o que faz correr a direita francesa (e não só) à «Grande Terra», como a ilha é conhecida. E as hesitações do governo de Mitterrand, que não desdenharia de passar o testemunho do poder de um modo que garantisse a manutenção da sua influência, numa qualquer espécie de neo-colonialismo que lhe garantisse as vantagens sem as inconveniências da actual situação.

As tentativas para impor um referendo em que todos participem em igualdade de circunstâncias (colonizadores e colonizados) são vivamente repudiadas pelos cinco partidos independentistas que constituem a Frente de Libertação Kanaque.

Como afirma o dirigente da FLNKS, e presidente do governo provisório, Jean-Marie Tjibaou, se a França se obstina em propor um referendo na mesma base das eleições de 18 de Novembro, a cujo boicote a FLNKS apelou com o sucesso que se viu, a situação poderá tornar-se de certa forma como a da Irlanda do Norte. O que nós reivindicamos é um direito que faz parte do nosso património; que não pertence à nação francesa; o que lhe pertence até à data é o exercício da recusa ao nosso direito à independência.

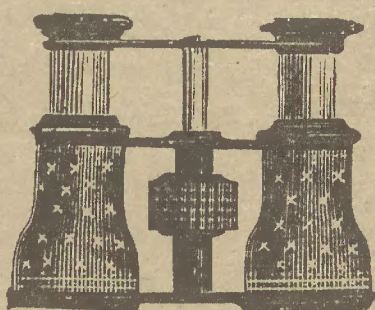
Com todos os outros não kanaques, estamos prontos a discutir qual o caminho a seguir... Estamos certos de que no fim ganharemos de qualquer modo. A não ser que nos destruam militarmente!

A Nova Caledónia não é a Argélia nem a Indochina. As aventuras militaristas da França nos últimos tempos — como o caso do Chade — não são tão pouco encorajadoras de novas cruzadas. O caminho do diálogo continua a ser o mais eficaz para resoluções destes problemas. Todos os países dos arquipélagos melanésios são hoje independentes. A Nova Caledónia sê-lo-á também. ■



O povo kanaque está decidido a acabar com o domínio colonial e a tomar nas mãos o seu destino

aTV



Aumenta o escândalo

A discriminação política na televisão caiu na rotina — o que aumenta os seus aspectos escandalosos. A falcatura é de tal modo evidente que a impopularidade do telejornal atingiu o seu mais baixo nível de sempre. Nunca o descrédito foi tão grande.

Os exemplos do que acabo de dizer são de todos os dias. Mas o que sucedeu com a comunicação ao país do Presidente da República foi de tal maneira evidente que chocou inclusivamente os que nestas coisas andam mais alheios.

Repare-se no bloco do telejornal: o PS reage, em discurso directo; em discurso directo reage o CDS; sabemos igualmente a posição do PSD...

... E o Partido Comunista? Esse nada. Pela palavra nada. Tudo se passou, como se o Partido Comunista não existisse como se, face aos problemas do país, o Partido dos trabalhadores não tivesse uma palavra a dizer!

Quer-se maior escândalo?

Nem o desporto escapa!

Mas, meus amigos, essa discriminação atinge outros sectores que não os abertamente políticos.

Por exemplo o desporto. Telejornal ignora sistematicamente os feitos dos atletas dos países socialistas. Que um atleta soviético bata mais um **record** do mundo, não é notícia para o telejornal; mas é notícia, e grande, qualquer torneio em que participem americanos. O ténis de Las Vegas preocupou o telejornal uma data de dias seguidos!

Repare-se ainda no que aconteceu com a corrida de S. Silvestre da Amadora que envolveu mil atletas, uma trabalhosa organização, enorme interesse popular.

Pois bem! **Telejornal** não deu uma única imagem do acontecimento. Certamente nem lá foi, dirão os mais pessimistas.

Mas é que foi. E isso agrava o problema, pois se prova que a discriminação no telejornal foi deliberada, consciente, resultou claramente de uma opção.

Mas a reportagem da RTP esteve lá? Esteve. O programa **Troféu**, sábado passado, transmitiu imagens e uma entrevista durante **cinco** minutos.

Destes cinco minutos, nem ao menos alguns segundos (a chegada dos vencedores, por exemplo) mereceram inclusão no telejornal...

Portugal, o Portugal de Abril, merecia outra televisão. Merecia uma televisão honrada, viva, de mãos e alma limpas. Mas não haja ilusões: com este Governo de partido único tudo, incluindo a TV, irá de mal a pior.

E cada vez maior número de portugueses se dá conta deste facto.

O que se exige: uma TV para todos

É urgente também por esse motivo, a demissão do Governo. Porque as forças que detêm o poder não têm o mínimo escrúpulo em colocar a televisão ao serviço dos seus desígnios.

No seu **tempo de antena**, o CDS atribuiu ao actual patrão da RTP a afirmação de que estava nesse ponto a fim de levar o dr. Soares à Presidência da República. Como diria Eça de Queirós, «o facto é excessivamente grave» — mas até hoje a afirmação não foi desmentida...

Claro que o dr. Soares conta demasiado com estes e outros aspectos. Também o seu «friend» Caetano tinha a televisão e a PIDE e a censura, etc., etc., e nada disso lhe valeu. Como outro seu «friend», Soares Carneiro, a televisão não o salvou da derrota.

Mas a verdade é que a televisão ao serviço da mentira pode causar estragos sérios. Aproximam-se momentos graves para os destinos do país, com as eleições presidenciais.

Até lá, a televisão tem de mudar.

■ **Ulisses**

... Síntese semanal da IMPRENSA

Novo ano Velha crise

O balanço da situação nacional feito pelo Presidente da República na sua mensagem de Ano Novo caiu com estrondo nas hostes da coligação.

Segundo a imprensa, Soares apressou-se a fazer aprovar em Conselho de Ministros uma resposta «dura». O semanário do PS «Acção Socialista» também brindou os leitores com um balanço de 84: em Portugal tudo vai bem, graças ao Governo Soares-Pinto; no mundo pudemos assistir à «Espanha em crise (...) bem mais profunda que a que Portugal vive», aos grandes êxitos de Reagan e às «acções da UNITA», entre outras coisas. Que seria de nós sem o «soarismo»?!

O balanço nacional do Presidente

● «Ao afirmar que não recusará a sua quota-parte na participação para encontrar novos caminhos para Portugal, Ramalho Eanes encetou um estilo novo nas suas tradicionais mensagens de Ano Novo. O Presidente mostra-se agora disposto a empenhar-se na vida política do país de uma forma nova: "convosco trabalharei por Portugal, do único modo que as circunstâncias admitem — de uma forma preocupada, exigente e empenhada". Está assim dado o "assentimento" objectivo para o arranque de um projecto político que passa inevitavelmente pelo partido eanista.

Precisamente por isso, o Presidente vem a lume de forma bastante crítica afirmando que "o ano que terminou está longe de ter sido um ano razoável, quer pelos resultados obtidos, quer como lançamento de bases seguras para a nossa recuperação". Enfim, uma mensagem de Ano Novo que encerra em si própria outra mensagem: a de que as coisas estão mal e de que o Presidente Eanes se propõe actuar na área política para as resolver.

Falando pela televisão e pela rádio, Ramalho Eanes afirmou que "a renovação da prática política em geral é uma das condições para conseguir organizar respostas mais eficazes para os problemas de Portugal".

O Presidente da República, na sua mensagem de Ano Novo, afirmou que "os problemas que se foram acumulando sem resposta satisfatória são já suficientemente graves para que uma invocação de competências sirva de justificação ao silêncio".

Acerca de 1984, Ramalho Eanes considerou que foi mais um ano de "prolongamento da tendência de crise, de perda injustificada de recursos, de esforços e de esperanças, de aceitação de mais encargos sobre o futuro, e tudo isto sem que pareça haver uma direcção clara e seja conhecida uma estratégia renovadora" — afirma o Presidente da República.

Ramalho Eanes afirma ainda ser urgente a reconversão da

economia portuguesa, acrescentando que "se não formos nós a fazê-lo, ninguém o fará por nós".

"E será assim, qualquer que seja o estatuto da nossa ligação à Comunidade Económica Europeia" — acrescenta.

A mensagem de Ano Novo do Presidente da República acrescenta ainda que "é inaceitável que continuemos a expor-nos como uma comunidade desmobilizada e desmotivada, endividando-se para se manter e mantendo-se no improviso, sem investir para se renovar".

Depois de afirmar "o indiscutível bom resultado conseguido no plano estritamente financeiro externo", Ramalho Eanes acrescenta que tal só foi possível "com uma contracção da actividade económica interna".

O crescimento negativo do produto interno bruto, a quebra significativa do investimento e o aumento das despesas do Estado sem o correspondente aumento da produtividade económica e social são — para Ramalho Eanes — as características principais da contracção económica motivada pela redução do défice externo.

"Tiveram estes factores como consequência um forte agravamento de injustiças sociais, de que foram vítimas muitos dos empresários, sobretudo aqueles vocacionados para o mercado interno, mas principalmente as famílias de menores recursos, a juventude, os desempregados e os reformados" — acrescenta a mensagem.

Para Ramalho Eanes, "outro factor de grave injustiça, que causa perplexidade no exterior e que se considera socialmente inadmissível, é a existência de um elevado número de trabalhadores que continuam a desempenhar as suas tarefas recebendo **salários com grandes atrasos**".

(«Correio da Manhã», 2 Janeiro)

O balanço Internacional do Soarismo: Aljubarrota, Reagan e a UNITA

● «A Espanha em crise

Neste Estado, um dos nossos vizinhos, 1984 foi marcado pelas

acções militares dos independentistas bascos e pelo terrorismo dos GAL. No entanto, a crise no País Basco não se limita aos aspectos violentos, e, mais importante que estes, foi a grande aliança que se verificou entre todas as forças independentistas (da direita, no governo, à extrema-esquerda) em oposição a Madrid.

Mas o Estado espanhol não sofre só do País Basco. Na Galiza, várias greves gerais, paralisaram o país, contra reconversão da indústria naval e a crise económica geral que afecta todo o Estado. Essa crise (bem mais profunda que a que Portugal vive) que tem exigido a Madrid investimentos colossais para salvar as suas velhas indústrias, é bastante grave no sobredimensionado sector pesqueiro (a Espanha possui a 4.ª frota de pesca do mundo) o que tem levado a que Madrid tente exercer algumas pressões sobre Portugal para que o nosso país lhe abra o seu mar. Recentemente, a afirmação pelo chefe da diplomacia espanhola de que os navios espanhóis poderiam entrar em águas portuguesas escoltados pela marinha de guerra espanhola, levou a que o ministro Jaime Gama tivesse de lembrar Aljubarrota...

EUA: derrotas a sul, vitórias a leste

A política exterior dos Estados Unidos sofreu durante este ano duas derrotas de certa importância. No Líbano a estratégia norte-americana de contenção do expansionismo sírio não conseguiu impôr-se e os EUA foram obrigados a retirar as suas forças militares do território libanês. Na Nicarágua, se bem que as pressões da Administração Reagan para a realização de eleições tenham sortido efeito, num erro de cálculo de Washington (o esquecer que ao inverso do que sucede num país democrático em que pode sempre ganhar um partido da oposição, num país onde a democracia não existe o governo, por deter todos os "aparelhos ideológicos do Estado", se encontra numa situação de favor absoluto), le-

vou a que as eleições fossem aproveitadas pelos sandinistas para reforçar o seu poder.

No conflito Leste-Oeste, que durante a primeira metade de 1984 se assemelhou a certos períodos da Guerra Fria, a afirmação de vontade dos EUA e de todo o Ocidente na instalação dos euromísseis (ainda no ano passado) representou uma importante vitória política sobre a URSS. A confirmar o alcance dessa vitória esteve a reeleição triunfal do Presidente Reagan (para o que a melhoria da situação económica muito contribuiu e a visita que Andrei Gromiko, o ministro dos Negócios Estrangeiros russo, lhe fez alguns dias antes das eleições. A viagem de Gromiko aos Estados Unidos foi considerada por alguns especialistas como um "voto" (forçado) do Kremlin no Presidente.

Do mesmo modo, a URSS, que durante os primeiros meses do ano apostou na dureza e na congelação das relações com o Ocidente viu-se já obrigada a desdizer-se totalmente ao aceitar negociações sobre armamentos, quando há alguns meses apenas, exigia o prévio desmantelamento dos euromísseis para qualquer conversação. A nova estratégia da estratocracia russa é impedir o desenvolvimento de novas armas americanas (armas especiais) que, a concretizarem-se acabarão com o desequilíbrio militar, que beneficia a URSS.

(...)

Angola manteve-se em estado de guerra geral devido às acções da UNITA quer contra objectivos cubanos e soviéticos quer contra as tropas do governo de Luanda. A visita de José Eduardo dos Santos a algumas capitais europeias, em que não foi incluída Lisboa, e as declarações de vários dirigentes do MPLA-PT sobre as relações com Portugal vieram demonstrar a pouca vontade de Luanda em melhorar as relações com o nosso país (vontade a que não é estranha a mão dos soviéticos), apesar do desejo português de cooperar construtivamente com todas as ex-colónias.

(«Acção Socialista», 3 Janeiro)

edições
Avante!

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos dos Partidos Comunistas e Operários em artigos e intervenções de grande actualidade

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos dos partidos comunistas e operários
ARTIGOS E INTERVENÇÕES

Gazetilha

por Ignotus Sum

Os nossos cravos não murcham porque são cravos de Abril são cravos que têm memória dos dias com alcapão e das noites indormidas cinco dedos decepados cinco dedos ressurgidos que seguravam o leme na crista da tempestade porque são cravos de Abril os nossos cravos não murcham.



Os nossos cravos não murcham mesmo quando os raios ferem mesmo quando a alma se rasga mesmo se o tempo vacila na boca dos lobisomens nem mesmo quando parece que a vida, sem o sentido do rumo já pressentido, já perdeu todo o sentido mesmo assim, rubros e doce, os nossos cravos não murcham.



Os nossos cravos não murcham porque são feitos de povo porque sabem o segredo de vencer o luto e o medo, a fome, o frio dos dias, porque trazem nos seus passos nos seus gestos, nos seus gritos, as pupilas onde moram horizontes do futuro, porque sempre nascem novos os nossos cravos não murcham.



Os nossos cravos não murcham pois são doutra condição até da mesma prisão aonde o terror os teve sonharam a liberdade sonharam o pão para todos pra todos a dignidade e para todos a Paz porque são cravos de Abril os nossos cravos não murcham!



Pontos Cardeais

Não mentir

Torres Couto na Antena-1, referindo-se à hipótese de Mário Soares vir a exercer o cargo de Presidente da República: «estaria a mentir se afirmasse que não gostava que isso acontecesse».

Faz bem em não mentir, homem! Até porque há coisas a respeito das quais não vale mesmo a pena mentir, não é verdade? Mas, já agora... por que é que disse na mesma altura que «o executivo tem condições para governar até 1987»?

Aperte com eles!

«A data de 1 de Janeiro de 1986, estabelecida para a integração de Portugal e Espanha na Comunidade Europeia, mantém-se por enquanto, segundo referiu o novo presidente da Comissão,

Jacques Delors» (1.ª página do «DN» de 8/1/85). E mais adiante: «o calendário previsto para a adesão é o único que mobiliza as energias e os esforços da própria Comunidade».

Temos, assim, que: 1) O calendário da nossa integração na CEE mantém-se por enquanto; 2) Tal calendário é até o único que mobiliza «as energias e os esforços» da própria Comunidade. Conclusão: A CEE ainda movimenta energias e esforços porque tem para manter, por enquanto, o calendário da nossa integração.

Aperte com eles, dr. Mário Soares! No fim de contas os desgraçados só existem ainda porque andam à espera da gente!

Bem considerado

«O secretário nacional dos TSD considerou, numa

reunião, que o sector da construção civil deve constituir um campo prioritário imediato de intervenção sindical social-democrata» (dos jornais). E considerou muitíssimo bem: é obvio que a TSD anda a ameaçar derrocada...

A experiência

João Salgueiro, ex-ministro das Finanças «AD», num encontro da SEDES: «a serventia partidária» é um dos factores que, neste Governo, «mais tem pesado na efectiva dinamização do tecido económico português». A experiência ainda é uma grande coisa.

Divergências

Segundo os alvoroços da imprensa direitinha, o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos anda a reunir «para tentar superar as divergências entre socialistas e sociais-democratas relativamente à reestruturação do sector público». Em confronto, as metodologias preconizadas por dois ministros: Veiga Simão, da Indústria e Energia, e Ernâni Lopes, das Finanças e Plano. Dizem observadores bem

colocados que a divergência essencial entre os dois membros do Governo se resume a uma questão de prefixo: o primeiro quer uma solução ZOOlógica, lançando o sector público aos gorilas, enquanto o segundo defende uma resposta GEOlógica, atirando pura e simplesmente as empresas nacionalizadas num buraco — que até já está aberto e tudo.

Vitorino inerente

Falando numa reunião algarvia de militantes pêpêdês, subordinada ao curioso título «A questão Presidência e o novo projecto de sociedade inerente», o impagável José Vitorino decidiu que «o PSD e o País concluirão que Mário Soares irá mesmo candidatar-se a Presidente da República, caso o PS não declare a muito curto prazo que não é».

Que não é o quê? E quem ou o que não é esse «quê»? Melhor: o PS deve declarar (a «muito curto prazo», pois claro!) o quê acerca de quem ou de quê que, pelos vistos, não é? E já agora... O que, quem ou quem «não é»? Não há dúvida: temos um caso de português demasiado «inerente».

